



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ESTUDOS EUROPEUS

O que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido ajuda internacional ao desenvolvimento? Uma análise contrafactual no período pós-independência.

Viriato Caetano Dias

Dissertação apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do grau de Mestre em Relações
Internacionais e Estudos Europeus

Orientador: **Professor Doutor Miguel Rocha de Sousa**

Évora, Fevereiro de 2013

Viriato Caetano Dias

O que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido ajuda Internacional ao desenvolvimento? Uma análise contrafactual no período pós-independência.

Dissertação apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do grau de Mestre em Relações
Internacionais e Estudos Europeus

Orientador: **Professor Doutor Miguel Rocha de Sousa**

Évora, Fevereiro de 2013

Epígrafe

“Os que com lágrimas semeiam com júbilo ceifarão. Quem sai andando e chorando, enquanto semeia, voltará com júbilo, trazendo os seus feixes.”

Salmos 126:5-6

ÍNDICE GERAL

Conteúdo

Resumo	7
Palavras-chave	7
Abstract / Summary	8
Keywords	8
Agradecimentos	9
Dedicatória	11
Abreviaturas e acrónimos	12
INTRODUÇÃO	13
Problematização e objecções	15
Motivação e horizonte temporal	15
Estado de arte	16
Metodologia	19
As técnicas	21
Limitações do estudo	22
Estrutura e conteúdo	23
CAPÍTULO I	
ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E QUADRO TEÓRICO	24
1.1 Enquadramento conceptual	24
1.2 Quadro teórico	30
1.2.1 Transporte ferroviário vs crescimento económico (Fogel)	32
1.3 História virtual	34
1.3.1 Críticas a História virtual	34
CAPÍTULO II -	
CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA, CLIMÁTICA E SOCIO-ECONÓMICA	
DE MOÇAMBIQUE	38
2.1.1 Localização	38
2.1.2 Clima e relevo	39
2.1.3 Filiação em organismos internacionais	40
2.1.4 Indicadores socio-económicos	41
2.2 A economia de Moçambique vs África Subsariana / PALOP	42
2.2.1 África Subsariana	42

2.2.2 PALOP	45
2.3 A construção do socialismo em Moçambique	47
2.3.1 Pretexto.....	47
2.3.2 Uma breve contextualização da expansão soviética	47
2.3.3 Análise contrafactual da construção do socialismo	49
2.4 A implementação da economia socialista a partir de 1975	52
2.5 O modelo económico socialista.....	57
2.6 O declínio do "socialismo moçambicano"	59
2.7 O Acordo de Nkomati	62
CAPÍTULO III -	
ADESÃO ÀS INSTITUIÇÕES DE BRETTON WOODS	64
3.1 A Conferência de Bretton Woods.....	64
3.2 Implementação de reformas.....	66
3.3 Fim da guerra e o advento da paz	70
3.4 Multipartidarismo	72
3.5 Assistência após o AGP.....	73
3.5.1 Apoio ao OE	73
3.5.2 Dívida externa.....	77
3.5.3 Argumentos contra e a favor do perdão da dívida.....	79
3.5.4 Financiamentos sectoriais	81
3.6 Argumentos da ajuda internacional ao desenvolvimento	83
3.6.1 Perspectiva africana.....	84
3.6.2 Perspectiva moçambicana.....	86
CAPÍTULO IV -	
RESULTADOS DA PESQUISA	88
CONCLUSÕES.....	94
RECOMENDAÇÕES.....	95
BIBLIOGRAFIA	96
ANEXOS	106

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Questão derivada e hipóteses	15
Tabela 2 - Crescimento vs desenvolvimento (análise comparativa)	26

Tabela 3 - Indicadores sociais e económicos.....	41
Tabela 4 - Evolução do PIB <i>per capita</i>	44
Tabela 5 - Características entre o BM e o FMI	66
Tabela 6 - Objectivos do PRE	68
Tabela 7 - Financiamento ao Orçamento.....	75
Tabela 8 - Evolução de crescimento económico do PIB (%)	91
Tabela 9 - Medidas de políticas macroeconómicas e sectoriais	107
Tabela 10 - Indicadores do índice dos “Estados falhados”	108
Tabela 11 - Índice de percepção da corrupção em África	108
Tabela 12 - Liberdade em África.....	110
Tabela 13- Dívidas.....	113

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do PIB <i>per capita</i>	46
Gráfico 2 - Produção de cereais por toneladas	55
Gráfico 3 - Índice de produção de gado.	56
Gráfico 4 - Fluxo total da ajuda dos doadores ...	82

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Hipóteses ferroviárias e hidroviárias (EUA – Século XIX).....	33
Figura 2 - Mapa de Moçambique.	39
Figura 3 - Características do modelo económico socialista.....	57
Figura 4 - Evolução do modelo socialista para capitalista.	69
Figura 5 - Estratégia de crescimento económico após o AGP.	73
Figura 6 - Países receptores da ajuda externa.....	84
Figura 7 - Representação do sistema socialista vs "Estado falido"	88
Figura 8 - Ilustração de antigos “Estados falidos”	90
Figura 9 - Ilustração de “Estados falhados”	90
Figura 10 - Mapa da África Subsariana.....	106
Figura 11 - Mapa de “Estados falhados”	106

Título: O que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido ajuda internacional ao desenvolvimento? Uma análise contrafactual no período pós-independência.

Resumo

Com a independência de Moçambique em 1975, a Frelimo tinha entre outros objectivos, a consolidação do Estado moçambicano, como uma nação independente e soberana, e a manutenção do marxismo-leninismo, como um sistema doutrinário incubado durante as trincheiras da luta de libertação nacional. Para a consecução deste projecto, foi adoptado no III Congresso do partido em 1977 o modelo económico socialista.

Durante este estágio, o país viveu uma espiral de acontecimentos negativos, destacando-se a guerra civil e as agressões externas. A uma semana da bancarrota, Moçambique é aceite pelas IBWs tornando-se membro das mesmas em 1984, a partir de então começa a desenhar-se um novo ciclo político e económico, quer a nível interno como externo.

O presente ensaio recorre à análise contrafactual, a metodologia histórica, económica e das Relações Internacionais para explicar o que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido ajuda internacional ao desenvolvimento.

Palavras-chave: Ajuda internacional; Análise contrafactual; Desenvolvimento; Moçambique; Pós-independência.

TITLE: *“What would have happened if Mozambique had not received aid to international development? A counterfactual analysis on the post-independence period.”*

Abstract / Summary

With the independence of Mozambique in 1975, Frelimo had among other objectives, the consolidation of the Mozambican state, as an independent and sovereign nation, and maintenance of Marxism-Leninism, as a doctrinal system that had been incubated in the trenches of the struggle for national liberation. To attain this goal the socialist economic model was adopted at the Third Party Congress in 1977.

During this stage, the country experienced a spiral of negative events, especially the civil war and external aggression. At one week of bankruptcy, Mozambique is accepted by IBWI becoming a member of the same in 1984, from then starts drawing up a new political and economic cycle, both internally and externally.

This essay uses counterfactual analysis, historical methodology, economic and international relations to explain what would have happened if Mozambique had not received international development aid.

Keywords: Counterfactual analysis; Development; International aid; Mozambique; Post-independence.

Agradecimentos

Um “parto” bem-sucedido e desejado é sempre um motivo de agradecimentos e regozijo. O “parto” nesta metáfora é a tese que teve largos e árduos meses de elaboração.

Os agradecimentos vão, em primeiro lugar, a Deus Todo Poderoso, pela caminhada com sucesso nesta e noutras peregrinações académicas.

Entraria em dívida de gratidão, sem prescrição do lapso no tribunal da consciência, se não reconhecesse publicamente a ajuda prestada pelos “bons samaritanos” da Igreja Católica em Évora. Deixo aqui perpetuar, para que a ruína do tempo não apague e não ignore os nomes do padre Alberto Aniceto Dâmaso Dangala e o cônego Francisco José Senra Coelho que me ensinam e encorajam a vencer as ladeiras da vida com muita fé e confiança em Deus, pois “CRISTO e eu maioria absoluta”.

Ainda na Igreja Católica, os meus agradecimentos não ficariam completos sem mencionar os integrantes do 139º Curso de Cristandade – H, realizado em Elvas (Portugal), especialmente ao casal amigo Dr. Hugo Alexandre Guerreiro e sua esposa Dr. Tukayana Marisa Rodrigues Guerreiro, que foram seiva que irrigou as minhas esperanças e bálsamo que amenizou o cálice da amargura.

Aos meus queridos padrinhos José Carlos Carvalho, ao diácono Paulo Roque, ao Mário Polha e sua esposa Dra. Maria de Lurdes Polha, exemplos de cristianismo, os meus sinceros agradecimentos sem fim.

À Universidade de Évora, pública e de reconhecida qualidade, os meus agradecimentos são extensivos a todo o corpo docente de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, mas muito especialmente a duas figuras queridas, nomeadamente o Professor Doutor Miguel Rocha de Sousa, meu orientador e arquitecto do tema desta tese, e o Professor Doutor Manuel Couret Branco, ambos pelo encorajamento e valiosos ensinamentos transmitidos.

À Professora Doutora Antónia Fialho Conde, entusiasta pedagoga ao serviço dos estudantes, que sem aquele cimento e argamassa de conselhos que me transmitiu na minha chegada à “capital alentejana”, cidade património, eu não teria enfrentado os “adamastores” da vida estudantil.

Nesta “maternidade académica”, destaca-se ainda o arsenal documental da Biblioteca da Universidade de Évora, reconhecendo aqui a incontornável figura do

amigo macaense Dr. Rodolfo Azedo e do “alentejano” Sr. José Soares, pela afectividade e solidariedade demonstradas.

Também entendo que nenhuma planta floresce desligada do ambiente circundante, pelo que aos meus colegas da residência Universitária António Gedeão e não só, especialmente aos amigos Marisa Lourenço, José Carlos Linhares, Dr. Guilherme Vilhete, Dr. Paulo Figueira, Dr. Virgílio Almeida, Dr. José Viriato Landim (xará), Doutor Engenheiro Júlio César Lima e o Engº Jorge Tadeia Soares, dedico-vos um adeus que nunca será definitivo e como se diz no meu país “estamos juntos.”

Na princesa do Índico, meu país amado, o meu reconhecimento vai para todos os profissionais da Biblioteca do Banco de Moçambique, do Instituto Nacional de Estatística, da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e da Mediateca do Banco Comercial e de Investimentos de Moçambique (BCI – Fomento).

De igual modo, contribuíram para o sucesso deste “parto”, o meu querido amigo Brigadeiro Dr. Francisco Zacarias Mataruca, crítico e grande lucubrador da História de Moçambique, e o “doce” companheiro de “trincheira” Dr. Sérgio de Melo Doce Taibo, obrigado pelo regadio de amizade.

Ao Dr. Lourenço Veniça, ao Dr. Álvaro Loveira e ao Dr. Zacarias Abdula, seriam precisas muitas mais palavras do que estas poucas linhas podem conter para manifestar a minha gratidão e o meu reconhecimento pelo apoio moral e intelectual prestado. Ao meu “eterno” cunhado Eric Lemestre, belga de nascença e moçambicano de coração, grato pela expressão e consolidação de algumas ideias.

Agradeço igualmente aos engenheiros Teotónio Fumo e Leonel Macuácua, amigos e antigos colegas de profissão, por desentalharem algumas complicações informáticas.

Não quero e nem posso calar o meu agradecimento ao meu irmão colaço Engº Fernando Miguel Dias. Algumas generosidades não encontram recompensa neste “*Vale de Lágrimas*”, o que torna difícil, senão impossível, não dizer obrigado a esta alma de bom coração que suportou sem qualquer resignação os custos da minha formatura e tornou possível o meu sonho de estudar nesta hospitaleira e simpática “casa alentejana”.

A todos que de forma directa ou indirecta, contribuíram para que este “rebento literário” viesse à tona fica aqui reforçado o meu abraço sempre tropical e um obrigado incomensurável, dito isto ao sabor da minha língua materna (Cinyungwe), ‘*Zikomo Kwambiri*’ (Muito Obrigado).

Dedicatória

Às minhas três mulheres, nomeadamente, a minha mãe Feliciano, a minha filha Karina e ao meu santuário de amor Sofia, que suportaram com sofreguidão a dor de alma pela minha ausência no garimpo da academia, mas que nunca deixaram de estar presentes no meu pensamento e no meu coração.

Ao meu pai, já falecido, que, mesmo ausente, continua a ser minha fonte inesgotável de inspiração, a quem devo olímpica e religiosamente a hóstia da solidariedade humana, da concórdia e da tolerância.

À minha querida irmã Nina e ao meu sobrinho Eros (Nucho), com amor e muito carinho.

Abreviaturas e acrónimos

AAVV = Autores vários

AGP = Acordo Geral de Paz

AMECON = Associação Moçambicana de Economistas

ANC = Congresso Nacional Africano

APD = Ajuda pública ao desenvolvimento

ASS = África Subsariana

BM = Banco Mundial

BdM = Banco de Moçambique

CI = Comunidade Internacional

EUA = Estados Unidos da América

FMI = Fundo Monetário Internacional

IBWs = Instituições de Bretton Woods

IDH = Índice de Desenvolvimento Humano

IESE = Instituto de Estudos Sociais e Económicos

INE = Instituto Nacional de Estatística

MINEC = Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique

NOEI = Nova Ordem Económica Internacional

OCDE = Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

OGE ou OE = Orçamento Geral do Estado ou Orçamento de Estado

ONGs = Organizações não-governamentais

PALOP = Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PVD = Países em vias de desenvolvimento

PNUD = Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNB = Produto Nacional Bruto

STP = São Tomé e Príncipe

USAID = Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

USD = Dólar dos Estados Unidos (em inglês: *United States dollar*)

URSS = União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

Com a presente dissertação, subordinada ao tema “**O que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido ajuda internacional ao desenvolvimento? Uma análise contrafactual no período pós-independência**”, propõe-se estudar a construção de um contrafactual sobre a ajuda internacional ao desenvolvimento de Moçambique, e a sua interacção com os conceitos de crescimento e desenvolvimento económico.

Depois da proclamação da independência nacional a 25 de Junho de 1975, o país adopta um sistema político monopartidário de orientação marxista-leninista, resultado de um projecto emanado durante a luta de libertação nacional, em que a FRELIMO¹ se assume como a única força política.

No decurso do III Congresso, realizado de 3 a 7 de Fevereiro de 1977, o partido Frelimo perfilha o modelo económico socialista e a adopta-o como guia de acção política e de estratégia de governação para alterar os gráficos dos principais indicadores de desenvolvimento herdado do regime colonial português.

O aludido modelo, baseado na economia centralizada e planificada, faliu mesmo antes de começar, e revelou-se profundamente desajustado ao crescimento económico do país, em parte devido às características funcionais (multiétnicas) e estruturais (multiculturais) do povo moçambicano, bem como das consequências devastadoras da guerra civil entre a RENAMO² e as forças governamentais, iniciada em 1976.³

¹No nosso entendimento, apesar do acrónimo ser praticamente o mesmo - Frente de Libertação de Moçambique - existe, porém, uma diferença conceptual de **FRELIMO** como Movimento de Libertação Nacional, fundada em 25 de Junho de 1962, a qual é resultado de três movimentos no exílio, nomeadamente, a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique); a UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente) e a MANU (União Nacional Africana de Moçambique), liderada por Eduardo Chivambo Mondlane, eleito Presidente no Congresso Constituinte; e **Frelimo** como partido político, decorrente do III Congresso, realizado em 1977 sob a liderança de Samora Moisés Machel. Em algumas literaturas, como é o caso desta dissertação, a diferença que existe entre os dois acrónimos está na grafia utilizada. Grafa-se ‘Movimento’ com letras maiúsculas e partido com minúsculas.

²Inicialmente chamada Movimento Nacional de Resistência (MNR), a Resistência Nacional Moçambicana (**RENAMO**) terá sido fundada em 1977, sob a liderança de André Matade Matsangaissa, morto em combate a 17 de Outubro de 1979.

³Embora haja alguns autores que referem o ano de 1977 como do início da guerra civil moçambicana, o que seria incongruente, pois, tendo terminado em 1992, chamar-se-ia “guerra de 15 anos” e não “guerra de 16 anos” como é conhecida. Francisco Zacarias Mataruca, Brigadeiro, Director do Departamento de Doutrina no Estado Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), comunicação pessoal a 28/11/2012, em Maputo.

No mesmo período, o país foi vítima de uma escalada de agressões externas de regimes ilegítimos do *apartheid* e de Ian Smith na Rodésia. Em 1982, em consequência destes e de outros factores adversos, a economia moçambicana colapsou, situação que levou o país a aderir às IBWs em 1984.

Afastado do “concerto das nações” industrializadas e desenvolvidas, Moçambique estava internacionalmente “marginalizado” entre 1975 e 1984, altura em que se submeteu às políticas neoliberais vinculadas no modelo capitalista e de economia de mercado, passando desde então a receber fluxos de ajuda de desenvolvimento que acicataram o crescimento económico e a estabilidade macroeconómica.

O estudo reconhece que a ajuda internacional não é uma dádiva inesgotável e o que pode parecer uma manifestação de ajuda, às vezes não passa de um simples pretexto para promover interesses inconfessáveis, daí o surgimento da seguinte questão: quem são os autores e para que áreas foram direccionadas estas ajudas?

Problematização e objecções

Em 1984 Moçambique adere às IBWs. Em Outubro do mesmo ano, face à iminência da bancarrota, o Governo moçambicano submeteu às IBWs a um programa de emergência e de apoio ao desenvolvimento. Posto isto, questiona-se **o que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido ajuda internacional ao desenvolvimento?** Para se chegar às respostas, formularam-se as seguintes objecções contrafactuais:

Tabela 1 - Questão derivada e hipóteses

Questão derivada	Hipóteses
O que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido ajuda internacional ao desenvolvimento?	<p>H1. O país continuaria “preso” ao sistema socialista, de orientação marxista-leninista.</p> <p>H2. Possivelmente a sua economia teria entrado em bancarrota, criando uma crise governativa que tornaria Moçambique um “Estado falhado”.</p> <p>H3. Os níveis de endividamento interno e externo, durante a vigência do sistema socialista, teriam sido mais elevados, comparativamente aos actuais.</p> <p>H4. Falta de investimentos e desenvolvimento económico, que tornaria mais acentuado ainda o declínio do PIB e <i>PIB per capita</i>.</p> <p>H5. Provavelmente seria um país isolado do Ocidente, mas “orgulhosamente sós”.⁴</p>

Fonte: Elaboração do Autor

Motivação e horizonte temporal

Em relação à motivação, três notas merecem destaque. A primeira é que os diversos trabalhos têm procurado analisar a história económica de Moçambique, desde a independência nacional até à actualidade. Numa análise preliminar destes trabalhos permite-nos constatar que, embora se levantassem questões importantes sobre a ajuda internacional, nenhum outro apresenta uma análise contrafactual na perspectiva da ajuda internacional ao desenvolvimento.

⁴A expressão entre comas é atribuída ao estadista português António de Oliveira Salazar ou ao seu regime, por adoptar uma política de isolacionismo internacional.

Na segunda motivação, o estudo afigura-se bastante pertinente por ser inovador e interdisciplinar, porquanto recorre à metodologia histórica, económica e das Relações Internacionais.

O terceiro aspecto tem a ver com a dimensão estritamente académica, a partir da qual cumpre-se ressaltar que o assunto em pauta servirá de paradigma para o desenvolvimento de outros estudos de caso, ligados à análise contrafactual da ajuda internacional, particularmente em Moçambique.

A escolha do horizonte temporal começa em 1975, por ser o início da construção do Estado moçambicano e da implementação do sistema marxista-leninista até 2012, pelo facto de este ser o ano da manutenção dos ganhos de estabilidade nos económicos e financeiros.

Estado de arte

Para a elaboração desta dissertação, foram consultados e analisados um conjunto de obras literárias, documentos e informações estatísticas existentes em tabelas, gráficos, programas, etc., que têm uma intrínseca relação com o tema. Do acervo acima analisado, destaca-se, resumidamente, a obra de João Mosca⁵, que aborda a experiência socialista em Moçambique no período compreendido entre 1975 e 1986.

Nela, o autor nota que:

Os ideais de construção de um país socialista permaneceram, por um lado, como força aglutinadora de uma importante percentagem dos militantes e de uma elite cidadina e, por outro, como factor de divergência e de motivação para desencadear processos de resistência, activos e passivos.

Por este teor, torna-se necessário reflectir que a construção do socialismo associa-se aos interesses do poder de uma elite privilegiada, maioritariamente oriunda do sul do país, reforçada pelos comandos militares, predominantemente das zonas centro e norte, visando destruir a velha estrutura colonial. A obra em referência mostra-se relevante na medida em que permite analisar o processo de construção do socialismo, bem como as políticas económicas e sociais, praticadas no período entre 1975 e 1986.

⁵ *A experiência Socialista em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa, Instituto Piaget, 1999:15.

Outra obra importante é Ramiro Monteiro.⁶ O autor dedica a sua atenção no estudo da África na Política de Cooperação Europeia. A lavra torna-se fundamental na medida em que o autor aborda o conceito de ajuda e cooperação. Torna-se imprescindível o estudo desta obra para compreender a adopção do modelo de cooperação, estabelecido entre Moçambique e as IBWs.

Já Henrique Garcia⁷ aborda a problemática da ajuda externa aos países do Terceiro Mundo. Sendo Moçambique, considerado um país do Terceiro Mundo e dependente da ajuda internacional, é importante observar a sua economia no contexto desses mesmos países.

Para o conceito de crescimento económico e de ajuda externa, revelou-se útil a colectânea coordenada por Carlos Nuno Castel-Branco.⁸

No mesmo diapasão e importância, aferiu-se em Yussuf Adam⁹ a problemática dos conceitos de desenvolvimento e de estratégia de desenvolvimento, além da relação que o autor estabelece entre as teorias de ajuda externa e o desenvolvimento.

Em Hans Abrahamsson e Anders Nilsson¹⁰ analisamos as principais linhas de orientação socialista e os programas de ajustamento estrutural. Na obra citada, os autores referem que o modelo socialista estancou a queda da produção, contrariando as críticas que apontam para a nulidade deste sistema, conforme se lê:

Durante o período compreendido entre 1975 e 1981 conseguiu-se deter a queda dos níveis de produção, tanto na agricultura como na indústria, e obter um aumento de produção que, durante 1981, atingiu, para a maior parte dos bens de consumo interno e de produtos para exportação, os níveis mais altos após a independência.

Duas análises, referidas em Dambisa Moyo¹¹, e em Joseph Hanlon¹², estigmatizam o papel da ajuda internacional à África em geral e a Moçambique em particular. Estas obras são importantes na medida em que permitiram, à luz de outras bibliografias consultadas, identificar as vantagens e desvantagens da actuação dos parceiros de cooperação na ajuda a Moçambique e de uma forma geral a África.

⁶A África na Política de Cooperação Europeia. 2ª ed. Lisboa, ISCSP – UTL, 2001.

⁷O problema do Terceiro Mundial. Lisboa, Iniciativas editoriais, 1970.

⁸Moçambique: Perspectivas Económicas. Maputo, UEM / Fundação Friedrich Ebert, 1994.

⁹Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo Trajectória de Moçambique pós-colonial (1975-1990). Maputo, PROMÉDIA, 2006.

¹⁰Moçambique em Transição – Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992. 1ª ed., Maputo, Padrigu - CEEI –ISRI, 1994.

¹¹Dead Aid – Why Aid is Not Working and How There is another way for Africa. London, Penguin Books, 2010.

¹²Paz Sem Benefício: Como o FMI Bloqueia a Reconstrução de Moçambique. 1ª ed. Maputo, Colecção Nosso Chão nº 10 / UEM, 1997.

Raul Gomes¹³ deu um importante contributo para o estudo da teoria da história, que se tornou fundamental para a elaboração do presente trabalho. Em José Mendes¹⁴, destaca-se a importância do método comparativo e contrafactual, por sinal, os mais recorrentes nesta pesquisa. Importa referir que, no método contrafactual, analisou-se a “nova” história económica, que se opõe à história tradicional.

No artigo de Osvaldo Pessoa Jr.¹⁵, cujo estudo incide precisamente sobre o pensamento de Robert William Fogel (1964), explorou-se a questão das ferrovias e o crescimento económico dos EUA no século XIX. Fogel defende que as ferrovias, contrariando a historiografia tradicional, não foram indispensáveis para o progresso dos EUA no século XIX e apresenta como alternativa as hidroviagens que, nos seus cálculos econométricos, são de baixo custo e mais rentáveis à economia americana do século XIX.

Igualmente, para uma abordagem contrafactual, revelou-se indubitavelmente imprescindível a obra de Niall Ferguson¹⁶, em que desfila diversos modelos contrafactuais, como por exemplo, 1) E se a Guerra da Independência Americana não tivesse acontecido? 2) E se a Grã-Bretanha não tivesse participado na Primeira Guerra Mundial? 3) E se Hitler tivesse invadido a Grã-Bretanha? 4) E se a União Soviética tivesse sido derrotada? 5) E se os Russos tivessem ganho a Guerra Fria? 6) E se Kennedy não tivesse sido assassinado? 7) E se Gorbachev não tivesse existido? Por ser uma obra rica em exemplos, apenas alguns contrafactos são aqui estudados.

Deste manancial de autores, aqui apresentados, interessa dizer que nenhum deles fez estudos específicos sobre a contrafactualidade da ajuda internacional a Moçambique. Por isso, a presente pesquisa interessa por ser a única que explora o tema.

¹³ *Introdução ao Pensamento Histórico*. Lisboa. Livros Horizonte, 1988.

¹⁴ *A História como Ciência: Fonte, Metodologia e Teorização*. 3ª ed. Coimbra. Coimbra Editora, 1993.

¹⁵ *Três Tipos de Histórias Contrafactuais*. Departamento de Filosofia – FFLCH – USP, 2010a. Disponível aqui:

<http://www.uesc.br/eventos/ivseminariohfc/resumos/trestiposdehistorias.pdf> (acedido a 14/11/2012).

¹⁶ *História Virtual*. 1ª ed., Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2006.

Metodologia

Para a prossecução desta pesquisa foram consideradas as seguintes metodologias: Contrafactual, Comparativa e Histórica.

a) Contrafactual

A presente pesquisa tem como suporte o método contrafactual que se insere na Nova História Económica. O método contrafactual assume-se como *explicativa*, mais atenta ao *porquê* do que ao *como*¹⁷ ... [que diz respeito à história-crónica]¹⁸.

O mesmo autor, num outro desenvolvimento, afirma que a análise contrafactual – ou, apenas, o *contrafactual* – ou ainda o uso do *condicional irreal* - reporta-se, como se sabe, a formulações do seguinte tipo: “*se não tivesse havido* [algo, geralmente traduzido sob a forma de variável], então... [a realidade histórica teria evoluído assim]”.¹⁹

Mais recentemente, Byrne e Quelhas (1999:713) também abordaram a questão. Partindo do mesmo raciocínio que Mendes (1993), elas afirmam que o pensamento contrafactual é expresso sobre a forma de uma frase condicional, cujo conteúdo aponta normalmente para uma mudança relativa a um estado de coisas factual.²⁰

Para Jaime Reis citado por Mendes (1993:197), a técnica do contrafactual consiste em alterar um ou mais dos parâmetros duma dada situação histórica de modo a criar uma outra situação, hipotética, mas verosímil, que possa comparar com o real de uma forma quantitativa.²¹

No que concerne a ajuda externa, o método contrafactual funciona como uma técnica que serve para medir as alterações ao longo do tempo. Os dois maiores propósitos desta técnica são, de acordo com Cracknell (2000:128-140), os seguintes:

¹⁷ Ibidem:199.

¹⁸ Segundo Daniel de Sousa (1995: 46 e segts), o termo “crónica” significa um relato de acontecimentos registados por ordem cronológica, sem que o autor desse registo tente determinar qualquer relação de conexão, como, por exemplo, a de causas e efeitos (...).

¹⁹ Cf. Jean Heffer, “*Le dossier de la question*” Ralph Andreano (dir.), *La nouvelle histoire économique*, Gallimard, Paris, 1977: 69, in José Mendes, 1993:197.

²⁰ Cf. Ruth Byrne e Ana Quelhas. *Raciocínio contrafactual e modelos mentais*. Análise Psicológica (1999), 4 (XVII): 713-721. Disponível na Internet, no site <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aps/v17n4/v17n4a07.pdf> (acedido a 30/05/2012).

²¹ Cf. José Mendes, op. cit: 197.

- i. avaliar os resultados e impactos dos projectos, e;
- ii. comparar estes resultados aos objectivos estabelecidos pelo projecto, de forma que as lições possam ser aprendidas e sirvam para que os projectos futuros sejam melhor implementados.²²

Mais adiante, no quadro teórico, voltaremos a falar da “Nova” História Económica, e História virtual.

b) Comparativo

O método comparativo tem duas acepções:

1. **Na acepção geral**, que consiste na comparação de dois ou mais objectivos, para descobrir as suas semelhanças ou diferenças.²³
2. **Na acepção científica**, o método comparativo é sinónimo de comparação, enquanto operação mental lógica que se integra nas actividades intelectuais do homem.²⁴

Para Marc Bloch, o método comparativo no âmbito das ciências humanas consiste em procurar as similitudes e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, extraídas de meios sociais distintos.²⁵

Deste modo, no caso concreto desta pesquisa, acresce informar que o papel da ajuda internacional no desenvolvimento de Moçambique, o seu impacto na economia e na sociedade moçambicana em geral, a relação entre a economia de Moçambique e dos PALOP, e da África Subsariana, assim como a relação entre o BM e o FMI, etc., impele-nos a uma comparação.

²²PNUD (1994) in Basil Cracknell. *Evaluating Development AID. Issues, Problems and Solutions*, SAGE Publications. London.

²³Cf. Dicionário de la Lengua Española. Real Academia Española, Madrid, 1970 in AAVV Dicionario de Ciencias. Instituto de Estudios Políticos. Madrid, 1975:453-454). - [Tradução e sublinhado nosso].

²⁴Ibid.

²⁵Ciro Cardoso e Héctor Brignoli, “*Los métodos de la historia: Introducción a los problemas, métodos y técnicas de la historia demografica, economica y social*”, 2ª ed. Barcelona, Editorial Crítica, 1977 in José Mendes, op. cit.

c) Histórico

O método histórico também chamado de método crítico ou crítica histórica resume-se, neste trabalho a duas principais operações: heurística e hermenêutica. (Gomes, 1988, 343-350).

- A **heurística** é a operação pela qual se procede a recolha de fontes de informação necessárias à análise histórica.²⁶
- A **hermenêutica** é a operação pela qual se procede à interpretação dos documentos às questões inicialmente postas.²⁷

As técnicas

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, recorreu-se às seguintes técnicas de pesquisa (Gil, 1991), citado por Da Silva e Menezes (2001:21):

- ❖ **Pesquisa bibliográfica** – elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e actualmente com material disponibilizado na Internet.
- ❖ **Pesquisa documental** – elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico.
- ❖ **Estudo de caso** – envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objectos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.²⁸

A presente pesquisa optou pela entrevista (estruturada) feita face-a-face e por correspondência (e-mail). Dirigida por roteiro, a entrevista foi feita individualmente a pessoas que possuem longa experiência com o problema pesquisado. Entre os interrogados, incluem três economistas dignos de créditos (funcionários do Governo moçambicano).

²⁶Sublinhados no texto nosso.

²⁷Raul Gomes, op. cit.

²⁸Cf. Edna da Silva e Eстера Menezes, *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*, 3ª ed. Florianópolis, UFSC/PPGEP/LED.

Esta pesquisa foi escrita com base na ortografia antiga, anterior ao novo acordo ortográfico em vigor.

Limitações do estudo

Esta dissertação junta-se a de muitos que, ao longo dos trabalhos de campo, encontraram dificuldades tremendas para vencer a “muralha da burocracia” existente, mormente em algumas instituições públicas do Estado moçambicano. Deste modo, diversos pedidos foram depositados nas secretarias dessas instituições para que tivéssemos o acesso à informação actualizada de dados, e, nessa árdua missão em busca do saber, nem sempre houve hombridade de quem possuía a chave desses arquivos.

Outro problema relevante identificado foi a falta de conhecimento existente por parte de alguns bibliotecários sobre as informações disponíveis nos arquivos, onde a tecnologia usada deixa muito a desejar. Parte não negligenciável dos acervos documentais, disponíveis ao público, encontra-se em péssimo estado de conservação, o que tornou a pesquisa mais demorada. Estas e outras dificuldades foram gradualmente superadas com recurso a conhecimentos básicos adquiridos em biblioteconomia, paleografia, informática, graças também a assinalável ajuda prestada por alguns bibliotecários.

Finalmente, como última limitação, assinala-se a atitude não menos correcta de alguns entrevistados que, por receio de represálias dos superiores hierárquicos ou outros motivos não explicitados, na véspera da entrevista (acordada sem nenhuma recompensa material), não se fizeram ao interrogatório, reduzindo de certa maneira o leque de sensibilidade previamente definidas.

Acredita-se, porém, que as informações e experiências transmitidas pelos “poucos” entrevistados que se dispuseram a compartilhar parte do seu saber, preenchem por completo a medida desta pesquisa. Por motivos de conteúdos, algumas amostras de entrevistas não serão apresentadas.

Estrutura e conteúdo

Além da Introdução, se enuncia o tema e os objectivos deste estudo, apresentamos a problematização e as respectivas objecções, incluindo o estado de arte, onde são referenciadas as principais bibliografias utilizadas. Comporta ainda a metodologia, as técnicas, e por último, as limitações do próprio estudo.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, cada um deles tratando de um assunto específico e todos relacionados ao tema em epígrafe.

No capítulo I, apresentamos o enquadramento conceptual e o quadro teórico, em que nos servimos de guia para a elaboração da presente dissertação.

No capítulo II, tratamos da localização geográfica de Moçambique, do clima e relevo; da filiação em organismos internacionais; dos principais indicadores sócio-económicos; da sua economia no contexto da África Subsariana, dos PALOP; a construção do socialismo; a introdução do modelo económico socialista, o seu declínio e, finalmente, o Acordo de Nkomati. Do ponto de vista analítico, este estudo justifica-se pelo facto caracterização da história do socialismo em Moçambique.

No capítulo III pretendemos abordar o processo de adesão de Moçambique às IBWs e o início da implementação das reformas, com destalhe para a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE,s). Este capítulo faz uma alusão à Conferência de Bretton Woods, os seus objectivos e condicionalismos. Estabelecemos uma comparação entre o BM e o FMI. Em breves linhas, são tratadas a guerra civil, o AGP e o multipartidarismo. Estudamos a assistência da ajuda internacional após o AGP, incidindo sobre o apoio ao OE; a dívida externa e por último os financiamentos sectoriais. Dentro deste contexto, analisamos os argumentos da ajuda internacional, quer na perspectiva africana como na moçambicana.

No capítulo IV, apresentamos os resultados da pesquisa. Dada a natureza do método contrafactual, apresentamos, analisamos e interpretamos os dados, tendo em vista a confirmação das hipóteses elencadas.

E por último, as conclusões, recomendações e os anexos.

CAPÍTULO I-

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E QUADRO TEÓRICO

Na primeira parte deste capítulo, discutem-se alguns conceitos significativos que nortearam o presente trabalho. Na segunda parte, do mesmo capítulo, apresenta-se o quadro teórico (o método contrafactual) que constitui a pedra angular desta pesquisa.

1.1 Enquadramento conceptual

O conceito de desenvolvimento tende a ser dos mais polissémicos e erráticos nas ciências sociais desde a Segunda Guerra Mundial devido, como referem Dutt e Ros (2008), a constantes transformações e diversidade na literatura²⁹.

Apesar de haver um largo consenso no que toca a evolução do capital humano, do capital social e o uso sustentável do capital natural, o conceito de desenvolvimento não é consensual entre os autores, isto porque um país pode registar altos índices de desenvolvimento económico, ser considerado desenvolvido, mas violar os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos.³⁰

Segundo Sen (1988:20), citado por Adam (2006:109) o conceito de desenvolvimento é ilusório na medida em que o que é ou não considerado um caso de desenvolvimento depende exclusivamente da noção do tipo de coisas que vale a pena promover.

Por essa razão, a dependência do conceito de desenvolvimento torna-se um problema na medida em que 1) a estimativa do valor de uma coisa aceite por diferentes pessoas difere de pessoa para pessoa; 2) o processo de mudança presente no desenvolvimento altera as estimativas de valor das pessoas envolvidas.³¹

Algumas linhas a seguir, Sen (1988), (*apud* Adam:109) afirma que o conceito de desenvolvimento precisa ser definido em termos de i) acesso universal a alimentação saudável, ar e água não poluídos, vestuário e abrigo com higiene; ii) aumento da base de recursos ao mesmo tempo que se melhora os resultados; iii) auto-suficiência e uso benéfico do potencial de cada localidade, região e nação na

²⁹Cf. Amitava Dutt e Jaime Ros. *International Handbook of Development Economics*. Vols. I Northampton – Massachusetts.

³⁰Para uma abordagem sobre os direitos, v. Manuel Branco. *Economics for Human Rights*. NICPRI and CEFAGE - University of Évora. CEFAGE-UE Working Paper, 20/11/02.

³¹*Ibid.*

perspectiva de melhor utilização dos recursos ecológicos; iv) harmonia entre indivíduo, família e a sociedade.³²

Já Mucavele (2002:11), por sua vez, considera desenvolvimento como sendo o crescimento económico acompanhado pela transformação da estrutura social onde são reduzidas as diferenças entre os pobres e os ricos, com reformas caracterizadas por uma assistência social, estabelecimento de postos de saúde e uma maior actividade comercial nas zonas rurais.³³

Seja qual for o paradigma de desenvolvimento a considerar deve reflectir, a nosso ver, às necessidades básicas da população e do seu bem-estar social como enfatiza Alkire (2009): “the objective of development (...), is to expand capabilities and to support people’s agency. Capabilities are people’s real freedoms to enjoy valuable lives-to enjoy beings and doings that they value and have reason to value.”³⁴

Quanto ao conceito de crescimento económico, é entendido como o aumento da capacidade produtiva da economia, a produção de bens e serviços de um determinado país ou área económica num ano.³⁵

Rolim *et al.* (2002:101-104) defendem que o crescimento económico é resultado de três processos. Primeiro, os recursos disponíveis são utilizados com mais intensidade. Segundo, os recursos existentes são realocados de modo a aumentar a sua produtividade, e por último, existe um aumento na oferta de factores produtivos.

A partir destas definições, é-se obrigado a concluir que o crescimento económico está ligado a dois factores preponderantes: a produtividade económica e a qualidade de vida da população. Por isso, para se assegurar um crescimento económico sustentável é necessário que os bens e serviços (educação, saúde, justiça) sejam disponibilizados à população.

Esta tese procura demonstrar que o crescimento económico de Moçambique foi conseguido, graças à recepção da ajuda internacional e do desenvolvimento e esforços governamentais, porquanto a economia do país estava praticamente exaurida.

³²Cf. Hettne; Karlsson e Magnusson, 1990:44 in Yussuf Adam, op.cit: 109.

³³ *Análise do Desenvolvimento em Moçambique no Contexto da África Austral*. Maputo. O Economista 2 / AMACON.

³⁴Veja-se a seguinte obra: Amartya Sen. *Arguments for a Better World*. Vol. II, New York, Oxford University Press, 2009. Traduzido por Miguel Rocha de Sousa “o objectivo do desenvolvimento (...), é expandir as capacidades e apoiar as pessoas enquanto agência. Capacidades são as liberdades reais das pessoas para desfrutar a vida enquanto seres que gostam de aproveitar e valorizar acções e que têm razão para valorizar”

³⁵Cf. De Souza (2005), Todaro e Smith (2003), in Banco de Moçambique, 2012c: 5.

As diferenças entre crescimento e desenvolvimento estão representadas na Tabela 2.

Tabela 2 - Crescimento vs desenvolvimento (análise comparativa)

Atributo	Crescimento	Desenvolvimento
1. Potencial explicativo	Maior opacidade	Maior capacidade analítica
2. Natureza	Essencialmente quantitativo na medida em que integra os meios materiais capazes de produzirem bem-estar aos indivíduos	Essencialmente qualitativo na medida em que se refere à satisfação real obtida com esses meios materiais, bem como a partir de meios não transaccionáveis no mercado.
2.Relevância dos aspectos de transformação estrutural	Admissíveis embora não determinantes	Constituem a essência do próprio processo
3. Relevância dos aspectos normativos	Nenhuma	Total
5. Disciplinaridade	Unidisciplinaridade (predomínio do económico)	Pluri e multidisciplinaridade
6. Medida	Um indicador global (taxa de variação do PNB ou PIB per capita), configurado como aproximação ao bem-estar pessoal.	Indicadores sintéticos ou complexos integrado quer aspectos normativos quer de mudança estrutural; influência das interdependências temporais e da duração da vida.

Fonte: Adaptação do autor com base em: António Figueiredo, Argentino Pessoa e Mário Silva. *Crescimento económico*. Lisboa, Escola Editora, 2005:22.

De acordo com a abordagem que se pretende nesta dissertação, uma explicação simplificada do PIB é encontrada em Francisco (2002), (*apud* Rolim *et al.*, 2002:22). Segundo estes autores, o PIB reúne os valores de todos, ou pelo menos grande parte, dos produtos e serviços que a economia produz durante um dado ano, independentemente de quem detém (residente e não residentes) os meios de produção.³⁶

Quanto ao conceito de rendimento *per capita*, Soares (2010:206) afirma que é o indicador utilizado na análise económica dos países conjuntamente com os demais indicadores económicos e sociais do desenvolvimento.³⁷ Segundo o autor, este indicador traduz a parte do rendimento nacional que cabe a cada um dos habitantes de um país. Matematicamente é igual a: rendimento *per capita* = Rendimento Nacional (RN) / população total.

Outro conceito que faz parte do léxico desta dissertação é o capitalismo. Na visão de Samuelson e Nordhaus (2005:733), o capitalismo é um sistema económico em que a maior parte da riqueza (terra e capital) é propriedade privada. Nesse tipo de

³⁶Cf. António Francisco, citado por Cássio Rolim *et. alli*. *A Economia Moçambicana Contemporânea*. Maputo, Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças de Moçambique.

³⁷Cf. José Soares. *Dicionário de Economia*. Lisboa, Plátano Editora.

economia, os mercados privados são os principais instrumentos usados para a aplicação de recursos e a criação de rendimentos.³⁸

Em relação ao conceito de socialismo, é dada por Hayek (1990). Para este autor, socialismo pode significar simplesmente os ideais de justiça social, maior igualdade e segurança que são os fins últimos do socialismo.³⁹

No entendimento de Hayek, o socialismo equivale à abolição da iniciativa e da propriedade privada dos meios de produção e à criação de um sistema de economia planificada no qual o empresário que trabalha, visando o lucro é substituído por um órgão central de planeamento.⁴⁰

No mesmo diapasão, Moreira (2010:421) acrescenta que no sistema socialista o comércio externo é estatizado e as trocas entre o Estado socialista e outros Estados são submetidas a um regime de direito público, isto é, o Estado também coopera, por necessidade, na elaboração de um quadro jurídico internacional, porém é ele que executa e não entidades da sociedade civil.⁴¹

Finalmente, uma opinião crítica sobre o conceito de socialismo é dada por Heilbroner (2001:181). Para este autor, o socialismo é um sistema económico de planeamento central em que o Governo controla todos os meios de produção. Mais adiante, afirma que o socialismo tem sido o insucesso do século XX, nascido de um compromisso para remediar os defeitos económicos e morais do capitalismo.⁴²

Seriam precisas muitas mais páginas para dissecar o conceito de ajuda internacional ou ajuda externa ocidental (dois termos utilizados nesta dissertação), dada à vastidão que o assunto ocupa na literatura. Para os pressupostos deste trabalho, são consideradas duas perspectivas de ajuda externa: a primeira, no sentido estrito ou corrente do termo, que é da autoria de Castel-Branco (1994:23-24) e que define a ajuda externa como

“(...) os fluxos de poupança de não residentes de um determinado país para o outro. Estes fluxos incluem normalmente empréstimos com condições de reembolso concessionais (baixas taxas de juros e períodos de graça e de reembolso prolongados), donativos em espécie ou monetários.”

³⁸Cf. Paul Samuelson e William Nordhaus. *Economia*. 18ª edição. Lisboa, McGraw-Hill.

³⁹Frederick Hayek. *O Caminho da Servidão*, 5ª ed. Rio de Janeiro, Instituto Liberal.

⁴⁰Ibid.

⁴¹Cf. Adriano Moreira. *Teorias das Relações Internacionais*, 6ª ed. Coimbra, Almedina.

⁴²Cf. Robert Heilbroner (2001) in David Henderson e José das Neves. *Enciclopédia de Economia*, 3ª ed. Lisboa, Principia.

Amplamente, segundo Adam (2006:169), a ajuda externa é usada para representar fluxos de ajuda que provêm de fora das fronteiras do estado nacional (fluxos provenientes de fontes bilaterais e multilaterais e a doação de agências privadas).

Segundo este autor, os fluxos oficiais são compostos por: i) Assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), doações e empréstimos contraídos pelo sector oficial, com a promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar como principais objectivos; em termos financeiros concessionais (no caso de um empréstimo, pelo menos uma componente de 25% constitui doação); ii) Cooperação técnica: doações ou empréstimos para nacionais de países em desenvolvimento a receber formação no estrangeiro e para cobrir despesas com o pessoal do país desenvolvido a trabalhar no exterior, e; iii) Outros fluxos oficiais (não concessionais).

De acordo com Monteiro (2001: 74) a ajuda a projectos caracteriza-se por se destinar a uma actividade ou conjunto de actividades cujos resultados são previsíveis. Os exemplos neste domínio são muitos: a construção de um troço de estrada ou auto-estrada; a construção de determinado número de casas ou mesmo um bairro; a construção de uma barragem; a execução de um projecto de desenvolvimento rural integrado, enquanto que ajuda a programas se destina à actividade social de um país, considerado no seu todo. A título de exemplo, destacam-se às transferências de recursos para os sectores da educação ou da saúde, acompanhadas de indicações quanto aos objectivos da aplicação de tais recursos. Segundo nota o autor, a ajuda a programas torna-se mais eficaz e é mesmo a preferida pelos organismos multilaterais.

Ainda sobre a ajuda a programas, a OCDE (2001) citada por Imperial (2006:18), enfatiza o seguinte:

Os programas são o instrumento usado actualmente pela cooperação que corresponde a situações em que os recursos são afectados ao funcionamento de um sector dentro de um acordo - quadro flexível (estabelecido entre doadores e receptores), permitindo maior margem ao país receptor para influenciar a sua definição e aplicação. Os mais poderosos programas são multilaterais, como é o caso dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE), implementados pelo Banco Mundial e FMI.⁴³

A definição de ajuda a programas é pertinente na medida em que, esta tem sido um dos mecanismos responsáveis para a redução dos níveis de pobreza, bem como para a

⁴³Cf. Jovelina Imperial. *A CPLP e a Cooperação para o Desenvolvimento: em que medida a CPLP pode contribuir para o desenvolvimento dos Estados-membros*. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

implementação de reformas em vários sectores, ligados à saúde, trabalho, ambiente e transporte.

A ajuda financeira inclui apenas a transferência de recursos financeiros, para Monteiro (2001:74) estas transferências podem fazer-se sob a forma de donativos ou de empréstimos ou créditos de ajuda, quando, incluir um mínimo de 25% do total dos recursos envolvidos sob a forma de donativo.

Segundo o mesmo autor, a ajuda de emergência traduz-se em operações de socorro humanitário e em situações de catástrofes naturais e conflitos bélicos vividos pelos países receptores. A ajuda de emergência e alimentar, ambas são ajudas de carácter humanitário de curto prazo.

Destaque, ainda, para os conceitos de ajuda bilateral, que, segundo Monteiro (2001) há uma relação directa entre o país doador e o país beneficiário. Portanto, por haver um controlo directo sobre a APD, esta é a forma de ajuda preferida pelos países doadores. Quanto à ajuda multilateral, mantém-se a fonte controlada pelo país doador, mas a responsabilidade e o controlo cabem por inteiro a uma entidade intermediária (organismo multilateral), que desfruta de grande autonomia em relação aos seus países membros. Em relação à ajuda multi-bilateral, verifica-se quando um determinado país doador fornece a certo organismo multilateral recursos para que sejam utilizados num objectivo específico e bem definido *à priori*.⁴⁴

De acordo com o mesmo autor, a ajuda ligada tem sido alvo de muitas críticas e polémicas, havendo mesmo quem considere constituir uma forte subordinação dos princípios da APD aos interesses dos países doadores, contrariamente à ajuda não ligada, onde não há qualquer condição ou restrição à sua concessão.

À medida que as Relações Internacionais evoluem, vão surgindo com elas novos conceitos e novos paradigmas de conceitos. Um dos conceitos que merece destacar neste estudo, por se parecer com o conceito de ajuda externa, é a cooperação.

Assim, segundo Monteiro (2001: 63-76) a cooperação é um subproduto da NOEI, portanto, é um conceito novo no quadro das relações internacionais que, *in lato sensu*, inclui a transferência de recursos de um país para outro com o fim de promover o desenvolvimento do país receptor.

⁴⁴Cf. Ramiro Monteiro, op. cit: 72.

1.2 Quadro teórico

O objectivo deste quadro é analisar e discutir o pensamento contrafactual. Como se referiu, o pensamento contrafactual surge no contexto da chamada *New Economic History* (“Nova” História Económica), também designada por *Cliometria*, a qual se opõe à história tradicional.

Grandi (2009:205) explica que coube a Alexander Gerschenkron, os primeiros estudos sobre a teoria económica. Anos mais tarde, pesquisadores como Alfred Conrad e John Meyer iriam fundamentar os princípios da Nova História Económica, através do trabalho titulado “*Economic Theory, Statistical Inference and Economic History*”, publicado em 1957.

Um ano depois, em 1958, com o trabalho intitulado “*The Economics of Slavery in the Antebellum South*”, os mesmos autores rebateram as conclusões, até então amplamente consagradas pelas historiografias anteriores, sobre a baixa rentabilidade da escravatura.⁴⁵

Ao alterar o sentido dessas preposições, Grandi (2005:205) afirma que Conrad e Meyer acabariam gracejando simpatias por parte de um grupo de pesquisadores, predominantemente economistas que contestariam, poucos anos depois, as conclusões sobre alguns temas clássicos da época.

Assim, a revolução da “Nova” História Económica ocorre a partir de 1966, quando os apologistas da *Cliometria* encontram no jornal “*Journal of Economic History*, um *locus* seguro para a difusão dos principais resultados de seus trabalhos.”⁴⁶

Um importante pormenor que contribui para o sucesso deste jornal, que na altura eram editores Douglass North e William Parker, foi o uso das tecnologias de informação e comunicação, com realce para o computador, permitindo que os dados pesquisados fossem explorados por métodos econométricos.

O fortalecimento da “Nova” História Económica acontece, segundo Grandi (2005) com o aparecimento de um conjunto de trabalhos teóricos sobre a questão do

⁴⁵Cf. Guilherme Grandi. *História Econômica ou Economia retrospectiva? Robert Fogel e a polêmica sobre o impacto econômico das ferrovias no século XIX*. Revista Territórios e Fronteiras V.2 N.1 – Jan/Jun 2009, disponível online aqui: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02> (acedido a 14/11/2012).

⁴⁶Ibid.

crescimento económico promovido pela redução dos custos com transporte⁴⁷, em particular os trabalhos desenvolvidos por Robert Fogel, como adiante iremos ver.

Feito o percurso sobre a evolução histórica, urge questionar: afinal o que é a “Nova” História Económica e qual o seu campo de estudo?

A “Nova” História Económica é um ramo da ciência económica que, segundo Mendes (1993: 80-81) “previligia o uso da especulação ou da hipótese contrafactual.”

Sobre o campo de estudo da “Nova” História Económica, Mendes (1993) arrola as seguintes:

- 1) crescimento económico (rendimento “*per capita*” e produtividade do trabalho);
- 2) desenvolvimento, de forma a explicar os motivos pelos quais este tem sido tão rápido, em alguns países, e tão lento, noutros.

Quanto aos contributos mais significativos, o autor aponta:

- a) a escravatura nos Estados Unidos, no século XIX;
- b) o papel do caminho-de-ferro, no crescimento económico dos Estados Unidos e da Europa;
- c) a decadência da economia britânica entre 1873 e 1914, isto é, sensivelmente no período da 2ª revolução industrial ou do 2º momento da industrialização.

Dos contributos expostos, destaca-se o papel do caminho-de-ferro no crescimento económico dos EUA, um trabalho que foi consagrado por Fogel em 1964. A este propósito, alguns autores como Nunes (s/d: 6) considera Fogel um dos pioneiros da “Nova” História Económica, mormente na “utilização simultânea de análise contrafactual”⁴⁸, querendo dizer que, “a comparação do comportamento e evolução de

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ Cf. Ana Bela Nunes. *A História Económica na História dos prémios Nobel da Economia*, s/d, in

fenómenos reais, observados, com uma hipótese alternativa construída, não observada, sobre o mesmo fenómeno, de técnicas de estatística analítica e de teoria económica, nomeadamente a neoclássica.”⁴⁹

1.2.1 Transporte ferroviário vs crescimento económico (Fogel)

Como referimos em linhas anteriores, a Nova História Económica desenvolvida por Fogel (1964) surge como uma teoria aplicada que recorre a métodos quantitativos, *para explicar as mudanças económicas e institucionais*, rebatendo as preposições defendidas pela história tradicional.

No debate sobre os transportes ferroviários dos EUA no século XIX, os tradicionalistas defendiam a indispensabilidade das ferrovias para o crescimento e desenvolvimento económico americano.

Recorrendo à análise econométrica aplicada, Fogel contrapõe a tese da história tradicional, alegando que “(...) se a tecnologia ferroviária não estivesse disponível na época, haveria uma alternativa igualmente eficiente que era o transporte por hidrovias.”⁵⁰

Mais do que uma mera especulação ou presunção, Fogel (1964) apresenta cálculos econométricos que se pretendem irrefutáveis, sobre as vantagens do uso de hidrovias, em detrimento das ferrovias, até então amplamente divulgada pelos tradicionalistas.

Deste modo, como comenta Pessoa Jr. (2010, s/p), o PIB atingido nos Estados Unidos com as ferrovias, a 1 de janeiro de 1890, teria sido atingido com as hidrovias em três meses.

Num outro desenvolvimento, Fogel acentua que o impacto total do sector ferroviário no produto nacional norte-americano em 1890 foi de 4,7%⁵¹, e nos cálculos teóricos apresentados por Fishlow (1965), em 1859, foi de 3,3%.⁵²

<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1015/1/A%20HIST%C3%93RIA%20ECON%C3%93MICA.pdf> (acedido a 14/11/2012).

⁴⁹Cf. Robert Fogel, prémio Nobel de economia em 1993, prémio que dividiu com Douglass North. Conforme Marcelo Campos (2012: s/p) tanto Fogel como North não foram os primeiros economistas premiados pelo Nobel a estudarem a história económica, mas sim por renovarem esta disciplina, inserindo uma maior formalização matemática e estatística nela.

⁵⁰Oswaldo Pessoa Jr. op.cit, s/d.

⁵¹Guilherme Grandi, op. cit.

⁵²Cf. Albert Fishlow (1965) in Guilherme Grandi, op. cit: 210.

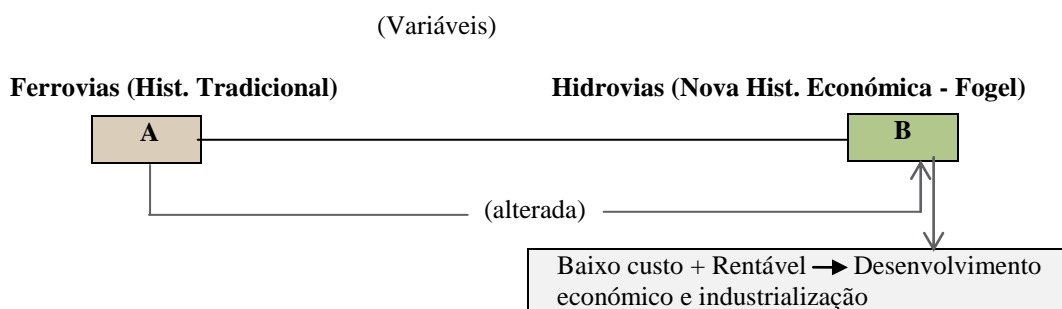
Na perspectiva de Fogel, a opção pelas hidroviás⁵³, seria muito mais económica e rentável que a utilização das ferrovias, por dois motivos: porque o país dispunha de um número considerável de rios e lagos, capazes de responder às necessidades que se impunham na industrialização e desenvolvimento; e segundo, porque a relação custo de oportunidade das hidroviás compensava o custo dos transportes, daí a razão de ser, na essência, da seguinte passagem:

The option for waterways would make use of the navigable rivers and lakes, the canals already built, and also many new canals. The industrial regions that would develop would be partially different from the ones that have in fact developed in our actual world.⁵⁴

Do que foi escrito até agora, podemos afirmar que Fogel procura demonstrar aos defensores da história tradicional onde o factor dinamizador da economia americana no final do século XIX, parecia ser as ferrovias que ligavam o país de leste a oeste, não passava de uma conclusão enigmática e dissonante.

Neste caso, podemos concluir que a hipótese A (o uso das ferrovias) é alterada pela B (o uso das hidroviás), é caracterizada por baixos custos que sendo mais rentáveis promovem o desenvolvimento económico e a sua industrialização, como ilustra a Figura 1.

Figura 1- Hipóteses (EUA – século XIX)



Fonte: Elaboração própria

⁵³Hidroviás são uma rota predeterminada para o tráfego aquático. Significado de hidroviás, aqui: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hidrovia> (acedido a 15/11/2012).

⁵⁴Cf. Osvaldo Pessoa Jr. “*Modeling the Causal Structure of the History of Science*”, in Magnani, L.; Carnielli, W. & Pizzi, C. (orgs.) *Model-Based Reasoning in Science and Technology*, SCI 314, Springer, Berlin, 2010b:651. Traduzido pelo Professor Miguel Rocha de Sousa: “A opção por cursos de água faria uso dos rios e lagos navegáveis, dos canais já construídos, e também dos muitos novos canais. As regiões industriais que se desenvolveriam seriam parcialmente diferentes das que se têm, de facto, desenvolvido no nosso mundo real.”

1.3 História virtual

Embora diferentes nas suas abordagens, os pressupostos teóricos de Fogel (1964) como os de Ferguson (2006), assentam numa premissa comum: o estudo da história económica. Enquanto Fogel prioriza a aplicação da teoria económica e os métodos quantitativos aos factos históricos, para explicar as mudanças históricas e institucionais; Ferguson recorre à História virtual, por vezes referida como a História contrafactual, para explicar os aspectos contingentes da História. A essência da História virtual é o uso recorrente das objecções e dos modelos contrafactuais nas suas análises, opondo-se fundamentalmente às teorias deterministas, como o marxismo.

Objecções contrafactuais, “para que fazê-las?”

Segundo Ferguson (1996: 16 e segts) “parece que não conseguimos resistir a imaginar cenários alternativos: o que poderia ter acontecido se, ao menos, tivéssemos ou não tivéssemos”, ou então, “imaginarmo-nos a evitar erros do passado ou a cometer erros que evitámos por pouco.”

Neste exercício mental, o que parece uma quimera, não é. Para Ferguson imaginar tais contrafactos constitui uma parte fundamental da forma como aprendemos, daí que, enfatiza:

Como as decisões sobre o futuro são, geralmente, baseadas na avaliação das consequências potenciais de cursos de acção alternativos, faz todo o sentido comparar os resultados reais do que fizemos no passado com os resultados possíveis daquilo que poderíamos ter feito.⁵⁵

O passado como repositório da memória individual e colectiva do ser humano deve ser sempre um campo aberto às picaretas da investigação, construindo-se objecções alternativas, de forma a responder aos problemas levantados, como por exemplo, o que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido ajuda internacional ao desenvolvimento?

No que respeita à questão “para quê fazê-las”, se o tempo simplesmente não volta? A esta pergunta Ferguson responde da seguinte maneira:

⁵⁵ Ibid.

Primeiro é uma necessidade *lógica*, quando se fazem perguntas sobre casualidades, colocar a questão 'se não fosse' e tentar imaginar o que teria acontecido se a nossa suposta causa estivesse ausente. Por esta razão, somos obrigados a construir passados alternativos plausíveis na base de juízos sobre a probabilidade, e estes só podem ser feitos com base nas provas históricas. Em segundo lugar, fazer isto é uma necessidade *histórica* quando se tenta compreender como 'realmente foi' o passado – precisamente no sentido rankeano, pois devemos atribuir igual importância a todas as possibilidades que os contemporâneos contemplaram e maior importância a estas do que a um resultado que eles não anteviam.⁵⁶

Tomando por base a obra “História Virtual”, cabe a Clark (2006) a abordagem da Revolução Americana de 1776. Nela, o autor afirma que se a Revolução Americana não tivesse acontecido não teria sido possível a proclamação da independência das Treze Colónias dos Estados Unidos da América, a 4 de Julho. A revolução americana contra o Reino da Grã-Bretanha, no entendimento deste autor, influenciou a independência dos EUA, uma vez que:

(...) se não tivesse sido necessário recorrer à guerra para conquistar a independência, deixaria de existir motivos para a união das colónias. Mesmo o frágil sistema confederal previsto nos Antigos da Confederação só foi possível porque se devia limitar a necessidades militares extremas. Sem a guerra, as invejas, as rivalidades e as diferenças teriam provavelmente impedido a união entre as colónias norte-americanas, ou pelo menos teriam levado a uma associação muito mais vulnerável.⁵⁷

Eric Lemestre⁵⁸ ao partilhar de uma mesma opinião refere que as 13 colónias não ficariam unidas, visto que descendiam de grupos étnicos diversos e oriundos de regiões político-administrativas e culturalmente diferentes.

Em consequência da rivalidade das colónias não haveria a independência, e a democracia, que viria a ser uma marca da nova república, jamais teria triunfada.

Segundo o texto de Haslam, seleccionado da “História virtual”, afirma que a Guerra Fria teria sido evitada se não tivesse havido a corrida maciça aos armamentos por parte das grandes potências mundiais. Para este autor, sem a Guerra Fria o mundo não teria vivido um clima de crispação e de hostilidade em que as populações foram as principais vítimas.⁵⁹

⁵⁶ Ibid, Ibidem: 97.

⁵⁷ Cf. J.C.D. Clark. *A América Britânica: E se a Revolução Americana não tivesse acontecido?*, in Niall Ferguson, op. cit: 136-137.

⁵⁸ Eric Lemestre, funcionário do Ministério das Finanças do Reino da Bélgica, entrevista realizado e-mail a 19/11/2012, em Maputo.

⁵⁹ Cf. Jonathan Haslam. *A Guerra ou Paz de Estaline. E se a Guerra Fria tivesse sido evitada?* in Niall Ferguson, op. cit: 285-304.

1.3.1 Críticas a História virtual

Como qualquer teoria, a Nova História Económica e a História Virtual não estão isentas de críticas. E.H. Carr (1987) afirma que “a história contrafactual é um 'jogo de salão', um 'beco sem saída' (...)”⁶⁰, e mais adiante, na mesma página, diz “... as perguntas começadas por 'E se?' não merecem ser feitas”, e prossegue: “[...] a história é [...] um registo do que as pessoas fizeram e não o que não fizeram. O historiador debruça-se sobre aqueles que [...] conseguiram algo.”⁶¹

O filósofo idealista inglês Michael Oakeshott (1933), num ataque ao método contrafactual, afirma que “(...) em história, a pergunta nunca é o que deve ou o que deveria ter acontecido mas apenas o que as provas nos obrigam a concluir que aconteceu realmente [...]”, por outras palavras, “o historiador nunca é chamado a considerar o que deveria ter acontecido se as circunstâncias tivessem sido diferentes.”⁶²

Para Oakeshott, o método contrafactual não passa de “uma extravagância da imaginação”.

E a saga continua. Primeiro com E. P. Thompson (1978) que considera “as ficções contrafactuais” como “*Geschichtswissenschaftslopff*”⁶³, isto é, “lixo não histórico”; e depois J. Heffer (1986:224), citado Mendes (1993: 81 e 83) afirma que “*a hipótese de um mundo condicional irreal tem chocado muito, aos historiadores repugna escrever com se*”. Este desagrado parte do princípio de que para os historiadores tradicionais a História Económica não se faz com “ses”.

Na mesma linha de pensamento que E. P. Thompson, Fritz Redlich, citado por Redlich (1965: 484) in Grandi (2009: 211) considera que o método contrafactual é “*are derived from reality, figments are mere 'as if' constructs, without parallels in reality*”⁶⁴, ou seja, é uma quimera “sem paralelo com a realidade”.

Resta-nos, finalmente, reforçar as vantagens do método contrafactual. E, nesta perspectiva, o método contrafactual é promissor na medida em que “poderá servir não

⁶⁰ Cf. E. H. Carr. *What Is History?* 2ª ed. Londres, 1987, in Niall Ferguson, op. cit:18.

⁶¹ Idem.

⁶² Cf. Michael Oakeshott. *Experience and its Modes*. Cambridge, 1933:128-45, in *apud* Niall Ferguson, op. cit:20.

⁶³ Cf. E. P. Thompson, *The Poverty of Theory in idem, The Poverty of Theory and Other Essays*. Londres, 1978:300 in Niall Ferguson, op. cit:18.

⁶⁴ Traduzido pelo Professor Miguel Rocha de Sousa: “são derivadas da realidade, são meras invenções ou hipóteses construídas 'como se', sem paralelo na realidade”.

só para investigar novas questões, como também para rever outras, já anteriormente objecto de pesquisa (...).”⁶⁵

⁶⁵ Cf. José Mendes, op. cit:198.

CAPÍTULO II -

CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA, CLIMÁTICA E SÓCIO-ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE

2.1.1 Localização

A República de Moçambique localiza-se na costa sudeste da África Austral entre os paralelos 10° 27' N e 26° 57' S de Latitudes Sul e entre os meridianos 30° 12' e 40° 51' de Longitude Este. Abrange uma área de 799.380 km², da qual 786.580 km² é da terra firme e 13.000 km² é de águas internas.⁶⁶

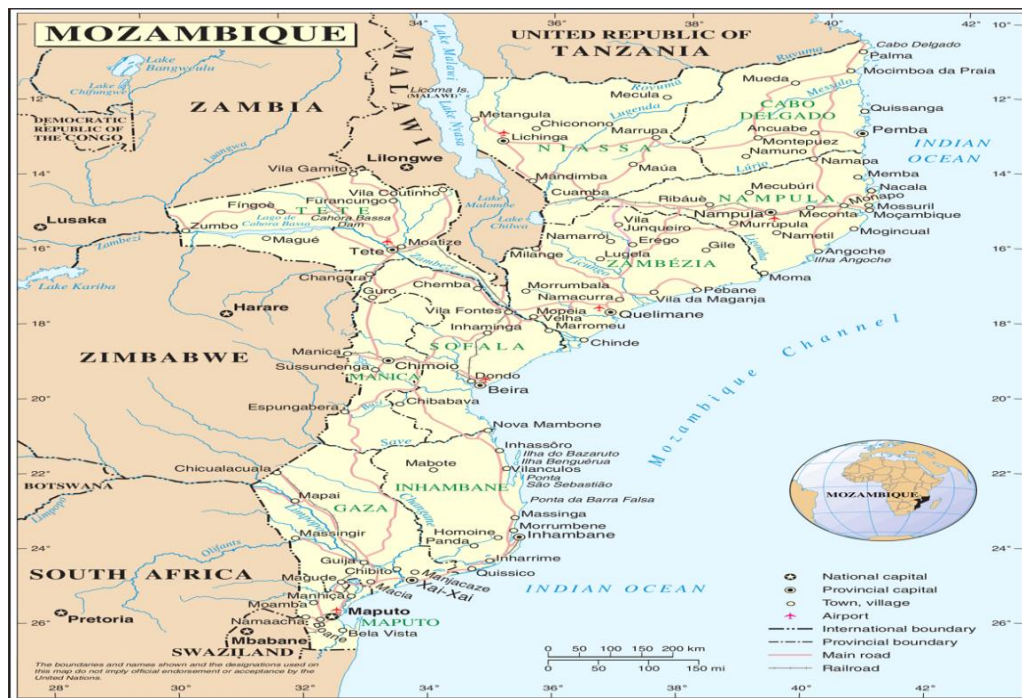
Toda a faixa Este, com cerca de 2.470 km é banhada pelo Oceano Índico, é limitado a norte com a República da Tanzânia, a noroeste com o Malawi e a Zâmbia, a oeste com o Zimbabwe e a República da África do Sul, e a sul com a Suazilândia e ainda a África do Sul.

O país divide-se em 11 províncias administrativas, distribuídas em três grandes regiões: Norte, que compreende as províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado; Centro, com as províncias de Tete, Manica, Zambézia e Sofala, e a região Sul, que inclui as províncias de Maputo Cidade (capital do país), Maputo Província, Gaza e Inhambane.

⁶⁶Informações baseadas no portal do Governo da República de Moçambique, disponível aqui: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique> (acedido a 19/11/2012), e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível aqui: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php> (acedido a 10/11/2012).

A Figura 2 mostra a localização geográfica de Moçambique.

Figura 2 - Mapa de Moçambique



Mapa de Moçambique, crédito da imagem aqui⁶⁷

2.1.2 Clima e relevo

O clima de Moçambique é predominantemente tropical e húmido, com duas estações distintas: fresca e seca (de Abril a Outubro) e uma estação quente e húmida (entre Novembro e Março).

De acordo com o Banco de Moçambique (2012: 4a), a zona norte do país é constituída por uma grande formação montanhosa em que as maiores elevações se situam ao longo da margem leste do Vale do Rift da África Oriental.

A região central é dominada pelo Vale do Baixo Zambeze. Junto ao delta, o vale é caracterizado por planícies enquanto que no interior, na província de Tete, as margens do vale são montanhosas. A zona sul do país, (a sul do Rio Save) é constituída por uma vasta planície litoral limitada por formações montanhosas ao longo da fronteira ocidental.⁶⁸

⁶⁷ V. <http://www.un.org/depts/Cartographic/map/profile/mozambiq.pdf> (acedido a 23/04/2012).

⁶⁸ Ministério da Planificação e Desenvolvimento de Moçambique e Banco de Moçambique. *Estratégia Nacional de Desenvolvimento: XXXVI Conselho Consultivo*. Matola, 25 a 27 de Janeiro de 2012b.

A localização geográfica do país facilita a ocorrência sistemática e de forma cíclica de desastres naturais (cheias, secas e ciclones).

De acordo com a mesma fonte, Moçambique apresenta uma grande variedade de solos, devido às condições geológicas e do tipo de climas característicos do país. A região norte é predominada por solos de fertilidade média e no sul os solos arenosos de baixa fertilidade, intercalados com planícies de aluviais altamente férteis.

No que concerne à vegetação, destacam-se essencialmente três espécies: a floresta densa, a floresta aberta e a savana, incluindo o mangal que aparece em zonas restritas. Contudo, a vegetação predominante em grande parte do território moçambicano é savana.⁶⁹

Por fim, referir que o país conta com mais de 100 bacias hidrográficas, cerca de 1.300 lagos e 10 barragens, com capacidade de armazenamento de 430.000 m³ de água.⁷⁰

2.1.3 Filiação em organismos internacionais

Segundo o site do MINEC, em relação à política externa, Moçambique está filiada de um modo geral nos seguintes organismos internacionais: Organizações das Nações Unidas (ONU), União Africana (UA), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), COMMONWEALTH, Movimento dos Não - Alinhados (NAM), África, Caraíbas e Pacífico (ACP's), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Internacional de Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização Mundial do Comércio (OMC), Programa Mundial para Alimentação (PMA), Comité Internacional da Cruz Vermelha Internacional (CICV), Parlamento Pan-Africano (PPA), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Organização Internacional da Polícia Criminal (INTERPOL).⁷¹

⁶⁹ Ibid.

⁷⁰ Ibid.

⁷¹ Site disponível online aqui:

http://www.minec.gov.mz/index.php?option=com_content&task=view&id=57&Itemid=95 (acedida a 01/06/2012).

2.1.4 Indicadores sócio-económicos

Na tabela que se segue, apresentamos os indicadores sociais e económicos de Moçambique.

Tabela 3 - Indicadores básicos

MOÇAMBIQUE		2010-2012
Independência		25-06-1975
População (1000 hab.)		23 929 380
Densidade populacional (hab/km ²)		28,0
Taxa de crescimento da população (%)		2,7
População urbana (%)		30,8
Língua oficial		Português
Chefe do Estado e do Governo		Armando Emílio Guebuza
Moeda, inflação		
Moeda		Metical da nova família
Taxa média de câmbio (2010) (MT/USD)		33,00
Inflação anual (%) Dez. 09 / Dez. 10		12,4
Comércio Externo		
Exportação (fob) 10 ³ USD 2009		2 147 183
	2010	2 333 250
Importação (cif) 10 ³ USD 2009		3 803 624
	2010	3 863 669
Balança comercial (10 ³ USD) 2009		- 1 530 419
	2010	- 1 656 441
Indicadores macro-económicos		
PIB pm (preços correntes) (10 ⁶ MT) 2009		266 213
PIB pm (preços correntes) (10 ⁶ MT) 2010		312 751
Taxa de crescimento em volume 2010 b/		6,8
Taxa de crescimento em volume 2012		7,3
Indicadores sociais		
Taxa de analfabetismo (%)		48,1
Esperança de vida ao nascer (anos)		52,1
Taxa de natalidade (per 1000)		41,6
Taxa de mortalidade (per 1000)		13,7
Legenda		

Fontes: Adaptação do autor com base em⁷²

⁷²Cf. INE (2010); <http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/14961841.html> (acedido a 12/09/2012); <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php> (acedido a 10/11/2012).

2.2. A economia de Moçambique no contexto da ASA e dos PALOP

Neste ponto, analisamos, em primeiro lugar, a economia da África Subsariana⁷³ seguida da dos PALOP⁷⁴; em segundo, observamos a economia moçambicana no contexto das duas últimas economias supracitadas. Dada à complexidade do tema, o estudo abordará os aspectos gerais. Uma última nota tem a ver com os valores expressos na tabela, que reflectem os dados do Banco Mundial, pelo que podem não corresponder com os dados publicados pelas entidades governamentais de cada país em estudo.

2.2.1 África Subsariana

Analisando os dados disponíveis na Tabela 4 indicam que nas últimas três décadas e meia a África Subsariana (PVD) registou um valor médio do PIB real *per capita* de 673,1 USD.

A despeito de possuir recursos naturais abundantes, este valor correspondente a um crescimento médio negativo, em termos acumulados, de 0,3%. Importa referir que a instabilidade política e as hecatombes naturais são apontadas como as principais causas do fraco desempenho económico.

Contudo, em 2010 o PIB real *per capita* da África Subsariana atingiu o pico fixado em 1300,1 USD contra o mínimo de 475 USD registado em 1985, conforme a tabela em referência. À excepção do Sudão do Sul que em 2011 e 2012 teve um crescimento assinalável do PIB real *per capita* da África Subsariana, situado entre 5.2% e 5.3% (FMI, 2012:2).

Para Lledó (2012:14), o crescimento do PIB real *per capita* registado neste período ajudou a reduzir a pobreza na África Subsariana, mas não o suficiente para atingir as metas de Desenvolvimento do Milénio e recomenda: “o crescimento deve tornar-se mais inclusivo.”

Se a África Subsariana, tivesse pautado desde logo pelo crescimento inclusivo, adoptando políticas fiscais e macroeconómicas prudentes, favoráveis ao crescimento e desenvolvimento económico sustentável, as estatísticas hoje teriam sido mais

⁷³África Subsaariana corresponde à Região do continente africano a sul do Deserto do Sahara, ou seja, aos países que não fazem parte do Norte da África (v. Figura 10 em Anexo). http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81frica_subsaariana (acedido a 21/12/2012).

⁷⁴Fazem parte do PALOP os seguintes países membros: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

animadoras. No campo político e religioso, o diálogo e a alteridade devem ser as chaves para a construção de uma cultura de paz.

O que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido ajuda internacional ao desenvolvimento? Uma análise contrafactual no período pós-independência

Tabela 4 - Evolução do PIB real *per capita* em USD – Valores Correntes [Método Atlas BM]

Países/Região	ASS	Angola	Cabo-Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	STP**
Ano	PIB <i>per capita</i> em USD – Valores Correntes					
1980	703,8			132,6	290,3	
1981	684,1			180,7	283,9	
1982	621,1			189,3	284,0	
1983	564,8			183,8	249,2	
1984	523,4			152,9	255,5	
1985	474,0	750,6		156,0	334,3	
1986	509,1	681,8	641,7	138,6	391,8	
1987	584,9	772,1	773,2	181,5	176,1	
1988	599,0	813,8	861,4	168,4	157,0	
1989	605,2	923,5	861,5	213,9	173,0	
1990	588,0	992,8	972,8	240,0	181,8	
1991	591,6	1144,6	987,8	247,9	194,4	
1992	580,0	525,3	1079,8	213,7	137,5	
1993	533,2	464,8	969,1	219,2	136,5	
1994	506,3	345,7	1066,7	213,6	140,4	
1995	559,5	416,3	1242,2	225,7	141,0	
1996	566,0	604,4	1242,5	235,6	193,7	
1997	571,5	600,0	1226,5	229,4	222,5	
1998	525,4	490,6	1280,9	173,0	245,2	
1999	512,4	455,5	1359,1	184,4	250,8	
2000	514,0	655,5	1233,3	173,7	233,4	
2001	486,4	621,1	1265,0	157,4	218,0	533,1
2002	498,6	767,7	1371,6	157,9	218,8	622,3
2003	621,4	905,1	1769,4	361,4	236,6	662,0
2004	753,8	1239,2	1980,2	389,8	281,4	710,3
2005	857,8	1857,7	2055,4	418,8	316,7	745,7
2006	975,6	2655,0	2316,5	414,6	333,3	801,4
2007	1099,4	3449,4	2756,0	485,0	368,2	911,9
2008	1224,1	4666,7	3181,5	582,5	442,9	1069,1
2009	1132,6	4068,6	3227,9	562,4	428,2	1168,9
2010	1300,1	4451,2	3322,8	579,9	409,8	1192,8
2011					450,0	

Fonte: Adaptação do autor baseado no site⁷⁵

⁷⁵ www.worldbank.org [Data] – (acedido a 01/06/2012).

2.2.2 PALOP

Tendo em análise os dados da tabela em referência, o valor médio global do PIB real *per capita* de Angola, foi de 1358,4 USD. O valor máximo corresponde a 4666,7 USD, referente ao ano de 2008, contra o mínimo de 345,7 USD, registado em 1994.

Feita a análise dos dados, observa-se que o PIB real *per capita* angolana é a que ocupa a primeira posição no contexto da África Subsariana e dos PALOP. O rápido crescimento do PIB *per capita* de Angola, tem a ver com os recursos estratégicos existentes e com o fim da guerra civil em 2002.

Em relação ao PIB real *per capita* de Cabo Verde, o valor médio global no período em análise que foi de 1561,7 USD, contra o máximo de 3322,8 USD atingindo em 2010, e o mínimo de 641,7 USD. A respeito deste país, a pesquisa conclui que dois factores ocorreram para o seu sucesso económico, nomeadamente, a educação e a boa governação. Em relação à educação, importa afirmar que a taxa de alfabetizados em Cabo Verde situa-se na ordem dos 81,2% (estimativa de 2010).⁷⁶

No que concerne à boa governação, o jornal *A Semana*, refere que Cabo Verde é o melhor dos países lusófonos e está em primeiro lugar entre os 16 países da África Ocidental no Índice Ibrahim de Governação Africana de 2012, com 78 pontos (em 100 possíveis).⁷⁷

Em relação a São Tomé e Príncipe, o valor médio global do PIB real *per capita* foi de 841,75 USD, num máximo de 1192,8 USD (atingido em 2010), e o mínimo de 533,1 USD (conseguido em 2001). O valor máximo foi alcançado, entre outros factores, devido o incremento das exportações de cacau. Já o mínimo deveu-se à baixa produção.

Quanto à Guiné-Bissau, país que se encontra na lista dos “Estados falhados” (ver Figura 12 em Anexo), o PIB médio *per capita* global corresponde a 263,3 USD. O valor máximo conseguido em 2008 fixou-se em 582,5 USD, e o mínimo foi de 132,6 USD, atingido 1980.

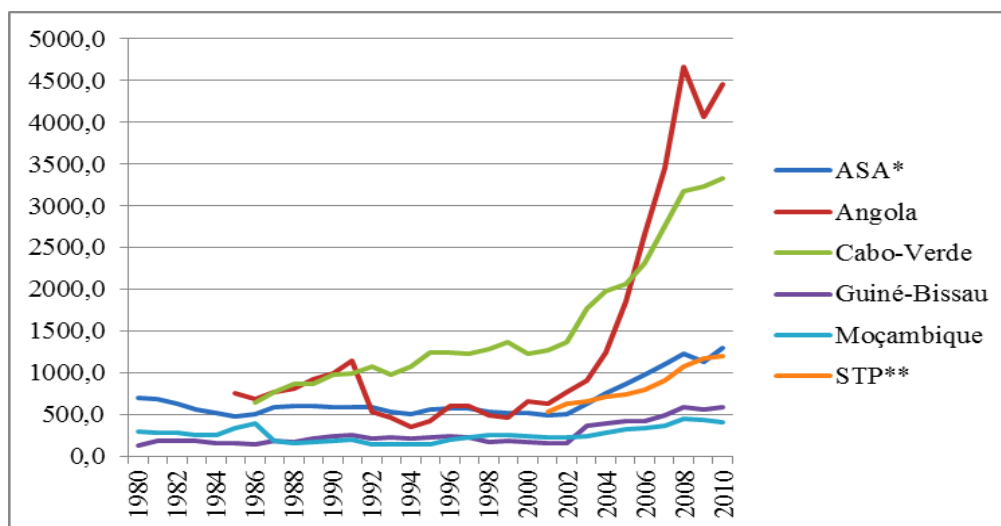
No caso de Moçambique, ponto fulcral do presente estudo, os dados disponíveis na tabela revelam que o valor médio global do PIB real *per capita* fixou-se em 261,7

⁷⁶ V. http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_Verde (acedido a 21/11/2012).

⁷⁷ V. jornal *A Semana* do 21 de Outubro de 2012. In <http://asemana.sapo.cv/spip.php?article81154&ak=1> (acedido a 21/11/2012).

USD. O máximo foi de 450 USD, e o mínimo de 136,5, registado em 1993. Avaliando os dados, Moçambique possui o PIB real *per capita* mais baixo entre os países da África Subsariana e dos PALOP.

Gráfico 1 - Evolução do PIB *per capita* em USD – Valores Correntes



Fonte: Adaptação do autor baseado no site⁷⁸

Como se pode observar no Gráfico 1, o PIB real *per capita* de Moçambique desde o ano 1980 até ao de 2004 não tinha uma tendência definitiva, alternando entre o crescimento e queda.

O crescimento efectivo do PIB real *per capita* regista-se a partir de 2005, por um lado por ser a altura em que o Governo moçambicano e as IBWs adoptaram um conjunto de medidas conducentes ao crescimento sustentável e à estabilidade macroeconómica, por outro devido ao fortalecimento do combate à pobreza absoluta, através de um plano estratégico quinquenal – Plano Quinquenal do Governo, a intensificação da ajuda externa ao desenvolvimento.

⁷⁸ V. www.worldbank.org (acedido a 01/06/2012).

2.3 A construção do socialismo em Moçambique

2.3.1 Pretexto

A construção do Estado moçambicano surge numa altura em que na arena internacional, mais concretamente no contexto da Guerra Fria, dois blocos antagónicos (o bloco soviético e o bloco ocidental) digladiavam-se, medindo forças visando à criação de um poder hegemónico na Europa e no mundo. Numa contenda, quando os dois contendores possuem a mesma musculatura física e provavelmente a mesma estratégia de defesa, é indubitável que esse conflito acabe sem que haja vencidos e vencedores. Assim também acontece com a Guerra Fria, não houve vencidos nem vencedores, mas criou uma nova dicotomia de paradigmas de poderes passando a vigorar no mundo, dois sistemas de governação bem distintos: o sistema capitalista e o socialista que teve fortes repercussões, sobretudo nas jovens nações africanas, incluindo Moçambique.⁷⁹ A presente pesquisa, sem pretender aguçar a polémica em curso, aponta os factores externo e interno como as principais causas da construção do socialismo em Moçambique. O factor externo associa-se à Guerra Fria e a recusa dos EUA em manter o apoio à FRELIMO, durante a luta de libertação nacional. Em relação ao factor interno, a existência no seio da Frelimo de uma linha dura e radical, que recorreu ao marxismo-leninismo como uma forma de tomar o poder, aproveitando-se da conjuntura histórica, política, económica e social do país.

2.3.2 Uma breve contextualização da expansão soviética

O nacionalismo emergente, baseado na “(...) solidariedade dos povos de cor, colonizados pelos ocidentais, e pobres, que se afirmava dando origem a uma atitude internacional comum (...)”⁸⁰, e a presença da Guerra Fria favoreceram o não-alinhamento, uma terceira via para o desenvolvimento, entre o capitalismo e o socialismo.⁸¹

Ainda que de forma breve, podemos, afirmar que a terceira via, designada por política de não-alinhamento identificava-se mais com o Leste socialista que com o

⁷⁹ Sobre a diferença entre o bloco soviética e o bloco ocidental, v. Adriano Moreira, op. cit: 586-591.

⁸⁰ Ibid, ibidem: 157.

⁸¹ Cf. Ramiro Monteiro, op. cit: 24.

bloco ocidental, visto este não estar comprometido com a situação colonial, porquanto não tinha domínios coloniais nos trópicos.⁸²

Por conseguinte, tanto a URSS como a China souberam penetrar no Terceiro Mundo⁸³ de forma mais destral que os EUA, sobre quem recaia o estigma do capitalismo, associado ao imperialismo e ao colonialismo.⁸⁴

Desta forma, pode-se notar que, “durante o 25º congresso do partido comunista soviético em 1976, Leonid Bresjnev explicou que as correntes socialistas reinavam em países da Ásia, de África e da América Latina.”⁸⁵ O problema que, portanto, se coloca é o de saber qual era o motivo da *sovietização*?

As respostas à pergunta transbordam os compêndios. Uma explicação que reflecte os pressupostos desta pesquisa é dada por Aron (2002:41). Para este autor, “(...) onde a liderança política se declara socialista, ou soviética, Moscou procura obter bases navais e aéreas - na Guiné, no Iêmen meridional, em Moçambique; busca consolidar sua posição por meio da influência exercida sobre as forças armadas.”⁸⁶

É também de salientar que, no caso de Moçambique em particular, a aproximação ao bloco socialista expressou-se fundamentalmente por meio da assistência para o desenvolvimento e o apoio militar. (Adam, 2006: 110-111).

Do ponto de vista político e das Relações Internacionais, Muteia (1995:36) considera que os sistemas políticos e económicos têm uma elasticidade própria que as torna adaptáveis às pressões internas e externas. Na opinião deste autor, os países africanos têm demonstrado ser aqueles que mais se deixaram influenciar pelas pressões externas.

Em conclusão, Muteia (1995) evidencia o seguinte:

No caso de Moçambique, há dois exemplos do passado ilustrativos de como as pressões externas funcionam em dois contextos diferentes na introdução do sistema socialista e mais tarde na opção pela economia do mercado. A primeira foi 'importada' sob forte pressão da Europa do Leste no auge do nascimento do proletariado internacional e a segunda importada sobre forte pressão de instituições internacionais

⁸² Ibid.

⁸³ Segundo Savoye (1997:312-313) a expressão “Terceiro Mundo” foi utilizada pela primeira vez pelo economista francês Alfred Sauvy num artigo de jornal *L’Observateur*, em 14 de Agosto de 1952.

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ Cf. Hans Abrahamsson e Anders Nilsson, op. cit: 80.

⁸⁶ Raymond Aron. *Paz e Guerra entre as Nações: Os Dois Mercados Mundiais*. 1ª ed. São Paulo. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e que privilegia uma prática em que a 'ideologia da escolha' é levada às suas últimas consequências, ora sugerindo uma prática consumista ora uma democracia eleitoral.⁸⁷

A partir deste pensamento, nota-se com alguma relutância que, devido à subordinação económica e financeira, Moçambique enquanto Estado independente, soberano e democrático, tem sido “forçado” a adoptar sistemas económicos e políticos “importados” pelas forças externas, de tal forma que até hoje o país ainda não conseguiu adoptar um sistema genuinamente moçambicano, que não dependesse na totalidade do capitalismo.

Em síntese, o interesse soviético por Moçambique será, pois, o factor geopolítico e geo-estratégico, na medida em que “(...) havia objectivos de pura estratégia militar e a necessidade que a União Soviética tinha de aliados políticos para formar as necessárias bases navais que podiam dar uma cobertura total aos seus programas de energia nuclear.”⁸⁸

2.3.3 Análise contrafactual da construção do socialismo

A construção do socialismo em Moçambique começou muito antes da independência nacional em 1975, mormente com a recusa do Governo norte-americano em restaurar o apoio à luta armada de libertação nacional levada a cabo pela FRELIMO em 1962, sob a batuta de Eduardo Mondlane, como lembra Antunes (1995:38) neste epítome:

[25 de Setembro de 1965] Mondlane apela a Lyndon Johnson para que Washington restaure o apoio à sua luta e incita-o a aceitar o ditame da História. O presidente americano, aconselhado pelo Departamento de Estado, não responde à carta. Washington aliena os seus antigos protegidos e estes viram-se decididamente para Moscovo e Pequim.⁸⁹

Com esta afirmação, pode-se conjecturar que, se a carta de Mondlane tivesse sido respondida favoravelmente, a FRELIMO não teria recorrido à União Soviética para apoiá-la na luta contra o colonialismo português e também não teria adoptado o modelo económico socialista. No nosso entendimento, uma resposta favorável da Administração Johnson, levaria a FRELIMO a optar pelo sistema capitalista.

⁸⁷Cf. Helder Muteia. *A Autoridade Tradicional e outros Paradigmas da Democracia em Moçambique*, 1995:36, in Comissão Nacional para a UNESCO em Moçambique – CNUM. Maputo.

⁸⁸V. Hans Abrahamsson e Anders Nilsson, op. cit: 81.

⁸⁹Cf. José Antunes. *A Guerra de África 1961 – 1974*. Vol. 1. Lisboa, Círculo de Leitores.

O silêncio da Administração Johnson foi subentendido pela FRELIMO como uma negação a causa da sua luta, cujo escopo era a instauração da independência nacional. Entre as mais diversas explicações sobre o silêncio de Washington, destaca-se este pensamento de Ratilal (2012a: 91):

As independências de Moçambique e Angola na África Austral resultaram de um processo de libertação nacional, o que, em si, constituía um 'mau exemplo' e uma real ameaça à sobrevivência dos regimes minoritários na antiga Rodésia do Sul (actual Zimbabwe) e na África do Sul, assentes no conceito retrógrado de dominação racial, condenado internacionalmente (...).⁹⁰

Do excerto, podemos concluir que a Frelimo, como partido-Estado, solidarizou-se com a causa dos movimentos de libertação nacional da África Austral, em particular o ANC na África do Sul e a União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU), que combatiam o *apartheid* e o regime de Ian Smith. Estes regimes, por algum motivo, cujo estudo não cabe aqui realizar, eram apoiados pelos EUA. Ademais, os líderes destes movimentos nacionalistas eram tidos como "terroristas" pelos mesmos.

Terá sido apenas o “silêncio” da Administração Johnson o motivo da adesão ao socialismo?

Fazendo uma análise desapassionada da história da Frelimo, antes e depois da independência nacional, é possível constatar a existência de duas linhas ideologicamente distintas: por um lado, a que estava a favor da burguesia capitalista, mas sem o colonialismo presente⁹¹; por outro, o “núcleo duro”, composto por paladinos da “epístola” de Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Lenine, cuja formação ideológica e militar ocorreu nas escolas soviéticas fora de Moscovo.⁹² Do

⁹⁰Cf. Prakash Ratilal. *Adesão às Instituições de Bretton Woods e Início da Implementação de Reformas*, in Banco de Moçambique. *Histórias Vivas 1975-2010*. Maputo, Centro de Documentação e Informação.

⁹¹Ao contrário do “núcleo duro”, estes eram mais moderados e de estrutura social diversificada, tinham uma forte ligação ao sector de comércio e prestação de serviço, alguns dos quais possuíam na velha ordem colonial o estatuto de assimilados e aristocratas.

⁹²A par desta afirmação, lê-se em Raymond Aron (2002:32) o seguinte: “os libertadores nacionais africanos aprenderam sua ideologia não em Moscou, mas nas universidades da Europa”. Sobre o mesmo assunto, v. os pontos de vista de Joaquim Chissano, em *Conversas de Mário Soares*. RTP África / Fundação Mário Soares. Lisboa, 19 de Julho de 2001 (vídeo).

despique entre as duas alas, saiu vencedor o “núcleo duro”, que tinha forte apoio das poucas chefias militares oriundas do centro e norte do país.⁹³

Com a aprendizagem nas escolas de formação soviética, pouco a pouco os elementos do “núcleo duro” apregoaram, transformaram e adoptaram o ABC do Marxismo-Leninismo à realidade moçambicana, primeiro para legitimar e consolidar o poder da elite dominante, isto é, sulista⁹⁴ (de que é originária a maior parte dos seus elementos) e, mais tarde, com o fluir da independência, os interesses do socialismo na sua versão soviética e chinesa.⁹⁵

Que vantagens ofereciam o socialismo para a ala radical?

Primeira, aportando-se ao socialismo, o “núcleo duro” percebeu que facilmente chegaria ao poder e assim resolver o velho problema da Frelimo: a contenda étnica que ameaçava a sua própria implosão. Estava na origem do embróglio, a distribuição equitativa do poder, sobretudo a questão da liderança política em consequência do assassinato de Eduardo Mondlane em 1969.

Segunda, de acordo com a demagogia marxista-leninista que “catequizava” um sistema igualitário para todos e sem luta de classes, encontrou terreno fértil numa sociedade em que o analfabetismo imperava e as feridas da colonização, ainda estavam abertas. Mais do que isso, do ponto de vista político e das relações entre os Estados, existiam outras razões, que explicam o pacto entre Maputo e Moscovo:

O novo regime (da Frelimo) manifestou o desejo de aprofundar os laços não só com a China mas também com o Bloco Soviético. No entanto por detrás desta orientação da Frelimo havia uma outra razão. A liderança moçambicana via o estreitar da relação

⁹³Nesta linha, Anna Gentil (1998: 359) afirma que “a história do movimento de libertação tem um crescimento lento mas constante, mesmo por entre as tensões e conflitos de que emergiu e saiu vencedora a linha radical, que considerava o fim do colonialismo não só uma conquista do poder mas também como projecto de mudança das estruturas do Estado e da sociedade.”

⁹⁴Do ponto de vista social, “os sulistas eram, pois, maioritariamente oriundos de contextos urbanos ou periurbanos e, embora muitos deles procedessem de famílias com origens nobres ou de alto estatuto no período pré-colonial, estavam já profundamente integrados na economia colonial e o seu estatuto assentava na posição que ocupavam dentro da hierarquia colonial.” V. Jason Sumich. *Construir uma Nação: Ideologias de Modernidade da Elite Moçambicana. Análise Social*, vol. XLIII (2.º), 2008: 319-345. Sobre o domínio sulista, v. Michel Cahen. *Será a Etnicidade a Culpada? As Ciências Sociais, a Jugoslávia, Angola e Outros*, in António Custódio Gonçalves. *África Subsariana: V. Colóquio Internacional Globalização e Contextos Locais na África Subsariana*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002:97 ss.

⁹⁵Torna-se importante clarificar que o uso recorrente do termo “elite sulista” na tese não tem fundamentos tribalistas nem regionalistas, muito menos esta expressão encontra conforto no espírito do Autor, antes, trata-se de uma investigação histórica e de conclusões a que a pesquisa chegou, até porque não é de se ignorar os esforços desta elite na libertação do país.

com o Leste como um imperativo importante para afastar o país do que Maputo considerava ser a exploração e a subserviência a que estaria condenado se continuasse integrado no sistema capitalista ocidental.⁹⁶

A crença do regime segundo a qual, “(...) a Frelimo acreditava que a libertação total e o desenvolvimento real só seriam possíveis se o país se libertasse da influência ocidental”⁹⁷, afastou por completo o modelo capitalismo assente numa economia de mercado livre e democracia liberal, em contrapartida promoveu políticas socialistas que, juntamente com outros factores adversos, impediram o crescimento económico sustentável do país, como a seguir se pode testemunhar.

2.4 A implementação da economia socialista a partir de 1975

Neste ponto pretende-se abordar e discutir as principais políticas socialistas implementadas em Moçambique a partir de 1975. A presente pesquisa não encontrou, à luz das investigações, uma sequência exacta das datas em que as políticas socialistas foram implementadas, uma vez que as fontes sobre esta matéria apresentam algumas imprecisões. Porém, sabe-se que uma das medidas tomadas pelo executivo moçambicano e que trouxe prejuízos incalculáveis para a economia nacional, foi o processo da criação do “Homem Novo”⁹⁸ caracterizado pelo envio para os “campos de reeducação”⁹⁹ (na nossa acepção, “campos da vergonha”), indivíduos acusados de diversas irregularidades e que ali encontrariam o “purgatório” que os daria uma vida nova, caso escapassem à pena de morte. O regime chamou a este processo de “Operação Produção”.

Convém notar que, neste melindroso processo, a intolerância não foi respeitada, tendo atingido as confissões religiosas.

Ainda nesta toada, Mosca (1999:74) enfatiza que “as funções e os espaços de actuação das instituições religiosas circunscritas aos lugares de culto: as escolas e os

⁹⁶Cf. Francisco Paiva. *Economia e Política de Moçambique – Moçambique e as Instituições de Bretton Woods*, 1ª ed. Lisboa, Vega Editora, 2000: 20-21. No trecho, a expressão entre comas é nossa.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸Por todos, ver entrevista de Samora Machel inserida na Revista OPÇÃO nº 62 – 30 de Junho de 1977 V. Revista OPÇÃO nº 62 – 30 de Junho de 1977 [Samora Machel explica-se], in http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/05/samora_machel_e.html (acedido a 18/06/2012); e Inácio de Passos. *Moçambique – A Escalada do Terror*, s/l, 1977, in <http://www.macua1.org/livros/escalada.html> (acedido a 08/05/2012).

⁹⁹Eram centros de correcção e de “purificação das mentalidades”, construídos em locais estratégicos de difícil fuga. Sobre esses campos recaem acusações de crimes de cárcere, tortura física e psicológica, sevícia e fuzilamentos.

postos de saúde das missões e outros patrimónios foram nacionalizados e transformados em instituições públicas e em propriedade do Estado.”

Para a Frelimo esta medida tinha como fito a transformação da sociedade moçambicana, capaz de responder aos anseios da nova nação que emergia, sem vestígios do colonizador, de uma mentalidade livre e revolucionária.

Não menos polémicas foram também às nacionalizações, iniciadas a 24 de Julho de 1975, estribada na revolução de Outubro de 1917. Após o Acordo de Lusaka¹⁰⁰, assinado a 7 de Setembro de 1974 entre o Estado português e a FRELIMO, na sequência da Revolução dos Cravos, as nacionalizações serviram de trampolim para a ala radical e ortodoxa da Frelimo enraizar o poder e ao mesmo tempo garantir a consumação imediata de um dos pilares mais sagrados da epístola socialista: o modelo económico socialista.

A propósito das nacionalizações, Samora Machel afirmava:

Cortar o jacaré quando ainda é pequeno, quando vive nas margens do rio. Porque, quando já for grande, está no leito do rio, e nós não temos possibilidade de ir para lá. E por isso que desencadeámos, precisamente um mês depois da proclamação da Independência, em 24 de Julho, as grandes nacionalizações, para evitar a burguesia. Porque nós próprios cairíamos nisso. E nós não seríamos capazes de administrar o capitalismo, de sermos gestores do capitalismo. (...) Matar o pintainho quando ele ainda está dentro do ovo. Essa é que é a questão central. Nós não vamos esperar. Eles vão produzindo os ovos, mas nós vamos comendo os ovos, antes de se transformarem em galinha.¹⁰¹

As parábolas do jacaré e do pintainho tinham dois alvos: os opositores internos às políticas socialistas, e os elementos pertencentes à antiga administração colonial, isto é, “(...) os potenciais substitutos dos portugueses na administração (...) que esperavam aumentar as oportunidades económicas (...).”¹⁰²

A forma como o processo das nacionalizações foi desencadeado, “(...) sem existirem capacidades administrativas e técnicas para suportar a aplicação das mesmas,

¹⁰⁰Sobre os Acordos de Lusaka, que tinham em vista a conquista da independência total e completa de Moçambique, é interessante conferir a entrevista de Mário Soares, descrito como um dos signatários dos acordos pela parte do Estado português: “Encetámos então as negociações. Mas estas vieram a verificar-se mais difíceis, porque Chissano, o número dois de Samora, e actual presidente, avisara-nos que o cessar-fogo só seria respeitado uma vez obtidas garantias solenes da nossa parte quanto ao reconhecimento da FRELIMO como representante legítimo do povo Moçambicano. Houve um acordo verbal, abraços e novos aplausos, mas quando nos sentámos à mesa das negociações, eles recusaram-se a assinar. (...) Em contrapartida não assinei os acordos com Moçambique, mas apenas assisti, após os acordos, ao acto de independência de Moçambique, no Maputo, assim como também não negocieei, uma vez que já não era ministro dos Negócios Estrangeiros, a independência de Cabo Verde e de São Tomé”. Cf. Mário Soares. *Memória Viva*. 1ª ed., Vila Nova de Famalicão. Quasi edições, 2003:100-102.

¹⁰¹ Samora Machel, entrevista supracitada.

¹⁰²Cf. João Mosca, 1999:73 e segts.

isto é, que a universalização dos serviços fosse acompanhada com melhorias na qualidade”¹⁰³, criou uma enorme cratera nas contas públicas, “que era financiado pela banca estatal, por emissão de moeda e através da acumulação da dívida pública”¹⁰⁴, em consequência do abandono ou expulsão do país de milhares de cidadãos estrangeiros mormente os de origem portuguesa.¹⁰⁵

Nesta direcção, Passos (1977, s/p) afirma que a terra passou a ser propriedade exclusiva do Estado, porque apenas o Estado, que é popular, pode ser senhor de propriedades.¹⁰⁶

Segundo o autor, foram nacionalizadas edifícios, porque as casas são do povo. Foi nacionalizada a medicina, porque a saúde é um direito humano. Foram nacionalizadas as agências funerárias, porque é crime negociar com a morte. Foi nacionalizada a advocacia, porque a Justiça é popular. Foi nacionalizado o ensino, porque todo o homem tem o direito de saber.

O grande projecto socialista não estaria completo sem a reorganização do campo como forma de, em primeiro lugar, destruir a velha estrutura colonial enraizada responsável pelo atraso social e económico do país e, segundo, impulsionar o trabalho colectivo. A reorganização do campo significaria, então, a criação de aldeias comunais (AC), que, na citação de Serra (1993:94 ss) tinha por objectivos:

Aglomerar (obrigatoriamente) em povoações as populações dispersas que permitisse uma assistência mais eficiente por parte do Governo, a fim de solucionar problemas de saúde, educação, abastecimento de água e luz, comunicação e outras.¹⁰⁷

E mais adiante, do ponto de vista ideológico, o objectivo fundamental a atingir ao criarem AC é:

¹⁰³ Cf. João Mosca. *Economia de Moçambique Século XX*. Instituto Piaget. Lisboa, 2005:180-182.

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ A lei da expatriação, decretada pelo Governo em princípios de 1977 (Resolução do Comité Político Permanente – Boletim da República n° 33, de 22/3/1977) foi também um importante contributo para o êxodo, na medida em que obrigou milhares de portugueses nascidos em Moçambique a abandonarem o país [em 24h e com 20 kg de bagagem, o infame “24/20”], por terem optado pela nacionalidade portuguesa [ou aplicado a casos de sabotagem económica ou de criação de instabilidade]. Ver, para o efeito, Henrique Galha. *Descolonização e Independência em Moçambique*, 1ª ed., Lisboa. Esfera do Caos, 2011:202.

¹⁰⁶ Para controlar e gerir os edifícios arrendados, o Governo criou a extinta Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE).

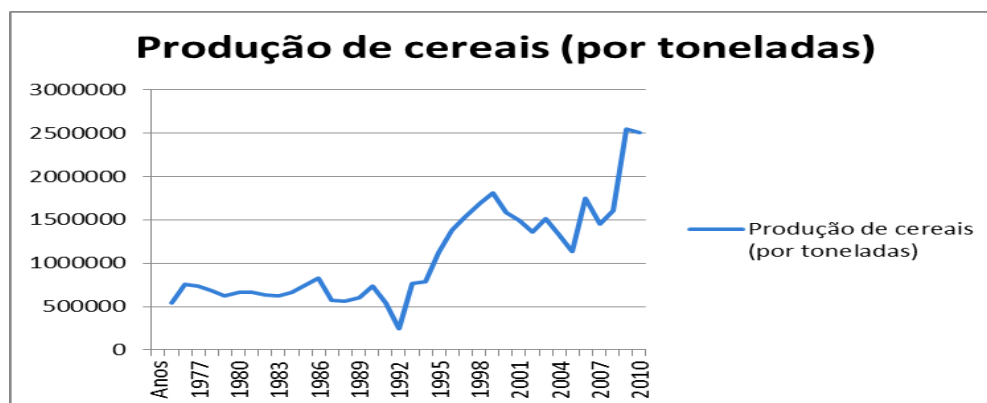
¹⁰⁷ Cf. Reis, João e Muiuane, Armando *Datas (sic)*, Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1975:325, in António Serra. *Moçambique: da independência à actualidade. Evolução económica e social, 1975-1990*. N° 1. Lisboa, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CEsA) - Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG-UTL), 1993. O uso de comas na frase é nosso.

(...) o desenvolvimento do 'princípio da vida colectiva', a ele se devendo subordinar a organização do trabalho e a realização das tarefas e actividades diárias na AC. A concretização daquele princípio deverá ter em consideração que 'a AC deverá ser sempre o produto das contribuições e do trabalho dos seus membros, orientados pelo princípio de contar as suas próprias forças'.¹⁰⁸

De todos os pontos de vista, é imperioso considerar a opinião de Lemestre que considera a iniciativa das AC na visão marxista-leninista como um embuste político “encomendado” de Moscovo, totalmente desfasado da realidade étnica, social e económica do país. Para o mesmo autor, a “vida colectiva” por si só, é uma característica (*modus vivendi*) dos povos rurais da África, incluindo Moçambique.¹⁰⁹

Como resultado das AC, Mosca (1999: 138) refere que as árvores de frutas plantadas a pequenas distâncias dos anteriores locais de habitação começaram a ter uma assistência mais reduzida, contribuindo para a queda da produção e dos rendimentos familiares. Das produções afectadas, destaca-se o caju, a copra e a mafurra. O Gráfico 2 apresentação produção de cereais por toneladas.

Gráfico 2 – Produção de cereais por toneladas



Fonte: Bando Mundial (DATA), aqui <http://data.worldbank.org/country/mozambique> (acedido a 04/07/2012).

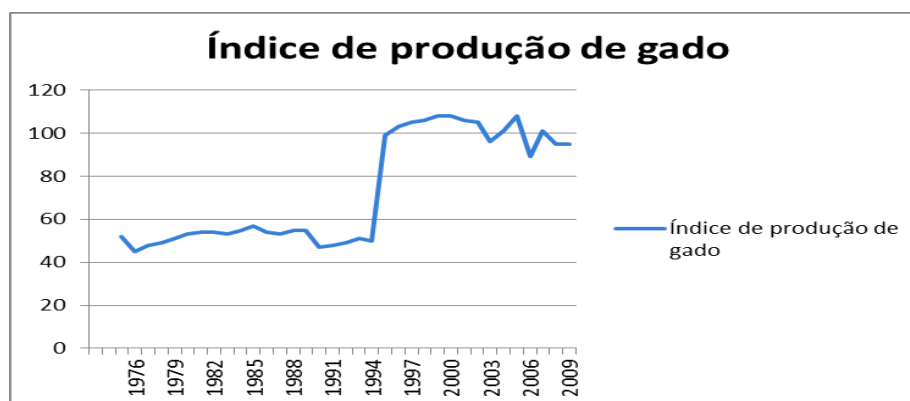
Analisando este gráfico, vemos que entre 1977 e 1992, houve um abrandamento na queda da produção cerealífera. Mas a partir de 1992, com o fim dos conflitos militares, a produção volta atingir parâmetros satisfatórios até 2004, altura em que o país foi abalado pelos desastres naturais e que após este ano, torna a subir devido ao afluxo de ajuda externa.

¹⁰⁸Veja-se “Resolução sobre Aldeias Comunitárias”, in Documentos da 8ª sessão do Comité Central da Frelimo, DIP-Frelimo, [Maputo], [1976: 77-97], in António Serra, op. cit.

¹⁰⁹ Eric Lemestre, entrevista realizada via e-mail a 22 de Junho de 2012, em Évora.

Em muitos casos, segundo Mosca (1999) os solos em redor das aldeias não eram os mais favoráveis para as culturas, o que contribuiu de certo modo para a redução do volume de produção e do rendimento familiar. Por razões de espaço, a pecuária de pequeno e médio porte ficou comprometida, sobretudo a partir de 1976, como ilustra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Índice de produção de gado



Fonte: Banco Mundial (DATA), aqui <http://data.worldbank.org/country/mozambique> (acedido a 04/07/2012).

Em analogia do gráfico anterior, a produção de gado só volta a ter resultados positivos a partir de 1992.

Em conclusão, podemos afirmar que o projecto das AC falhou devido a um conjunto de factores, entre os quais a aplicação de métodos coercivos, incluindo a agressão progressiva das sociedades camponesas tradicionais. A este propósito, convém referir que a Frelimo impunha, sobre as AC, um novo paradigma de organização do campo assente na seguinte frase filosófica: “matar a tribo para criar a nação”, isto é, defendia o colectivismo de “um só povo, uma só nação e um só partido”, em detrimento das particularidades de cada indivíduo no contexto étnico, regional e cultural, etc.

Avaliando os factos, também podemos afirmar que a Frelimo estava mais preocupada com o “fantasma” do colonialismo que o perseguia (através da nova burguesia emergente) que propriamente com as AC. Neste contexto, é importante frisar que as AC eram vigiadas pelos serviços secretos do Estado moçambicano.¹¹⁰

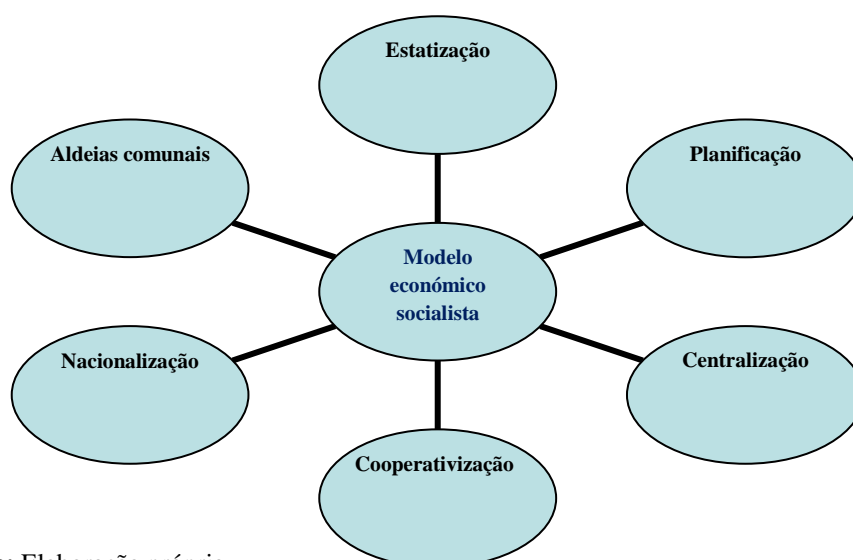
¹¹⁰Sobre este assunto, v. José Paiva (2000); António Serra (1993); e João Mosca (1999). V. igualmente, nestes autores, o papel dos “Grupos Dinamizadores” (DGs), das Células do partido (CP), das Milícias Populares (MP), dos Grupos de Vigilância (GV) e, finalmente, do poderosíssimo e temido Serviço

2.5 O modelo económico socialista

Antes de abordarmos o tema em epígrafe, que marca o socialismo em Moçambique, importa definir o conceito de modelo económico.

Soares (2010: 206) considera o modelo económico como o instrumento que representa os aspectos da realidade económica na forma de gráficos, equações, quadros, ou programas informáticos, de modo a compreender os fenómenos económicos. No caso concreto de Moçambique, o modelo económico socialista funcionava de acordo com o exposto na Figura 3:

Figura 3 – Características do modelo económico socialista (1977-1989)



Fonte: Elaboração própria

Como podemos observar da figura em referência, o modelo económico socialista moçambicano tinha as seguintes características: aldeias comunais, nacionalização, planificação, centralização, cooperativização e estatização da economia, permitindo, deste modo, “(...) o crescimento dos sectores socialistas (...) e reduziria a capacidade de desenvolvimento dos pequenos e médios produtores e da produção familiar.”¹¹¹

O aludido modelo foi formalmente introduzido no país durante a realização do III Congresso do partido Frelimo em 1977. Na sequência, foram criadas Empresas Estatais (EE) que asseguravam ao povo os bens de primeira necessidade. No mesmo

Nacional de Segurança Popular (SNASP), criado pelo Decreto-Lei 21/75, I Série, nº 46, actualmente transformada em Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE).

¹¹¹Cf. João Mosca (1999: 90).

período, o Governo aprova o Plano Estatal Central (PEC) que segundo Cardoso (1993) (*apud* Mosca, 2005:189 ss) estabelecia:

“(…) directivas para o conjunto da economia, designadamente sobre o crescimento económico, o consumo e o investimento, o sector externo e as contas públicas, traçava limites da oferta monetária e objectivos de controlo da inflação, definia objectivos da cooperação e das relações externas.”

No discurso de encerramento da 5ª Sessão Extraordinária do Conselho de Ministros Alargado, realizado em 1979, foi aprovado o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), elaborado para 10 anos (entre 1980 e 1990), com o objectivo de tornar “(…) a agricultura como base e a indústria como factor dinamizador e a edificação da indústria pesada como factor decisivo”¹¹², naquilo que deveria ser a “década da vitória sobre o subdesenvolvimento”.

E porque o PPI pressupunha também a estabilidade política nacional, foram lançados, entre outros, os seguintes projectos estruturantes nas zonas do interior do País, para constituírem focos de desenvolvimento regional (Ratilal 2010:101):

- ✓ Projecto de 400,000 hectares de algodão em Niassa e Cabo Delgado;
- ✓ Projecto de 120,000 hectares em Manica;
- ✓ Construção da maior fábrica de fiação de tecidos em Mocuba;
- ✓ Ampliação da Texmoque em Nampula;
- ✓ Fomento de cajueiros em Nampula;
- ✓ Desenvolvimento acelerado da região de Limpopo e Incomati, com foco no Chókwè, em Gaza;
- ✓ Projecto agro-industriais em Angónia, Unango;
- ✓ Projecto de extracção de carvão de Moatize;
- ✓ Exploração de tantalite em Morropino e Marrua;
- ✓ Reabilitação do complexo ferro-portuário da Beira;
- ✓ Extensão de linhas de transmissão de energia de Cahora-Bassa a Zambézia e Nampula;
- ✓ Conclusão da estrada Centro-Nordeste.

¹¹²Cf. Relatório ao III Congresso. Lisboa, Edições ‘Avante!’, 1978:16. In António Serra, op. cit: 59.

Todavia, os esforços de reestruturação da economia não conduziram à recuperação económica preconizada pelo Governo.”¹¹³

No sector da agricultura, as “machambas do povo”¹¹⁴, depararam-se com problemas de meios de produção. No sector industrial, verificou-se a escassez de mão-de-obra qualificada, com a qual o regime entrara em rota de colisão, provocando uma onda gigantesca de emigração.

Em relação às vantagens, importa referirmos que diferente de outros modelos económicos socialistas, o modelo moçambicano apregoava o Estado Social. Esta opinião encontra concordância no pensamento de Álvaro Loveira. Ele afirma que o modelo económico socialista teve efeitos positivos, sobretudo na manutenção do bem-estar e na estabilidade social.¹¹⁵

Abrahamsson e Nilsson (1994:44) acrescentam que entre 1975 e 1981, conseguiu-se deter a queda dos níveis de produção, tanto na agricultura como na indústria, fomentando a exportação de 83% entre 1977 e 1981. Também se verifica a expansão do sistema educacional, cujo número de professores cresceu de dez para vinte mil até 1982, reduzindo a taxa de analfabetismo de 93% para cerca de 70%.

2.6 O declínio do “socialismo moçambicano”

Nenhum sistema político é elástico. A legitimidade dilui-se com o tempo. Até o mais forte dorme e quando o faz, precisa de ter a certeza que o mais fraco não o incomodará.

Silvério Rocha e Cunha¹¹⁶

Segundo o professor Silvério Rocha e Cunha “(...) quando os sistemas políticos estão no auge, a história prova-nos que, ao mesmo tempo, estão em decadência, tal como aconteceu com o Império Romano, o Império Britânico, o Império Português, etc.”¹¹⁷

Como também aconteceu com o sistema socialista moçambicano. Enquanto o presidente Samora afirmava o carácter duradouro do sistema, sob suas ordens, o

¹¹³Cf. Manuel Gaspar *et alii*. *Moçambique: Inquérito Demográfico e de Saúde 1997*. Maputo, Instituto Nacional de Estatística. Maputo-Calverton, Maryland, USA, 1998:3.

¹¹⁴Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (2001:2320), “‘machamba’ (Do suaíli *shamba* ‘terreno cultivado’). Moçambique Fazenda, plantação, propriedade.” No campo historiográfico de Moçambique, v. por todos, João Mosca, 1999:126.

¹¹⁵Álvaro Loveira, economista do Banco de Moçambique, entrevista realizada via e-mail a 31 de Outubro de 2012, em Maputo.

¹¹⁶Docente da cadeira de Teoria Jurídico-Política das Relações Internacionais, Universidade de Évora, 2011.

¹¹⁷Comunicação proferida no âmbito da disciplina acima referida.

Governo negociava nos bastidores das Relações Internacionais o pedido de adesão às IBWs.

No mesmo período, na antiga União Soviética, as vicissitudes económicas e políticas originadas pela *Glasnost* e a *Perestroika*, conduzidas por Mikhail Gorbatchev, que levariam anos mais tarde a sua implosão.

Neste trabalho, são destacadas em três versões diferentes, as possíveis causas da queda do socialismo em Moçambique. A primeira invoca os factores externos, com base no início do desmoronamento da União Soviética; a segunda invoca problemas de natureza interna, tais como o conflito armado e as calamidades naturais. A terceira, fundamenta a decadência do sistema com base no entropismo.

Os teóricos da primeira versão alegam que durante a realização do XXVI Congresso do Partido Comunista Soviético em 1981, Breschnev mostrou-se reticente quanto à continuidade da campanha de *sovietização* nos países do Terceiro Mundo. A mensagem não poderia ter sido mais clara, no caso particular de Moçambique, quando lhe foi recusada a entrada do país ao COMECON¹¹⁸, “primeiro como observador e mais tarde através de uma candidatura mal-sucedida a membro de pleno direito.”¹¹⁹

Para reforçar esta ideia, podemos referir que:

Com a recusa da entrada no Comecon, Moçambique compreendeu claramente que tinha que se arranjar sozinho. A União Soviética considerava que já não podia manter experiências socialistas no terceiro mundo sob os seus braços, quando as condições para obter sucesso já se tinham mostrado quase inexistentes, do ponto de vista histórico. Na altura do 27 congresso, em Fevereiro de 1986, sob a gestão de Gorbátjov, a ideia de países de orientação socialista no terceiro mundo foi, a bem dizer sepultada. (...). De modo que a União Soviética deixou de ser um 'aliado natural' dos regimes radicais de inspiração marxista do terceiro mundo. Com a excepção de Cuba, esses países deviam caminhar pelos próprios meios e Moscovo sugeriu que adaptassem as suas economias ao mercado e que buscassem uma cooperação económica mais vasta com o ocidente. Esta reconsideração da tomada de posição da União Soviética veio naturalmente a ter uma influência decisiva para o desenrolar dos acontecimentos na África Austral.¹²⁰

¹¹⁸No plano económico, segundo Grand in Boniface, 1997: 67 e 360 ss, o Comecon (ou Conselho de Assistência Económica Mútua, CAEM), constituído em Janeiro de 1949, tinha por objectivos favorecer as trocas entre os Estados membros: URSS, Bulgária, Hungria, Polónia, Roménia, Checoslováquia, RDA, Albânia (até 1962), Mongólia (a partir de 1962) e Cuba (a partir de 1972). O objectivo do Conselho, de acordo com o autor, era conseguir, a prazo, a integração total das economias dos países membros, nomeadamente pela divisão internacional do trabalho.

¹¹⁹Cf. Yussuf Adam, 2006:110-111. A propósito da rejeição da entrada de Moçambique ao COMECON, Jamisse Taimo (2010:105), afirma “(...) foi rejeitada a pretexto de que este país não era socialista, não podendo se beneficiar dos empréstimos que o país precisava para fazer face à guerra.”

¹²⁰Cf. Hans Abrahamsson e Anders Nilsson, op. cit: 83.

Analisando o excerto, propositadamente longo, Moscovo apercebendo-se do custo da *sovietização* no mundo, particularmente em Moçambique, autorizou os governos dos países marxistas-leninistas a reformularem as suas economias. De facto, “o governo de Moçambique viu-se forçado a mudar de estratégia política na necessidade de procurar solução para a crise em que se encontrava”¹²¹

Contestando a posição de Abrahamsson e Nilsson (1994), Ratilal (2012a:114) afirma que o abandono do sistema socialista, nada teve a ver com os ventos de mudança vindos da União Soviética.

Numa segunda versão, defendida por Machungo (2012), afirma que não era o modelo que estava errado, mas eram os vizinhos que não o queriam, numa clara alusão ao *aparththeid*.¹²²

Finalmente, a terceira versão aponta o declínio do socialismo no entropismo. Esta posição, à qual se acrescenta a ineficácia do modelo em países subdesenvolvidos é defendida por Eric Lemestre. Ele associa a queda do modelo à ordem natural das coisas do universo.

Estando no fim desta análise temática, sobre o declínio do modelo económico socialista em Moçambique, é possível apresentarmos as nossas conclusões:

1. Um sistema político com poucos aderentes e internacionalmente combatido por um capitalismo sofisticado;
2. Um sistema político cuja ideologia conflituava com a pluralidade cultural de Moçambique.¹²³
3. Um sistema que se pretendia implantar numa conjuntura em que o socialismo estava em decadência nos países de origem.
4. Um sistema fortemente contestado nas regiões onde predominava o racismo, o colonialismo e o *apartheid*, bastiões do imperialismo;
5. Um sistema que exigia custos que só o capitalismo podia suportar;
6. Uma guerra civil que destruiu o tecido social;

¹²¹Cf. Óscar Barata e Sónia Piepoli (coord). *Género, Educação e Poder*. Lisboa, Centro de Estudos Africanos / Instituto Superior de Ciências e Políticas da Universidade de Lisboa, 2005:136.

¹²²Entrevista de Mário Machungo ao jornal *O País*, disponível no site <http://www.opais.co.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/20744-a-decisao-mais-marcante-do-conselho-de-ministros-que-eu-dirigi-foi-a-recusa-da-liberalizacao-da-industria-do-caju.html> (acedido a 11/09/2012).

¹²³Zacarias Abdula, economista, entrevista realizada via e-mail a 31 de Janeiro de 2013, em Maputo.

7. A destruição da antiga estrutura administrativa colonial, causando um grande défice de capital humano e a violação dos direitos humanos;
8. Uma crise económica e financeira que deixou o país na eminência de bancarrota em 1982 /3.

2.7 O Acordo de Nkomati

A par do IV Congresso (1983)¹²⁴, o Acordo de Nkomati afigura-se na lista dos acontecimentos da História de Moçambique que marcam a abertura do regime ao exterior, cuja diplomacia ficou internacionalmente conhecida pela famosa frase “fazer mais amigos e menos inimigos”.¹²⁵

Assinado pelos presidentes Samora Machel, e Peter Botha, a 16 de Março de 1984, o tratado de “não-agressão” compreende onze artigos, os quais se resumem a uma declaração de compromisso nos termos do qual, o Governo moçambicano suspenderia o apoio logístico ao ANC¹²⁶ e em contrapartida o Governo sul-africano faria o mesmo em relação à RENAMO.

Entretanto, da parte sul-africana este acordo não foi integralmente cumprido, conforme afirma Bergh (2009:24), “Moçambique manteve a sua promessa de parar o apoio logístico ao ANC, mas a África do Sul apenas reduziu o apoio à RENAMO, não o suspendeu”¹²⁷ e prossegue, acrescentando que, “documentos encontrados em 1985, quando foi capturado o quartel central da RENAMO na Gorongosa, mostram a continuação do envolvimento da África do Sul.”¹²⁸

¹²⁴Foi no IV Congresso que a Frelimo adoptou as Directrizes Económicas e Sociais que reorientaram a política económica, enfatizando o papel do sector familiar na agricultura; e, no comércio interno, destacou-se a importância do capital estrangeiro na formação das *joint venture*. V. Yasmin Patel. *Adesão às Instituições de Bretton Woods e Início da Implementação das Reformas. Histórias Vidas 1975-2010*, in Banco de Moçambique. Maputo, Centro de Documentação e Informação do Banco de Moçambique, 2012a: 126-127, e Governo de Moçambique. *Boletim da República*. I Série, Número 21, de 28 de Maio de 1983.

¹²⁵Para uma leitura mais completa sobre o Acordo de Nkomati, v. Vários Autores. *Pela Paz – Acordo de Nkomati*. Maputo, Imprensa Nacional, 1984.

¹²⁶Alguns críticos acreditam que, ao assinar o Acordo de Nkomati com o regime do *apartheid*, a Frelimo traía as relações históricas, de amizade e de solidariedade com o ANC. Nesta linha, Boavetura Zita (*apud* Lucia Bergh: 2009: 27) afirma que “quando o Presidente Samora Machel assinou o acordo de Nkomati com a África do Sul em 1984, foi duramente criticado por muitos países africanos, incluindo aliados, mas eu penso que foi uma iniciativa corajosa e estrategicamente correcta, no sentido de dar ao regime do *apartheid* motivos para esmagar Moçambique.”

¹²⁷Cf. Lucia Bergh. *Porque prevaleceu a paz. Moçambicanos respondem*. Maputo, AWEPA - Associação de Parlamentares Europeus com África, 2009:9.

¹²⁸Ibid.

Ao aceitar dialogar com o regime do *apartheid*, uma iniciativa que contou com a “mão externa” dos EUA¹²⁹, leva a conjecturar que a Frelimo não pretendia manter-se “orgulhosamente sós” e isolado da CI pró norte-americana, passando desde então a receber fluxos de ajuda humanitária e técnica, a ponto de, em 1985, Moçambique se tornar o maior receptor de ajuda americana na África Subsariana.

Do reatar das relações entre Maputo e Washington, podemos resumir a duas ideias fundamentais. Num primeiro lugar, facilitou “(...) a posição norte-americana face, por exemplo, ao acesso de Moçambique às instituições económicas internacionais”¹³⁰; em segundo lugar, pretendia “equilibrar a balança” e “fumar o cachimbo da paz”, depois do desapoio da Administração Lyndon.

Não obstante as agressões terem continuado¹³¹, a verdade é que o Acordo de Nkomati abriu as portas do país às IBWs, culminando com a viragem da economia socialista para a capitalista, e a instalação de um mercado livre.

¹²⁹Sob a “mão externa” dos EUA, v. Francisco Paiva, 2000: 99-100: Hans Abrahamsson e Anders Nilsson (1994:104).

¹³⁰Cf. Francisco Paiva, op. cit: 65.

¹³¹ Sobre as consequências do *apartheid*, v. Prakash Ratilal, op. cit:103.

CAPÍTULO III -

ADESÃO ÀS INSTITUIÇÕES DE BRETTON WOODS

Neste capítulo abordamos a adesão de Moçambique às IBWs, o início da implementação das reformas e do crescimento económico. O seu principal escopo é demonstrar que a adesão às IBWs contribuiu para a viragem da história de Moçambique, quer a nível interno e externo. A nível interno, a economia socialista é transformada em economia de mercado, abrindo caminho para um novo sistema democrático e multipartidário. A nível externo, em primeiro lugar, destaca-se a emergência de um novo aliado preferencial – os Estados Unidos da América; e, em segundo lugar, alterou a relação económica entre Moçambique e o Ocidente. Como ponto de partida, caracterizamos as instituições económicas e financeiras mundiais (IBWs) que, para uns são os “anjos da guarda” dos países economicamente frágeis e, para outros, “um buraco de ozono”.

3. 1 A Conferência de Bretton Woods

A Conferência de Bretton Woods foi realizada a 22 de Julho de 1944, em New Hampshire, nos Estados Unidos da América, durante a Segunda Guerra Mundial, que reuniu diversos especialistas em questões económicas e financeiras e que lançou as bases do actual sistema monetário internacional. O encontro visava assegurar a estabilidade monetária internacional de modo a evitar a “Grande Depressão” dos anos 1930.

Segundo Boniface (1997: 312-313) estas duas instituições, contando cada uma 177 Estados membros, surgem na sequência directa de Bretton Woods: o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o FMI. O acordo estabeleceu o *Gold Exchange Standard* (padrão de câmbio-ouro), sendo que o dólar tornou-se convertível em ouro (35 dólares a onça).¹³²

O BM, fundado em 1944, na Conferência de Bretton Woods, o BM é uma instituição de desenvolvimento cuja missão é lutar contra a pobreza e elevar os padrões de vida das pessoas no mundo em desenvolvimento. Providencia

¹³²Cf. Pascal Boniface. *Dicionário das Relações Internacionais, “Terceiro Mundo”*. 1ª ed., Lisboa, Plátano Edições Técnicas.

empréstimos, assessoria no desenho de políticas, assistência técnica e serviços de partilha de conhecimentos.¹³³

O Grupo do BM inclui as seguintes instituições:

- Associação para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)
- Associação para o Desenvolvimento Internacional (ADI)
- Corporação Financeira Internacional (CFI)
- Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA)
- Centro Internacional para a Resolução de Conflitos de Investimentos (ICSID).

O objectivo inicial do BM era financiar a reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial. Com o evoluir do tempo, o objectivo passou a “procurar ajudar os países a efectuarem mudanças estruturais de longo prazo que conduzam ao crescimento.”¹³⁴

O FMI é uma organização que trabalha para a cooperação monetária global e estabilidade financeira, facilitando o comércio internacional, promovendo o alto emprego e o crescimento económico sustentável, reduzindo a pobreza no mundo.

Garcia (1970: 5) recorda que um dos objectivos iniciais do FMI era impedir que os países com uma crise temporária de pagamentos reduzissem as importações, ao sofrerem uma escassez de liquidez. Actualmente, segundo Picaso (2003:29), os objectivos do FMI visam “assegurar a estabilidade dos câmbios”¹³⁵ e o “controlo da inflação.”¹³⁶

Na tabela que se segue, apresenta-se o resumo das principais características entre o BM e o FMI.

¹³³Cf. O Grupo do Banco Mundial em Moçambique. Maputo, 2003:1.

¹³⁴Cf. Joseph Hanlon, 1997:26.

¹³⁵Tomé Picaso. *Da Organização da Unidade Africana (OUA) à União Africana (UA): Percursos, Lições e Desafios*. Maputo, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

¹³⁶Cf. Joseph Hanlon, op. cit: 25.

Tabela 5 – Características entre o BM e o FMI

Banco Mundial	Fundo Monetário Internacional
<p>A sua política é conhecida como reajustamento estrutural.</p> <p>Funciona como uma agência de financiamento e desenvolvimento.</p> <p>Impõe um reajustamento estrutural para aumentar a oferta, estimulando o funcionamento dos mercados.</p> <p>Controla a despesa do Estado, as instituições financeiras do país, o mercado de trabalho e as políticas comerciais.</p> <p>É uma fonte de créditos para desenvolvimento, sobretudo para grandes projectos e infraestruturas como barragens, etc.</p>	<p>A sua política é conhecida como estabilização.</p> <p>Zela pela estabilidade do sistema monetário internacional.</p> <p>Impõe a estabilização para reduzir a procura, de modo a diminuir a inflação.</p> <p>Providencia assistência financeira e técnica a países que enfrentam problemas de desequilíbrios na sua balança de pagamentos.</p> <p>Oferece empréstimos a curto prazo para equilibrar as balanças de pagamento dos países membros.</p>

Fonte: Elaboração própria, com base em Carvalho (2003); Hanlon (1997); e Picasso (2003).

Tanto o BM como o FMI impõem condicionalismos aos empréstimos. De uma maneira geral, os condicionalismos têm como pressupostos estabelecer garantias entre as IBWs e o país receptor do empréstimo.

Patel (2012a:124) recorda que a 24 de Setembro de 1984 foi oficializada a adesão de Moçambique ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, acto que, segundo a autora, consistiu na assinatura de um “*Instrumento de Aceitação*”¹³⁷ (depositado junto ao Governo dos EUA), bem como do documento original dos Convénios Constitutivos das instituições.

3.2 Implementação de reformas

É numa espiral de crise económica e financeira que são implementadas as primeiras reformas pró-capitalistas no país.¹³⁸ Na sequência, sob o auspício das IBWs, o Governo moçambicano aprovou as seguintes medidas:

¹³⁷ A autora explica que o *Instrumento de Aceitação* consiste numa declaração do Governo, aceitando por um lado, o Convénio Constitutivo (*Articles of Agreement*) e os termos e condições para a sua adesão estipuladas numa Resolução do Conselho dos Governadores destas instituições, e por outro, cumprir com as obrigações previstas nestes instrumentos.

¹³⁸ A implementação de reformas económicas e financeiras, remete-nos para o pensamento de Julius Nyerere *et al.* (1990:123 ss): “nenhum país pode fazer progresso no domínio da economia sem condições macroeconómicas razoavelmente estáveis. Têm de se adoptar políticas fiscais, monetárias e cambiais que conduzam à realização de elevados níveis de poupança e investimento, e que, ao mesmo

- Em Outubro de 1984, o Estado Maior da Comissão Nacional do Plano (CNP)¹³⁹ aprovou e submeteu um programa de emergência às IBWs para financiamento, o primeiro Crédito de Reabilitação a Moçambique, no valor de SDR 45.5 milhões (cerca de US\$ 59 milhões).¹⁴⁰ O programa abarcava os sectores da indústria, de transportes e da agricultura. Segundo relata Comiche (2002:14-15), o programa tinha os seguintes objectivos: a) reabilitar a produção industrial, visando o reforço do fundo de mercadorias, e consequente estímulo da produção e comercialização do sector agrícola; b) promover o crescimento da produção agrícola, particularmente através da reabilitação de regadios e fornecimento de meios necessários à actividade agrária; c) assegurar, através da elevação dos níveis de utilização da frota rodoviária, por dotação de meios e uma correcta manutenção e reparação, a elevação dos níveis de circulação de mercadoria de apoio à comercialização e dos factores necessários à produção.¹⁴¹
- De 1984 a 1986, no âmbito do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE)¹⁴², foram implementadas medidas correctivas visando o estancamento da queda de produção. A filosofia deste programa consistia no incentivo às exportações e no controlo das importações por forma a fomentar a economia; no apoio ao sector familiar através da agricultura; no incentivo às pequenas e médias empresas; na revisão da política de preços; na abertura do capital privado com a aprovação de um Código de Investimento Estrangeiro.
- Em Março de 1987, foram realizadas as negociações do primeiro programa de ajustamento económico [PRE] com o FMI, designado por Facilidade de

tempo evitem défices excessivos da balança de pagamentos e controlem as pressões inflacionárias. As reformas têm de ser cuidadosamente faseadas (...). A reforma dos mecanismos económicos sem reformas políticas concomitantemente não oferece qualquer garantia de sucesso. Mas a reforma dos mecanismos políticos e económicos também não pode traduzir resultados sólidos se não for acompanhada por um relinhamento e modificação dos valores e normas sustentados pelos dirigentes e por outros actores de relevo na sociedade.”

¹³⁹Criado pelo Decreto Presidencial n° 33/78 de Maio.

¹⁴⁰Sobre o assunto, v. Yasmin Patel, op. cit: 127.

¹⁴¹Eneas Comiche. *Da Adesão ao Grupo BAD e às Instituições de Bretton Woods. Consequências. A Experiência de Moçambique*. Maputo, o Economista 2 / AMECON.

¹⁴²Este programa, já tratado por João Mosca, 1999:163-166; foi de novo tratado pelo Prakash Ratilal, 2012a:112.

Ajustamento Estrutural (SAF). O programa, segundo Patel (2012a:127), tinha a duração de três anos e foi aprovado pelo Conselho de Administração do Fundo a 8 de Junho de 1987, contemplando um financiamento no valor de SDR 28.67 milhões (aproximadamente US\$ 37 milhões). O PRE tinha os seguintes objectivos:

Tabela 6 - Objectivos do PRE e os resultados alcançados (aleatoriamente discriminados)

Objectivos	Resultados alcançados (positivos e negativos)
Inverter o declínio da produção.	<p>Positivos</p> <ul style="list-style-type: none"> - O PRE inverteu a tendência de declínio da economia; - Facilitou o isolamento da RAS e da RENAMO e abriu o caminho para a paz em Moçambique; - Os preços dos mercados paralelos e “oficial” aproximaram-se (incluindo no mercado de divisas); - Inverteu o crescimento económico negativo, tendo alcançado uma média de crescimento na última década do século de cerca de 5,5 por cento; - A chegada massiva de ajuda internacional e a realização de projectos através das ONG de desenvolvimento contribuíram para a dinamização da economia; - Desapareceram as filas nas lojas, o pão aparecia agora numa base diária, e havia nas lojas produtos de luxo; - O financiamento à balança de pagamento permitiu a importação de matérias-primas e de peças para a agricultura, o que provocou efeitos sobre a actividade de transportes, no comércio, entre outros sectores, e; - Introdução do liberalismo económico. <p>Negativos</p> <ul style="list-style-type: none"> - O consumo privado, em percentagem do PIB, decresceu de forma significativa: representava perto de 80 por cento em 1985 e em 1990 esse valor era de cerca de 63 por cento (...); - Os subsídios às empresas estatais (e, portanto, de forma cruzada, ao consumo) diminuíram (...); - O salário mínimo, em 1988, apenas era suficiente para um cabaz de alimentos ou para a habitação, não sendo suficiente para o conjunto das necessidades essenciais; - Estima-se que o cabaz de alimentos básicos fornecido pelo abastecimento dirigido através do GOAM¹⁴³ deixou de ser adquirido do poder de compra da maioria da população;
Controlo dos salários.	
Aumento das taxas de juro.	
Privatizações de empresas. ¹⁴⁴	
Liberalização dos mercados.	
Reduzir os desequilíbrios financeiros.	
Aumentar a produção agrícola e industrial.	
Restrição da expansão monetária através da elevação da taxa de juros combinada com a imposição de limites de crédito e redução do financiamento pelo banco central dos défices governamentais.	
Redução do défice da balança de pagamento.	
Desvalorização da moeda nacional – Meticais ¹⁴⁵	
Reabilitação de infraestruturas físicas destruídas pela guerra.	
Garantir um nível mínimo de consumo e renda, especialmente para a população rural.	
Aumentar o tráfego internacional, quer ferroviário quer portuário.	
Medidas de políticas macroeconómicas e sectoriais (ver em Apenso a Tabela 9)	

¹⁴³ Acrónimo de Gabinete de Organização do Abastecimento de Maputo.

¹⁴⁴ Sobre as privatizações de empresas, iniciado em 1985, importa referir que o processo foi muito contestado, visto que as empresas de grande e média envergadura mantiveram-se na posse de entidades estrangeiras que possuíam o *know-how*. Em relação à polémica das privatizações, v. Prakash Ratilal (2002:56) que por sua vez afirma “as privatizações de empresas de pequeno porte foram consignadas a moçambicanos que, em geral, não possuíam capital nem gestão adequada - de uma forma geral estas unidades, cada vez mais operando no sector informal, não cumprem a sua função económica e social e não conseguem assumir as suas responsabilidades perante o Estado.” Para a uma reflexão completa sobre os objectivos das privatizações, v. Carlos Nuno Castel-Branco (coord), op., cit: 137 e 138, respectivamente.

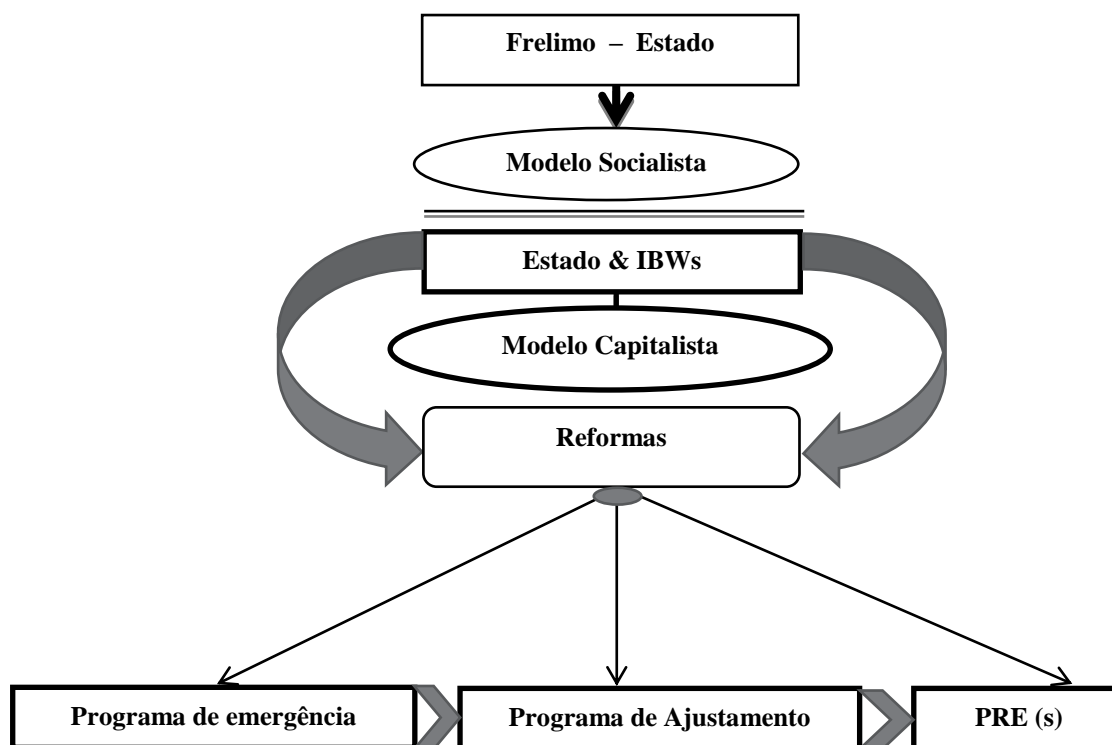
¹⁴⁵ V. Resolução 15/87 de 22 de Setembro.

	<ul style="list-style-type: none"> - Muitas famílias deixaram de viver nas casas alugadas ao APIE na cidade de “cimento” e mudaram para os subúrbios; - Impacto negativo para desenvolvimento da educação (...) devido à política de contenção das despesas públicas; - O crescimento de um sector capitalista especulativo; - O enfraquecimento do estado porque os poucos quadros com qualificação elevada se transferiram para o sector privado.
--	---

Fonte: Elaboração própria baseada nos autores: Mosca (2003), Gobe (1994), Paiva (2000), Gaspar (1997), Zimba (2010), Adam (2006), Bergh (2009).

Do ponto de vista dos resultados económicos, tendo em conta a tabela observada, concluímos que os aspectos positivos do PRE destacam-se em relação aos aspectos negativos. Não obstante os progressos económicos alcançados, o plano de austeridade do PRE afectou o nível de vida das populações, sobretudo das zonas rurais, daí a transformação do PRE em PRES (Programa de Reabilitação Económica e Social), que tinha entre outros os seguintes objectivos: controlar a queda de produção; reforçar a balança de pagamentos; promover a assistência social à população das zonas rurais e controlar o défice orçamental.

Figura 4 – A evolução do sistema socialista para capitalista



Fonte: Elaboração própria.

Na Figura 4 mostrámos a evolução do sistema socialista para capitalista, a partir do qual consideramos o seguinte contrafacto: se Moçambique não tivesse aderido às IBWs, continuaria a vigorar um sistema político e económico assente no partido Estado e no modelo socialista. Mas com adesão, houve um momento de viragem, marcado pela escolha do modelo capitalista, tendo sido implementadas reformas de crescimento económico, que culminaram com a assinatura do AGP em 1992 e do multipartidarismo.

3.3 Fim da guerra e o advento da paz.

Não há Relações Internacionais sem guerra.

Não há guerra sem Relações Internacionais.

Uma depende da outra.

Por isso, o mais importante é estudar o poder invisível, que manda e ordena no poder visível.

Professor Marco António Baptista Martins¹⁴⁶

Não faz parte dos objectivos desta dissertação, procurar as causas da guerra fratricida entre o Governo da Frelimo e a RENAMO, cujas cicatrizes deixaram marcas profundas e indeléveis nos anais da história de Moçambique. Duas forças antagónicas digladiavam-se entre si na defesa dos seus ideais e interesses.

A guerra inquietava de certa maneira as IBWs que não pretendiam, de forma alguma, “tentar encher um tambor furado” ou “tentar semear no betão”, investindo num país onde não havia paz e o futuro era ainda uma incógnita.¹⁴⁷

A tentativa de erguer economicamente um país em guerra revelava-se assim uma tarefa difícil senão mesmo impossível de se concretizar. Perante este cenário desolador, a paz desenhava-se nos bastidores das Relações Internacionais. Era preciso unir os desunidos e lançar os alicerces para a construção da paz. Mas com o desenrolar

¹⁴⁶Comunicação proferida no âmbito da disciplina de Problemas Actuais do Direito Internacional Público, Universidade de Évora, 2011.

¹⁴⁷Existe uma teoria (não autêntica) que afirma que o AGP foi um “trabalho de secretaria” dos países mais desenvolvidos, com forte participação económica nas IBWs, não obstante a contribuição de outros intervenientes no processo. Esta teoria argumenta que tanto a Frelimo como a Renamo foram incentivados financeiramente a assinar o AGP. Com o fim da bipolarização do mundo, em consequência da queda do Muro de Berlim em 1989, criou-se uma nova ordem mundial com uma nova estrutura económica internacional que impunha a conquista de novos mercados. Esta teoria vem defender que o mais importante é a hegemonia política e não as revoluções. Estes ideais contrastavam com o cenário de guerra que se vivia em Moçambique. É no surgimento desta nova ordem económica mundial (multipolar) e do novo triângulo económico internacional “o 'russo-chinês' (ou 'eurasiano'), o 'ocidental' (às vezes chamado erroneamente 'anglo-americano')” que se assinou o AGP em Moçambique. A informação entre comas pertence a Olavo de Carvalho. *3 Poderes do Governo Mundial*. 2011, disponível no site <http://conspiratus.orgfree.com/?p=68> (acedido a 05/12/2012).

dos acontecimentos, chega-se finalmente ao tão esperado e desejado AGP¹⁴⁸, assinado em Roma a 4 de Outubro de 1992, pondo fim à guerra fratricida que durou 16 anos, “**em parte devido à influência e apoio do exterior**”¹⁴⁹, que terá persuadido os dois subscritores a assinarem o AGP.¹⁵⁰

No que respeita às consequências dramáticas da guerra civil moçambicana, Mosca (2005: 215-218) nota que:

1. Moçambique chegou a ter 40% da população de deslocados de guerra;
2. Entre 1980 e 1986, o PIB decresceu mais de 30%;
3. O crescimento económico anual, no mesmo período, chegou a ser 20% em crescimento negativo;
4. As despesas militares chegaram entre 12% e 18% do PIB e entre 18% e 26% das despesas públicas durante os anos de 1980;
5. A dívida externa aumentou quase 500% entre 1984 e 1992;
6. A destruição de infraestruturas foi devastadora. Apresentam-se alguns dados: cerca de 15% das barragens, 14% de pequenos sistemas de irrigação, 23% das lojas, 11% dos correios, 22% das administrações distritais, 40% das administrações municipais; etc., foram destruídas pela guerra;
7. O efectivo de cerca de um milhão e trezentas mil cabeças de gado bovino existente em 1980 passou para aproximadamente 250 000 em 1992, atribuindo-se que uma elevada percentagem desta evolução tenha sido por efeitos directos e indirectos da guerra;
8. Perto de 27% das locomotivas dos caminhos-de-ferro estavam em 1989 destruídas ou danificadas;

¹⁴⁸Sobre o AGP, v. Boletim da República. I Série. Número, Lei 13/92 de 14 de Outubro.

¹⁴⁹Para o excerto entre aspas, v. Lucia Bergh, op. cit: 9. O sublinhado no texto é nosso.

¹⁵⁰A tese de persuasão é suportada pelo pensamento de Francisco Paiva (2000: 116) que afirma: “A dependência da Frelimo face aos doadores tornava-a particularmente vulnerável às exigências destes. A Renamo também sofreu pressões enormes no sentido de assinar os Acordos de Paz e esta decisão também não terá sido alheia à promessa de ajuda económica aos rebeldes feitas pelos doadores internacionais. Estes se comprometeram a financiar um *'Trust Fund'* que iria permitir à Renamo a sua transformação em partido político; foi esta promessa que finalmente 'convenceu' a Renamo a assinar os Acordos de Paz.”

9. Em 1991, 58,8% das escolas primárias estavam destruídas ou encerradas;
10. O número de deslocados e de refugiados nos países vizinhos alcançou mais de 40% da população moçambicana.

Analisando as consequências da guerra, deduzimos que Moçambique caminhava para o caos político, económico e social.

3.4 Multipartidarismo

As negociações de paz estavam a meio quando, em 1990, o Parlamento moçambicano aprovou uma nova Constituição¹⁵¹, abrindo caminho para o sistema multipartidário, “(...) alicerçado na separação e interdependência dos poderes e no pluralismo (...)”¹⁵²

Pela primeira vez na história do país, a criação de partidos políticos passou a ser permitido por Lei¹⁵³, processo que contou com a ajuda da CI, como relata Lucia (2009:78), “os doadores financiavam os partidos registados, encorajando-os a organizarem-se e a preparar um programa e a campanha para as eleições de 1994.”

Foi neste ambiente democrático que se registaram 14 partidos políticos e coligações e 12 candidatos às presidenciais, os quais disputaram em 27 a 29 de Outubro de 1994, as primeiras eleições gerais e multipartidárias, tendo a Frelimo e o seu candidato, Joaquim Chissano saído vitoriosos.

Estas eleições elegeram, pela primeira vez em sufrágio directo, o Presidente da República e a Assembleia da República, composto por 250 deputados.¹⁵⁴

Importa referir que em Junho de 1998, foram eleitos em 33 cidades e vilas do país os concelhos e assembleias municipais, naquela que foram as primeiras eleições autárquicas.¹⁵⁵

Posto isto, podemos chegar a três possíveis conclusões contrafactuais: (i) a primeira é que o empenho da CI, em particular a Comunidade de Santo Egídio, foi crucial para o fim da guerra. Sem esse empenho, Moçambique continuaria uma terra queimada, ou seja, “sem eira nem beira!” O apoio financeiro a Frelimo e a RENAMO

¹⁵¹ É também nesta Constituição que a República Popular de Moçambique passou a ser República de Moçambique.

¹⁵² Constituição da República de Moçambique. Maputo, Imprensa Nacional, 2004 (Preâmbulo).

¹⁵³ V. Lei 7/91 sobre os partidos políticos.

¹⁵⁴ Cf. Bayano Valy e Egídio Vaz. *Cobrindo os Processos de Governação. Manual Jornalístico*. Maputo, Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral SARDAC Moçambique, 2007:30.

¹⁵⁵ Vide Lei nº 2/97, de 28 de Maio.

contribuiu para que estas forças subscrevessem o AGP, sem o qual não teria sido possível alcançar a paz e o multipartidarismo; (ii) a assistência financeira aos processos eleitorais permitiu a democratização do Estado, evitando a anarquia e abusos de poder; (iii) a ajuda externa foi preponderante no processo de desmobilização, regresso de refugiados e preparação de eleições, que incluía a participação da população, sem a qual “(...) **a democracia seria um saco roto.**”¹⁵⁶

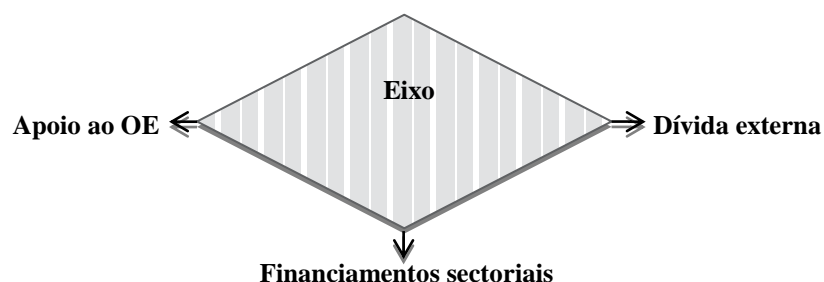
Com a paz e o multipartidarismo, o ambiente de negócios no país floresceu, tornando-se no “*El dorado*” de investimento estrangeiro, “com altíssimos volumes de investimentos directo estrangeiro (...), um *boom* que coloca o país no top 10.”¹⁵⁷

3.5 Assistência após o acordo geral de paz

Após o AGP, a estratégia das IBWs para um crescimento e desenvolvimento económico sustentável, baseou-se fundamentalmente nos seguintes pontos: (i) apoio ao OE; (ii) dívida externa; (iii) financiamento dos sectores geradores de rendimentos, incluindo, neste prisma, desenvolvimento institucional, social e ambiental, como mostra a Figura 5.

Para uma melhor apresentação, os pontos elencados serão abordados em separado.

Figura 5 – Estratégia de crescimento económico após o AGP



Fonte: Elaboração própria.

3.5.1 Apoio ao OE

Aqui abordamos o apoio das IBWs ao OE, marcado por sucessivos défices orçamentais. Pela primeira vez desde a independência, Moçambique passou a dispor a

¹⁵⁶V. Lucia Bergh, op. cit: 10. O sublinhado no texto é nosso.

¹⁵⁷Cf. Luísa Diogo. *Presidenciáveis? Nunca me posicionei para os cargos que já ocupei*, in Jornal Savana. Maputo, 24 de Agosto de 2012, Ano XIX, n° 972: 18.

partir de 1995¹⁵⁸ de um OE “legislativo e democrático”, que não se coarctava ao modelo socialista.

Em entrevista citada ao *jornal* Savana, Diogo (2012) afirma que “quando fizemos o primeiro orçamento¹⁵⁹ em 1995, teve que se tomar a decisão de aumentar às despesas na área social e na área de infraestruturas, e ir cortar a despesa noutras áreas, porque havia grandes desafios de reconstrução do país.”

A autora ainda vem acrescentar que

Foi graças a isso que conseguimos que Moçambique aparecesse como um caso exemplar, em que conseguíamos colocar 22% dos recursos do orçamento na educação, 14% na saúde, 17% nas infraestruturas, e batalhar, caminhando com formeza, rumo aos 10% do orçamento, em conformidade com a Declaração de Maputo, para cobrir as despesas da agricultura, e depois dar a devida prioridade ao sistema judicial, à polícia e à defesa.¹⁶⁰

A partir destas expressões, afirmamos que antes da aprovação do Orçamento de 1995, as despesas públicas centravam-se em sectores de menor crescimento económico, como o da defesa, atendendo ao facto de que o país estava em guerra; por outro lado, a reconstrução da nação moçambicana, exigia recursos financeiros que o país não dispunha, tendo por isso recorrido ao financiamento externo, situação que agravou ainda mais o défice orçamental.¹⁶¹

É importante referir que nas duas últimas décadas mais de 50% do OE era financiado pela ajuda externa, e com o crescimento económico, esta dependência tem vindo a diminuir. A título de exemplo, em 2010 as despesas do Estado dependiam 46% dos doadores,

¹⁵⁸Cf. Luísa Dias Diogo, entrevista citada.

¹⁵⁹Destrinçando sobre o termo “primeiro Orçamento”, o economista Álvaro Loveira, faz a seguinte explicação: “Penso que antes de 1995, sempre existiu um Orçamento Geral do Estado, e a forma como se trabalhava era diferente, porque com as eleições de 1994, as regras de jogo mudam o Orçamento, passa a ser um documento que é discutido ao nível da Assembleia da República onde participam diferentes bancadas parlamentares. Antes o Orçamento não era público, era um documento interno e sigiloso. Com as eleições de 1994, as regras mudam, exige-se por parte dos países doadores a publicação do Orçamento e torná-lo um instrumento público. Em suma, (...) julgo que a Dra. Luísa Diogo fez alusão a 1995, por dois motivos centrais: (i) após a realização das eleições gerais – primeiras eleições no país; (ii) devido a entrada em vigor do SISTAFE [Sistema de Administração Financeira do Estado, Lei nº 9/2002 de 13 de Fevereiro, I Série – Número 7].” Entrevista realizada via e-mail, Maputo, 17/12/2012.

¹⁶⁰Idem: 18.

¹⁶¹Sobre o défice orçamental e os mecanismos de financiamento, v. Fernanda Massarongo e Carlos Muianga. *Financiamento do Estado com Recurso à Dívida. Problemas e Desafios*, in Luís de Brito *et al.* *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 2011:161 ss. V. igualmente Yasmin Patel, 2012a: 127.

O que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido ajuda internacional ao desenvolvimento? Uma análise contrafactual no período pós-independência

(...) que, no essencial, provém de países da OCDE com a tradição de conceder donativos sob forma de ajuda directa e programada ao Orçamento de Estado ou à Balança de Pagamentos, o que não acontece com outros países com quem Moçambique mantém também relação de cooperação.¹⁶²

Estes resultados foram atingidos graças ao bom desempenho económico e a descoberta de megaprojectos¹⁶³ em 2011. Nesta altura, a dependência decresce para 34% contra 46% registado no ano anterior. Portanto, “nunca as despesas do Estado dependeram tão pouco dos doadores (...).”¹⁶⁴

Tabela 7 - Financiamento ao Orçamento (em milhões de Meticais) 2011.

FINANCIAMENTO AO ORÇAMENTO 2011			DISTRIBUIÇÃO DE INVESTIMENTO APROVADO EM 2011 (USD)	
Ano 2011	Realização	Peso (%)		
Recursos Interno	83 776,6	66,0%	Niassa	50.263.995
Receitas do Estado	81 119,2	63,9%	Cabo delgado	10.315.319
Crédito Interno	2 618,6	2,1%	Tete	424.385.751
Recursos Externos	43 117,7	34%	Nampula	50.728.237
Donativos	30 858,1	24,3%	Zambézia	128.917.558
Crédito externo	12 259,7	9,7%	Sofala	493.737.382
INVESTIMENTO APROVADO POR SECTOR			Manica	33.938.132
Turismo e hotelaria		3,34%	Gaza	49.033.266
Serviços		8,75%	Inhambane	27.746.303
			Maputo e cidade e provincia	1.821.528.896

Fonte: *Jornal O País*, site citado.

Desta tabela, observamos que o Estado moçambicano conseguiu, através dos Recursos Internos, financiar o OE em 66%, correspondente a 83 776, 6 milhões de meticais (MT), contra 43 117, 7 proveniente dos Recursos Externos, uma diferença de 40 658, 9 milhões MT.

Por outro lado, as Receitas do Estado fixaram-se em 81 119, 2 milhões MT, correspondente a 63,9%. Por sua vez, os recursos mobilizados em donativos atingiram o montante de 30 858,1 milhões MT, que correspondem a 24,3%.

¹⁶²Cf. Abdul Magid Osman e Nelson Saúte. *Financiar o Desenvolvimento. Ajuda Externa*. Luís de Brito et alli. *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). 2009: 329-330.

¹⁶³A contribuição dos megaprojectos na economia não é consensual. A Agência de Informação de Moçambique (AIM), citando o relatório de Conta Geral do Estado de 2010, refere que os oito megaprojectos existentes em Moçambique contribuíram em 0,004% para as receitas globais do Estado, equivalente a 83 milhões de Euros, e em 0,001% do Produto Interno Bruto em 2010. Site disponível aqui <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/413817032012115031.html> (acedido a 18/03/2012).

¹⁶⁴V. <http://www.opais.co.mz/index.php/component/content/article/38-economia/19847-financiamento-externo-ao-orcamento-do-estado-caiu-para-34-em-2011.html> (acedido a 16/04/2012).

O Crédito externo registou uma taxa de realização de 12 259, 7 milhões MT, correspondente a 9,7%. Por último, o Crédito interno teve uma participação de 2 618,6 milhões MT, o equivalente a 2,1%, resultados que fortalecem o sistema financeiro moçambicano.

Um elemento importante a ter em conta nesta análise é a seguinte. Tendo em conta a diminuição da dependência face ao OE, poderia Moçambique sobreviver sem a ajuda externa ao desenvolvimento? Não. A conclusão que chegamos, mostra que devido a graves problemas de insegurança alimentar e baixo índice de desenvolvimento humano¹⁶⁵, Moçambique continuaria a depender da ajuda externa para financiar o seu OE.

É assim que, Álvaro Loveira comenta:

Moçambique tem uma história bem-sucedida de redução do nível de dependência externa, e a médio prazo a estratégia de redução do défice orçamental prevê que Moçambique, poderá com sucesso reduzir o nível de dependência externa para níveis próximos de zero, no pressuposto de continuar a crescer e com base na consolidação da estabilidade macroeconómica do país. Neste momento, o país necessita de ajuda externa e poderá sem dúvida tornar-se menos dependente, se usar melhor as receitas provenientes dos recursos naturais, mas não pode existir um corte brusco da ajuda externa, senão compromete os esforços alcançados rumo ao desenvolvimento económico.¹⁶⁶

Para terminar, salientamos que entre os doadores que apoiam o OE (o G19¹⁶⁷), o BM afigura-se na lista do principal doador que, em 2012, desembolsou USD 110 milhões (cerca de 84,2 milhões de euros).¹⁶⁸

¹⁶⁵Moçambique ocupou em 2011 a posição 184ª dos 187 países analisados no IDH, o pior da CPLP. PNUD: 2011. Reportando-se ao IDH de 2013, Moçambique foi colocado no antepenúltimo lugar, ocupando a posição 185ª, apenas à frente do Níger e da RDC. PNUD: 2013. Os dados, porém, são criticados pelo Governo moçambicano, e contrastados pela AIM na edição de 17/03/2013, que intitula: “Moçambique é um dos países com elevado nível de crescimento do IDH”, v. <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/719617032013110528.html> (acedido a 18/03/2013).

¹⁶⁶Entrevista realizada via e-mail a 31 de Outubro de 2012, em Maputo.

¹⁶⁷O G19 é constituído por 19 doadores, sendo 16 bilaterais e 3 multilaterais. Fazem parte do grupo 19 o Banco Africano de Desenvolvimento, Áustria, Bélgica, Canada, Dinamarca, UE, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Países Baixos (Holanda), Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido (Inglaterra) e o Banco Mundial, tendo como membros associados os Estados Unidos da América e as Nações Unidas que não prestam apoio ao orçamento.

¹⁶⁸Sobre o financiamento do BM ao OGE, v. Agência Lusa, 22 de Outubro de 2012, in <http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/15180272.html> (acedido a 06/12/2012).

3.5.2 Dívida externa

O financiamento ao défice orçamental aumentou os níveis de endividamento do país. A par do ajustamento económico havia o problema da dívida, cujo pagamento foi interrompido em 1982.

É de frisar que na altura da adesão às IBWs, a economia moçambicana estava exaurida e a dívida subia vertiginosamente. Consequentemente, entre 1982 e 1983, Moçambique estava falido e as reservas internacionais disponíveis no Banco de Moçambique, cobriam apenas uma semana.¹⁶⁹

Segundo Patel (2012a:127), o rácio da dívida externa atingiu o seu pico em 1986, situando-se nos 275%. A inflação andava nos três dígitos. O mercado paralelo florescia e o dólar dos EUA era trocado cerca de 40 vezes mais que o seu valor oficial de 40 Meticais.

Deste modo, Moçambique país insolvente, não tendo acesso ao mercado externo, não receberia recursos financeiros, tornando inevitável o cenário de bancarrota.

Foi, na sequência deste entrave que o primeiro acordo da dívida externa viria a ser assinado a 25 de Outubro de 1984, via mecanismo Clube de Paris¹⁷⁰, “reconhecendo-se como detedor de uma dívida sustentável.”¹⁷¹

Na perspectiva de tornar a dívida sustentável, Massarongo e Muianga (2011:297) acrescentam que “Moçambique beneficiou, sucessivamente em 1999 e 2000, do alívio de dívida no âmbito da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC).”

Apesar do perdão da dívida ter sido um sucesso, a recuperação da economia moçambicana mostrava-se lenta. Enquanto o país por um lado, amortizava a dívida externa, por outro, pedia empréstimos aos doadores para colmatar às situações adversas que se viviam. Perante esta situação, “seguiram-se mais sete

¹⁶⁹“Actualmente, o país têm meses de cobertura de importação de bens e serviços não factoriais acima de 5 meses, e o internacionalmente recomendado é de 3 meses.” V. Álvaro Loveira, entrevista citada.

¹⁷⁰O **Clube de Paris** é o Grupo de Credores Públicos, enquanto que o **Clube de Londres** é o Grupo de Credores Privados. Cf. Grupo Moçambicano da Dívida. *Dívida Externa de Moçambique: Evolução, Desafios e Necessidades de uma Estratégia Consistente e Inclusiva*. Maputo, 2006:8. O sublinhado é nosso.

¹⁷¹Cf. Reinhart e Rogoff, 2009: 375; Sachs, 2002:14, in Fernanda Massorongo e Carlos Muianga, op. cit: 297.

reescalamentos¹⁷², o último a 17 de Novembro de 2001¹⁷³, no âmbito da iniciativa HIPC.

No mesmo diapasão, Patel (2012a: 128) refere que:

Ao contrário destes reescalamentos, o alívio da dívida obtido ao abrigo da Iniciativa HIPC proporcionou o cancelamento da maior parte da dívida externa do país (90% do *stock* da dívida externa), possibilitando baixar o respectivo rácio para somente 3,5%. A dívida privada foi também reescalada no âmbito do Clube de Londres.

Os esforços dos doadores não pararam por aqui. Em 2005 chegou a “boa nova”, quando as IBWs elegeram Moçambique, num total de 19 países subdesenvolvidos¹⁷⁴, para beneficiar da iniciativa de Alívio da Dívida Externa Internacional (DMRI).¹⁷⁵

Na sequência da decisão tomada em Julho de 2005, pelo G8¹⁷⁶, em Janeiro de 2006, no âmbito da iniciativa MDRI, as IBWs decidiram cancelar a 100% a dívida dos países com rendimento *per capita* inferior a US\$ 380 e que já tivessem atingido o “*completion point*” da iniciativa HIPC.

Em termos gerais, a mesma fonte refere que com a iniciativa, pretendia ajudar esses países a concretizar com os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio¹⁷⁷, com enfoque para o combate à pobreza absoluta, através da introdução do PRSP¹⁷⁸ ou PARPA¹⁷⁹, no caso de Moçambique.

Infelizmente, com os megaprojectos em curso, a dívida de Moçambique tem estado a aumentar. Recentemente, a Autoridade Tributária de Moçambique (ATM), afirmou que a exploração mineira é a maior fonte da dívida do Estado e que no

¹⁷²Reescalamento da dívida é o “processo, normalmente conduzido no âmbito do Clube de Paris, pelo qual credores e devedores chegam a acordo quanto à alteração dos prazos de pagamento da dívida em atraso. Inclui, em geral, uma componente de perdão de dívida.” José Soares, op. cit: 270.

¹⁷³Cf. Yasmin Patel, op. cit: 128.

¹⁷⁴Os 19 países elegidos são: Benin, Bolívia, Burkina-Faso, Cambodja, Etiópia, Ghana, Guiana, Honduras, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Moçambique, Nicarágua, Níger, Ruanda, Senegal, Tajiquistão, Tanzânia, Uganda e Zâmbia.

¹⁷⁵Na língua inglesa a sigla MDRI significa Multilateral Debt Relief Initiative.

¹⁷⁶Compõem o G8 os seguintes países: EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá, mais a Rússia.

¹⁷⁷Ibid.

¹⁷⁸Poverty Reduction Strategy Papers (PRSP), em português, Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza. O PRSP, documento adoptado pelo FMI e BM em 2009, constitui um pré-requisito para qualquer país de baixa renda ter acesso à iniciativa HIPC.

¹⁷⁹Acrónimo de Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta. O PARP I (2001-2005) tinha como objectivo a erradicação da pobreza extrema e a fome, o PARP II (2006-2009), tinha como meta a redução da pobreza de 54% em 2003 para 45% em 2009, este documento foi substituído pelo PARP (Plano de Acção para Redução da Pobreza) que vai de 2011-2014, tem como meta reduzir o índice de incidência da pobreza alimentar dos actuais 54.7% para 42% em 2014. V. Versão Final do PARPA II, aprovada pelo Conselho de Ministros a 02 de Maio de 2006 e PARP, aprovado na 15ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros de 3 de Maio de 2011.

primeiro semestre de 2012, atingiu os USD 256 milhões, correspondente a 7 163 MT.¹⁸⁰

As causas da dívida de Moçambique surgem nos primórdios da década 80, mas a origem remonta para os finais da década 70 com a crise do segundo *stock* de petróleo (o primeiro foi em 1973) e que, de acordo com Lourenço Veniça (2012), teve um efeito retardado e agravado em todos os países pobres.¹⁸¹

Para o nosso entrevistado, ficou demonstrado que em 1982, quando o México declarou formalmente que não tinha dinheiro para pagar as dívidas e que Fidel Castro através do Movimento dos Não-alinhados incitava os outros países a não pagarem.

Sobre a crise petrolífera dos anos 70, Sloman e Wride (2009:783) expressam o seguinte comentário:

Um das consequências da crise de petróleo dos anos 70 foram a contracção de dívida dos países em desenvolvimento. A tentativa de solucionar essa dívida – para pagar juros e prestações em reembolsos de capital – causou 'estrágos' nas economias de muitos países. Por volta dos anos 80, o problema agravou-se de tal ponto que muitos países em desenvolvimento achavam impossível lidar com a dívida (...)¹⁸²

As causas da crise da dívida moçambicana são também tratadas pelo GMD (2006:5-7) que apontam duas razões: interna e externa. Na ordem interna, destacam-se (i) calamidades naturais; (ii) políticas económicas ineficientes; (iii) dificuldades enfrentadas pelo sector produtivo, que não permitiam aumentarem a sua participação nas receitas fiscais; (iv) ineficiência na cobrança de receitas, com efeitos sobre evasões fiscais. Na ordem externa, as causas foram: (i) a dinâmica político-económica regional; (ii) aumento das taxas de juro internacionais (iii); deterioração dos termos de troca e redução dos ganhos das exportações.

3.5.3 Argumentos contra e a favor do perdão da dívida

Apesar de alguns benefícios em relação ao cancelamento da dívida externa, surgem críticas que se opõem a esta iniciativa.

¹⁸⁰V. a informação no site <http://www.stv.co.mz> (Jornal da Noite de 11/08/2012). V., igualmente, o jornal *O País* online em <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/21604-at-teme-incumprimento-da-meta-de-arrecadacoes-no-presente-ano.html> (acedido a 14/08/2012).

¹⁸¹Entrevista realizada a 4 de Março de 2012, em Maputo, e mais tarde, por necessidade de esclarecimentos adicionais, realizou-se uma outra entrevista, desta vez via e-mail a 25 de Junho de 2012, em Bruxelas.

¹⁸²V. John Sloman e Alison Wride. *The Problem of Debt: The oil shocks of the 1970s*. Seventh edition published. Harlow, Pearson Education Limited, 2009. Tradução no texto nossa.

O nosso estudo apresenta duas abordagens sobre o perdão da dívida. Em primeiro lugar, existe o sentimento de que a redução ou o cancelamento da dívida dos países abrangidos pelas iniciativas HIPC e MDRI fomentaram a corrupção e a pobreza em África, piorando o nível de vida das populações.¹⁸³

Outra interrogação prende-se ao facto de que, em alguns desses países, os valores da dívida têm sido canalizados para a compra de armamento militar, visando adubar os quase intermináveis conflitos em África.¹⁸⁴

No caso de Moçambique, há quem defenda que o lenitivo da dívida externa aumentou os níveis de corrupção¹⁸⁵, tendo fragilizado o cumprimento de algumas metas acopladas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e que, por cada unidade de ajuda externa recebida ou por cada metical perdoado, havia uma unidade de dinheiro roubado depositado nos bancos exteriores.

Alguns apologistas do perdão da dívida, como Diogo (2012), apontam os benefícios desta iniciativa que permitiram o país mobilizar os recursos necessários para a transformação da economia nacional.

E, logo a seguir, acentua:

Na componente de luta pelo perdão da dívida, marcou-me a capacidade de identificar o que era altamente prioritário (...). E o altamente prioritário era salvar o orçamento para o benefício do povo moçambicano, porque o orçamento tinha uma grande fatia que era utilizada para pagar a dívida externa (...) porque se não pagássemos não entrava mais dinheiro; um país devedor não podia receber recursos adicionais. Assim, tinha que se entregar noventa para se receber 100, ou então não se receber os 100 e não ter os noventa, não termos nada. Então era necessário resolver a componente da dívida externa e aplicar os recursos na Educação, na Saúde e outros sectores prioritários.

Do trecho, podemos tirar uma conclusão lacónica: sem o perdão da dívida, aumentaria o défice orçamental.

¹⁸³Sobre o índice de corrupção em África, v. em Apenso a Tabela 11 - “Índice de Percepção da Corrupção em África”, disponível aqui: <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/total-pages/visao-global/> (acedido a 14/12/2012).

¹⁸⁴Conforme Nyerere *et al.* (1990:59-61), as despesas militares totais dos países em vias de desenvolvimento atingiram uma média de 25% do total mundial em 1980. Na mesma década, as importações de armamento atingiram uma média de 22 bilhões de dólares por ano. Em poucos traços, pode-se distinguir a corrupção no Ocidente como sendo um factor associado à manipulação do mercado de valores, enquanto que nos países socialistas e no Sul, a excessiva centralização, capacidade administrativa limitada, desleixo da administração fiscal e tendência autoritária (...) são condições férteis à corrupção.

¹⁸⁵Sobre a estatística da corrupção em Moçambique, v. jornal Notícias do dia 11/12/2012 (publicação em tablóide), e o jornal *O País*, aqui <http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/22644-mocambique-entre-os-seis-piores-na-africa-austral.html> (consultado a 18/10/2012).

3.5.4 Financiamentos sectoriais

O ponto em epígrafe tem como “pano de fundo” a contribuição da ajuda internacional no processo de crescimento e desenvolvimento do país. É importante sublinhar que não faz parte dos objectivos deste ponto sequencializar, detalhar e/ou particularizar, a actuação das IBWs no processo de crescimento da economia moçambicana, tendo sido adoptada uma abordagem generalista.

Na perspectiva de dinamizar a economia moçambicana, dos escombros da guerra civil e de outros factores adversos, o Banco Mundial, através da AOD, desembolsou em 1997 um financiamento avaliado em USD 114,6 milhões e o montante cumulativo foi de USD 1,017. 61 milhões.¹⁸⁶

Nesta linha, Chamusse (2007: 31) citando o Governo (2005), nota que a AOD aplicada no período entre 1997 e 2003 foi em média de 1,1 biliões, cerca de 31,4% do PIB, ou 61,8 dólares *per capita*.¹⁸⁷

Em 1997, através da iniciativa promovida pela CFI, o BM desembolsou USD 120 milhões para a primeira fase do mega-projecto de fundição de alumínio MOZAL¹⁸⁸, “de um total de 1,3 biliões e foi a maior participação singular desta instituição, a nível mundial, por essa altura.”¹⁸⁹

A fase II do projecto MOZAL, implementada em 2001, foi financiada pela CFI em USD 25 milhões, que se traduziu no apoio aos programas de mitigação do HIV/SIDA, envolvendo pequenas e médias empresas (PMEs).¹⁹⁰

Entre 1994 e 2003, a ajuda externa abrangeu os sectores da agricultura, dos transportes, da educação, da saúde, da água e urbanização. Em 2004, evidenciaram-se os sectores das telecomunicações. No que se refere ao sector das telecomunicações, a

¹⁸⁶ V. O Grupo do Banco Mundial em Moçambique, op. cit: 3.

¹⁸⁷ Cf. Anastácia Sebastião Chamusse. *A Assistência do Banco Mundial ao Desenvolvimento de Moçambique: Uma Análise dos Projectos de Desenvolvimento*.

¹⁸⁸ A Mozal é o maior investimento privado em Moçambique dos últimos anos e está avaliada em 1,5 mil milhões de Euros. V. <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/413817032012115031.html> (acedido a 18/03/2012). Sobre a MOZAL, vale a pena transcrever parte da entrevista citada da Luísa Dias Diogo: “A MOZAL foi negociada no ano de 1996 e construída em 1998.” Nesta abordagem, a autora acrescenta que para atrair a MOZAL, o Governo adoptou uma política que visava: “reconstrução de estradas ainda incipientes; tínhamos acabado de assinar o ROCKS 1, que foi um grande projecto de desenvolvimento de estradas, de 800 milhões de dólares: foi o principal logo a seguir ao Acordo Geral de Paz.”

¹⁸⁹ Ibid

¹⁹⁰ Ibid, ibidem: 37.

IDA ajudou a redigir uma nova lei que abriu o caminho para a completa liberalização do sector.¹⁹¹

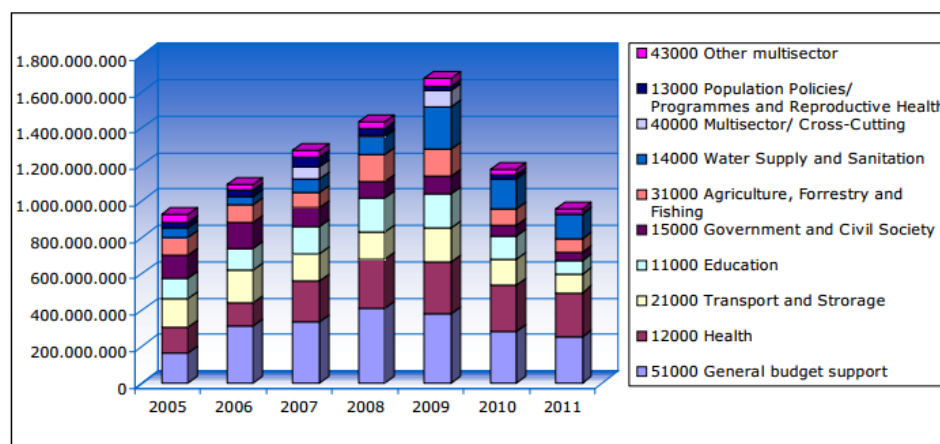
No sector educativo, a reforma apoiada pela IDA em 2004, resulta num novo currículo para o ensino primário, alargando o número de escolas e de professores, reduzindo a taxa de analfabetismo.¹⁹²

Em 2005, com a ajuda externa intensifica-se o desenvolvimento. Alguns autores, como Chamusse (2007: 1) consideram 2005 “(...) o ano de desenvolvimento (...)”.

Nesse ano, o Governo introduz reformas na política tributária, nos benefícios fiscais, no ajustamento do código fiscal, que foram implementados em Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) e Zonas Francas Industriais (ZFI).¹⁹³

Entre 2005 e 2011, os investimentos estrangeiros foram direccionados para os sectores de maior impacto económico; no Orçamento; nas infra-estruturas na agricultura; nas florestas, nas pescas; na saúde reprodutiva e na sociedade civil (ver Gráfico 4).

Gráfico 4 - Fluxo de ajuda por sectores 2005-2011 (em milhões de USD).



Fonte: <http://www.odamoz.org.mz/> (acedido a 28/12/2012)

Nas sete pirâmides deste gráfico, observamos que em 2009, se registou o maior fluxo de ajuda para o desenvolvimento, avaliado em USD 1.600.000.000, dos quais USD 51.000 foram destinados ao OE.

¹⁹¹ Sobre o financiamento ao sector das telecomunicações, v. Banco Mundial. *IDA em Funcionamento. Moçambique: Da Recuperação de Pós-Conflito ao Crescimento Elevado*, 2007, in <http://www.worldbank.org/ida> (acedido a 12/12/2012).

¹⁹² Segundo o jornal *Notícias* de 13 de Setembro de 2012, a taxa de analfabetismo em 1978 foi de 93%, em 1982 passou para 72%, tendo reduzido em 2001 para 60,5% e 53,6% em 2004. Em 2007 a taxa continuou a baixar, desta feita para 50,4% e já em 2012 baixou para 48,1%.

¹⁹³ Sobre a ZEE e ZFI, v. Lei n.º 3/93 de 24 de Junho; Lei n.º 4/2009 de 12 de Janeiro; Diploma Ministerial n.º 44/2002 de 30 de Janeiro.

Entre os doadores desta ajuda foram, a Austrália, a Bélgica, o Canadá, a Dinamarca, a Comissão Europeia, a França, a Alemanha, a Itália, o Japão, a Noruega, Portugal, a Espanha, a Suécia, o Reino Unido, a Nova Zelândia, a FAO, a UNESCO, a UNICEF, a PMA, a USAID, sendo o BM o maior.

Acordando no que foi referido sobre a ajuda do BM, acrescentamos a frase do Director do BM em Moçambique, Clarence Clarke:

Moçambique aderiu ao grupo de Bretton Woods, que integra o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, em 1984, tendo, desde então, recebido mais de quatro mil milhões de dólares (cerca de 3,06 mil milhões de dólares) [sic]¹⁹⁴ especialmente para projetos de reconstrução do país no período pós-conflito armado de 16 anos.¹⁹⁵

O comentário acima, concorda com a tese de que as IBWs jogaram um papel decisivo no crescimento e estabilidade macroeconómica, conforme defende John Factora:

Em consequência, a instituição conseguiu criar 'condições para um equilíbrio macroeconómico' e auxiliar na sustentabilidade do crescimento económico robusto das últimas três décadas o qual ajudou a tirar mais de três milhões de pessoas da extrema pobreza.¹⁹⁶

Perante este comentário, somos conduzidos a concluir que, a ajuda internacional, impulsionou cada vez mais o crescimento e o desenvolvimento económico, tornando a economia mais dinâmica e competitiva, como enfatizaremos na análise final dos resultados observados.

3.6 Argumentos da ajuda internacional ao desenvolvimento

Perante os argumentos da ajuda internacional ao desenvolvimento, propomos apresentar e discutir, à luz da literatura seleccionada, as linhas mestras das correntes que são contra e a favor da ajuda. Neste âmbito, para se estabelecer uma charneira

¹⁹⁴ Lapso: supomos que o valor seja em Euros.

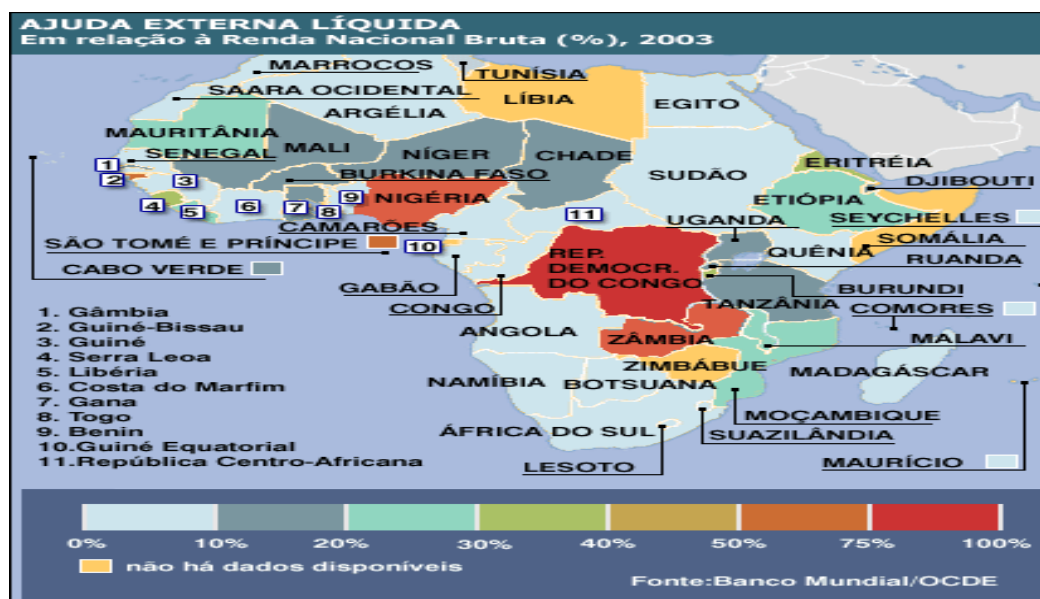
¹⁹⁵ Cf. Agência Lusa, 22 de Outubro de 2012, in <http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/15180272.html> (acedido a 06/12/2012).

¹⁹⁶ Ibid. Sobre a pobreza, pode-se ler no relatório anual da IDA publicado pelo Banco Mundial (2007:2) o seguinte: “A pobreza registou um decréscimo de aproximadamente 15% entre 1997 e 2003, o que tirou quase 3 milhões de pessoas da pobreza extrema em seis anos. A pobreza caiu mais nas zonas rurais (de 71% para 55%) do que nas regiões urbanas (62% para 52%) e Moçambique é o segundo país do mundo que conseguiu este feito, a seguir ao Vietname.”

comparativa, são desfilados os exemplos em duas perspectivas: a africana e a moçambicana.

3.6.1 Perspectiva africana

Figura 6 - Países africanos receptores de ajuda externa



Fonte: Crédito da imagem aqui¹⁹⁷

Entre os críticos da ajuda externa, numa perspectiva africana, encontram-se os economistas Dambisa Moyo e James Chikwati. Estes dois autores, citados por Lázaro Mabunda (2010), corroboram na ideia de que o continente africano ficou mais pobre agora do que há 50 anos, e explicam:

(...) mesmo com mais de 1 trilhão de dólares que recebeu nesse período, o que revela que as ajudas aos países africanos não só são ineficazes como também são venenosas. Não se entende por que se fornecem esmolas aos angolanos, nigerianos, sudaneses (...), que estão a nadar em petróleo.¹⁹⁸

Com o excerto, Mabunda, assume a polémica e acusa os doadores de ser o rosto da pobreza em África, pois;

¹⁹⁷V. <http://africanaredefor.blogspot.com/2012/06/paises-que-recebem-ajuda-externa.html> (acedido a 14/12/2012).

¹⁹⁸V. Lázaro Mabunda. *Os doadores são o rosto da nossa pobreza!* Maputo, jornal *o País* do dia 09/10/2010, in <http://www.opais.co.mz/index.php/opinioao/86-lazaro-mabunda/10049-os-doadores-sao-o-rosto-da-nossa-pobreza.html> (acedido a 09/10/2012).

(...) se hoje somos cada vez mais pobres é devido aos biliões de dólares que os doadores nos injectam. Se hoje vivemos num mundo de desigualdades sociais – em que os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres – é devido ao dinheiro que nos é drenado, sem controlo, pelos ocidentais, o que beneficia os governantes corruptos. É esse dinheiro que é usado pelos nossos governantes em África para fomentar as guerras no continente. Se em África governar não representasse enriquecimento (ilícito), pelo contrário representasse responsabilização em caso de má gestão, não haveria tanto interesse em se ser governante. Porque estar no poder significa gerir, a seu bel-prazer, o dinheiro de doadores, as instabilidades políticas são constantes.¹⁹⁹

O trecho demonstra, que se os doadores deixassem de apoiar os países africanos, o continente estaria em condições de se autosustentarem, sem depender da ajuda externa. Na opinião deste autor, a ajuda perpetua a desigualdade social, estimula a corrupção, promove o conflito e incuba os ditadores que uma vez no poder tornam-se “proprietários do povo”.

Se tivermos em conta o relatório de 2011, da *Freedom House* sobre a satisfação da liberdade em África, as ideias de Mabunda fazem sentido, uma que vez que dos 55 países africanos seleccionados, 21 possuem o estatuto de “*sem liberdade*”, 25 estão na condição de “*parcialmente livre*” e só 9 ostentam o estatuto de “*livre*”.²⁰⁰

Ainda na questão da ajuda, Moyo (2009) refere que nestas últimas cinco décadas, a ajuda económica esteve longe de atingir o crescimento económico em África e sublinha:

More than US\$ 2 trillion of foreign aid has been transferred from rich countries to poor over the past fifty years – Africa the biggest recipient, by far. Yet regardless of the motivation for aid-giving-economic, political or moral – aid has failed to deliver the promise of sustainable economic growth and poverty reduction. At every turn of the development tale of the last five decades, policymakers have chosen to maintain the status quo and furnish Africa with more aid. Aid has not lived up to expectations. It remains at the heart of the development agenda, despite the fact that there are very compelling reasons to show that it perpetuates the cycle of poverty and derails sustainable economic growth.²⁰¹

¹⁹⁹ Ibid.

²⁰⁰ Cf. Relatório de 2011 da *Freedom House*. Liberdade em África. In <http://africanaredefor.blogspot.com/2012/06/paises-que-recebem-ajuda-externa.html> (acedido a 14/12/2012). Ver em Anexo a Tabela 12.

²⁰¹ Cf. Dambisa Moyo, 2009:28 e segs. Traduzido pelo Professor Miguel Rocha de Sousa: “Nos últimos 50 anos foram transferidos mais de 2 triliões de USD em ajuda estrangeira dos países ricos para os pobres - sendo África, de longe, o maior beneficiário. No entanto, independentemente da motivação para a ajuda dos doadores - económica, política ou moral - a ajuda não conseguiu cumprir a promessa de crescimento económico sustentável e da redução da pobreza. Em cada evolução da história das últimas cinco décadas de desenvolvimento, os decisores políticos optaram por manter o *status quo* e mobilizar mais ajuda para África. No entanto, a ajuda não correspondeu às expectativas. Ela permanece no centro da agenda de desenvolvimento, apesar do facto de que existem razões muito convincentes para mostrar que esta perpetua o ciclo de pobreza e desvia o crescimento económico da sua trajectória sustentável.”

Colocamos esta citação para mostrar o pensamento crítico da autora em relação à ajuda externa. Para nós, apesar da crítica, Moyo (2009) reconhece que a ajuda internacional é um instrumento indispensável para o crescimento económico africano.

3.6.2 Perspectiva moçambicana

Em relação a Moçambique, vários analistas consideram que a adesão de Moçambique às IBWs foi uma aventura, não obstante o apoio recebido ter desenvolvido algumas áreas. Centrando-nos na questão da riqueza de Moçambique, Mabunda (2010) questiona:

Não se percebe por que dão esmola a Moçambique para importar cereais, quando tem das maiores potencialidades agrícolas de África. De igual modo, não se entende por que se dá esmola a este país para importar gás natural e electricidade, que ele próprio produz e exporta, para depois importar.

Mais ainda, agastado com a situação da dependência, o autor desabafa nos seguintes termos:

O que África, concretamente Moçambique, meu país, precisa não é de dinheiro para custear as despesas públicas como salários, energia, água, rendas, entre outros. É, porém, dinheiro para construir barragens de retenção de água sobre os rios Limpopo, Save, Zambeze, Lugela, Púnguè, Rovuma, etc. É, também, dinheiro para construir uma estrada que ligue o sul e o centro de Moçambique, via Massangena e Chókwè, alternativa a sinuosa estrada nacional número 1, entre outras, para escoar os produtos de Manica e Sofala para o sul, com custos baixos. É dinheiro para investir numa agricultura mecanizada e no respectivo agro-processamento, o que vai permitir que deixemos, um dia, de ser importadores para exportadores de cereais. Precisamos de dinheiro para investir em infra-estruturas socioeconómicas para reduzir os custos de produção. Não faz sentido que o milho proveniente dos Estados Unidos – mais de 12 mil quilómetros – seja mais barato que os cereais produzidos em Manica e Sofala, a cerca de 1000 quilómetros de Maputo; o frango proveniente do Brasil seja duas vezes menos barato que o frango produzido nos arredores da cidade de Maputo; o trigo vindo da China e do Vietname seja menos caro que o produzido em Manica, Chókwè e Zambeze.

Sem desvalorizarmos as críticas de Mabunda, esta dissertação defende a ideia de que o mais importante seria capitalizar a ajuda para promover as estratégias de desenvolvimento económico.

Nipassa (2009: s/p), crítico desta ajuda, afirma que ela vem limitar a possibilidade dos moçambicanos de construírem o seu desenvolvimento.²⁰²

²⁰²Cf. Orlando Nipassa. *Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: Uma Perspectiva Crítica. II Conferência do IESE, Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique*. Maputo.

Concernente às vantagens, torna-se importante referir que sobre a literatura consultada, não há, assim como não é nosso objectivo nesta dissertação, uma só que defenda a ajuda externa como modo de vida dos países africanos em geral e de Moçambique em particular. Essas literaturas apontam, de uma maneira geral, algumas vantagens, a saber:

- Permitiu o crescimento económico e governativo;
- Permitiu o acesso a novos financiamentos externos;
- Permitiu a redução e o perdão da dívida;
- Permitiu a redução da pobreza;
- Apoio ao OE.

A forma como a ajuda é encarada leva a que seja interpretada como a causa de muitos problemas nos países africanos e em particular de Moçambique. Na nossa interpretação, focamos que a ajuda externa a Moçambique deve ser observada como condição *sine qua non*, tendo em conta a situação económica depauperada antes da adesão. E o argumento desta tese é que, sem a ajuda externa, o país muito dificilmente teria conseguido corrigir o cenário de bancarrota, que se avizinhava rapidamente.

CAPÍTULO IV – RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo final, apresentamos os resultados da pesquisa, com base nas hipóteses formuladas. Contudo, para não cair em repetição, visto já terem sido fundamentados nos capítulos anteriores; apenas alguns resultados são apresentados.

Resultado 1

Foi a prática que mostrou que não tínhamos ainda meios suficientes para dirigirmos uma economia centralmente planificada.
Mário Machungo, entrevista citada.

Analisando as palavras de Mário Machungo (2012) sobre o sistema político-económico socialista, percebe-se que a Frelimo só abandonou este sistema devido à falta de capital humano e financeiro. Recorrendo-nos à análise contrafactual, podemos concluir que se o socialismo tivesse sido implementado com o capital humano, como conjectura Machungo; o país continuaria “preso” ao sistema socialista. Isto reforça a ideia de que, os problemas económicos, políticos, sociais e militares surgidos durante o período socialista, conduziram o país a uma condição de “Estado falido”, como demonstramos na Figura 7.

Figura 7 - Representação do sistema socialista vs cenário de “Estado falido”



Fonte: Elaboração própria

Um estudo de Cahen (2009), citado por (Francisco, 2009:57) levanta um debate interessante entre um “Estado falido” e um “Estado falhado”. Estes autores

consideram que, apesar das adversidades, “Moçambique nunca foi um 'Estado Falhado', mesmo nos piores momentos da sua crise.”²⁰³

Tendo como premissa, os critérios do Fund For Peace & Foreign Policy (2010), é indubitável concluir que Moçambique durante a vigência do regime socialista possuía todas as condições para ser considerado um “Estado falhado”²⁰⁴. Contudo, a ajuda internacional, as reformas implementadas e o dinamismo do Governo, impediram que o país figurasse nessa lista.²⁰⁵

E de forma mais clara, Francisco (2009:47) atesta o seguinte:

A generalidade dos programas assistencialistas, financiados por agências internacionais, como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas, desempenha uma função social digna de menção e apreço. Tais programas têm o mérito de ajudarem o Governo a evitar que o Estado Moçambicano se converta num Estado Falhado (...).

Face ao exposto, não há dúvida que a ajuda internacional, especialmente vinda das IBWs, jogou (e ainda joga) um papel decisivo na promoção da paz e bem-estar social das populações, o que não se verificou (e ainda não se verifica) com países como Somália, República Democrática do Congo (RDC), Sudão, Chade, Zimbábwe, República Centro Africana, Guiné-Bissau, que fazem parte da lista dos “Estados falhados”.²⁰⁶

A seguir, na Figura 8 (“Estados falidos”), apresentamos os países que, tendo estado na eminência de serem considerados “Estados falhados”, conseguiram com a ajuda das IBWs e da CI, dar a volta à situação de crise, como Moçambique e Angola.

Enquanto que na Figura 9 (“Estados falhados”), mostramos os países que não se conseguem desembaraçar dos indicadores que os qualificam como “Estados falhados”.

²⁰³Cf. António Francisco. *Protecção Social no contexto de um Estado falido mas não falhado*. In Luís de Brito *et al.* *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*. Maputo, IESE, 2009.

²⁰⁴Para esta dissertação baseamo-nos na definição de Sara Gonçalves (2011:37). Na opinião desta autora, “Estado falhado é um Estado que não tem controlo sobre a totalidade do seu território, nem é garante da Segurança dos seus cidadãos porque não tem monopólio legítimo da força, o que impossibilita a manutenção da ordem interna, não tendo capacidade para assegurar os bens e serviços públicos à sua população, o que implica um aumento da violência da criminalidade e da existência de um clima de insegurança e desordem.”

²⁰⁵Ver os indicadores do Índice de percepção dos “Estados Falhados”, ver em Apenso a Tabela 10.

²⁰⁶V. lista dos “Estados Falhados”, edição de 2012:

http://www.foreignpolicy.com/failed_states_index_2012_interactive (acedido a 13/02/2013). Ver em Apenso Figura 11.

Figura 8 – Ilustração de antigos “Estados falidos”

(Ex. Moçambique, Angola)

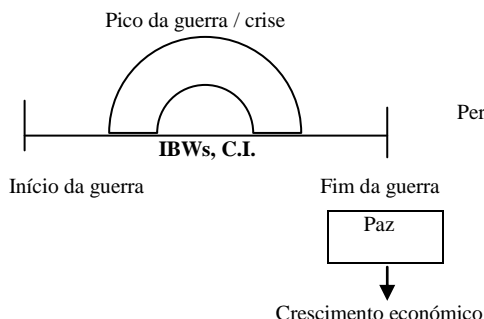
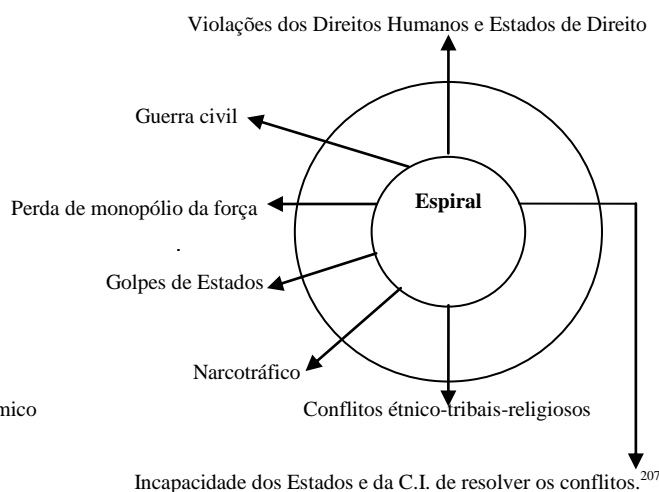


Figura 9 – Ilustração de “Estados falhados”

(Ex. Somália, RDC)



Fonte: Elaboração do Autor

Resultado 3

Ao longo desta dissertação dissemos que, entre 1982 e 1983, a economia moçambicana estava numa espiral recessiva, de quebra de produção, de receita fiscal e de dívida externa, factores que asfixiavam o crescimento do PIB, deixando o país na eminência de bancarrota. O cenário verificado, que colocou o país no topo do *ranking* dos mais pobres do mundo, seria removido a partir do momento em que o país aderiu às IBWs e introduziu o PRE e o PREs, passando a receber fluxos de ajudas internacionais para o desenvolvimento, que inverteram o cenário. A Tabela 8, dividida em dois quadros, apresenta em anos alternativos, a evolução do crescimento económico entre 1975 e 2012.

²⁰⁷ Os conflitos nos “Estados falhados” não acabam nem com a guerra convencional nem com os tratados. A natureza geopolítica tende a ser interminável, uma vez que trata-se de conflitos internacionalizados. Intervenção do Professor Silvério Rocha e Cunha durante uma apresentação no Seminário do NICPRI, Programa de Doutoramento em Teoria Jurídico – Política e Relações Internacionais, em que foi orador principal o professor Marco António Martins, com o tema: *A Percepção de Conflito no quadro da Teoria das Relações Internacionais e Geopolítica*. Évora, 26/5/2012.

Tabela 8 – Evolução do crescimento económico do PIB (%)

Ano	(%)			Ano	(%)
1975	3			2001	13,1
1977	4,5			2002	8,2
1980	4,8			2003	7,8
1984	5,1			2004	7,5
1987	5,8			2005	7,7
1988	6,5			2006	6,2
1990	-0,2			2007	7,
1993	5,6			2010	6,9
1996	7,5			2011	7,1
1998	12,6			2012	7,5
1999	7,5				
2000	1,9				

Fonte: Os dados podem inferir-se em ²⁰⁸

Como se pode observar, no primeiro quadro, pintado a preto, os valores do PIB são baixos, apesar de alguma evolução registada em 1998 (12,6%) e 1999 (7,5%). Este crescimento contrasta com o PIB negativo de 0,2% registado em 1990. Segundo o Banco de Moçambique (1992:11), a taxa negativa deve-se ao atraso da chegada da ajuda externa, que criou perturbações no financiamento do OGE e na balança de pagamentos²⁰⁹, o que só demonstra a importância da ajuda externa.

O segundo quadro, pintado a verde, os valores do PIB são elevados. Neste quadro, é possível observar que o crescimento económico atingiu o pico em 2001 (13,1%).

Vários factores contribuíram para esta proeza, nomeadamente; o “*boom económico*” registado pelo aumento da produtividade; o incremento da ajuda internacional em cerca de 30% do PIB²¹⁰; a intervenção da CI na reconstrução do país no período “pós-emergência.”²¹¹

²⁰⁸Cf. João Mosca (2005:402); INE - Anuário Estatístico (2005); Banco de Moçambique – Relatório Anual 2006; MÉTIR Consultoria e Desenvolvimento, Lda. *Moçambique – Crescimento e Reformas*. Maputo, Unidade editora da MÉTIER, 2002:1, in www.metier.co.mz (acedido a 19/09/2012).

²⁰⁹V. Banco de Moçambique. *Relatório Anual* (1992). Maputo, 1992d: 13.

²¹⁰ Idem.

²¹¹De notar que as cheias tiveram como consequências, entre outros prejuízos, 500.000 pessoas deslocadas, graves danos em termos de habitação, infraestruturas agrícolas, edifícios públicos, escolas, hospitais, sistemas de abastecimento de água e energia eléctrica, redes rodoviárias, linhas férreas e telecomunicações. Estes prejuízos representaram um enorme revés para a economia nacional moçambicana e para os esforços realizados na área da redução da pobreza. Cf. Banco Mundial (2000) in USAID. *Moçambique Cheias 1999-2000: Actividade de Doação para o Reassentamento da População após as Cheias em Moçambique*. 2002: vii.

Informação disponível no site: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDABX450.pdf (acedido a 13/04/2012).

Em 1984 o PIB *per capita* era de 255,5 USD, como nos reportámos no capítulo II; em 2011 houve salto quantitativo de 450 USD, que corresponde a um crescimento de aproximadamente 76% (cálculo feito em USD, obedecendo a seguinte fórmula: $450 = 1,76 \times 255,5$).

Face ao exposto, confirmamos mais uma vez a hipótese de que sem a ajuda ao desenvolvimento, o declínio do PIB e do PIB *per capita*, seria uma realidade incontornável.

Resultado 4

Nas questões derivadas, uma das hipóteses levantadas desta dissertação, foi a de que sem a ajuda externa ao desenvolvimento, Moçambique ficaria “isolado” do Ocidente pró-americano, mas “orgulhosamente sós”.

Esta conclusão é baseada na explicação segunda a qual, nenhum país deixa de existir por causa do isolamento, por mais duras que sejam as consequências. A título de exemplo, espelhamos o caso enigmático de Zimbabwe, que rompeu os laços de cooperação com as IBWs.

Desde a independência em 1980, que o Zimbabwe era o celeiro da região Austral e um exemplo a nível mundial. O cenário muda quando o executivo de Robert Mugabe, decidiu encetar uma “reforma agrária” em 2000, que levou a invasão e expropriação de propriedades (terras) das mãos de fazendeiros brancos (na sua maioria descendente dos colonizadores britânicos) tendo, por conseguinte, entrado em rota de colisão com as IBWs, como Yeros (2007:3)

O Zimbábue entrou em uma rota de colisão com o Ocidente a partir de 1997, quando o país abandonou o programa de ajuste estrutural gerenciado pelas instituições financeiras internacionais (IFIs) e comprometeu-se com uma reforma agrária mais intervencionista, fora do controle do Banco Mundial. Estas medidas provocaram a ira das IFIs, do Reino Unido (anterior potência colonial), dos Estados Unidos e da União Europeia.²¹²

Devido ao isolamento, o Zimbabwe mergulhou numa situação de crise profunda e generalizada. Exemplos podem ser representados, nomeadamente o facto de o país

²¹²Cf. Paris Yeros. *A Evolução do Regime Internacional de Sanções Económicas e o Caso do Zimbábue*. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), 2007, in <http://rsi.cgee.org.br/documentos/3583/1.PDF> (acedido a 17/02/2013).

possuir aproximadamente 4 milhões de zimbabeanos que carecem de ajuda alimentar; a taxa de desemprego é cerca de 80%; a taxa de inflação ronda os 1000%.²¹³

Com este exemplo, pretendemos demonstrar que apesar do “isolamento” e das sanções aplicadas contra o regime, Robert Mugabe manteve-se independente da ajuda externa e aprendeu a viver “orgulhosamente sós”, por meios próprios, mas a custa de grandes e pesados sacrifícios.

Moçambique, movido pelo espírito de sacrifício, emanado durante a luta de libertação nacional, onde a Frelimo teve como contra-estratégia, contar com a sua própria força e resistir à ameaça ocidental. Contudo, o modelo de socialismo revela-se incapaz de oxigenar a economia moçambicana, até à sua adesão às IBWs em 1984.

²¹³Para este assunto, ver João Gomes Porto. *Zimbabué: Contributos para a compreensão duma crise multifacetada*. Working Paper 34. Comunicação proferida na V Conferência Internacional FLAD/IPRI-UNL “UE e África: em busca de Parceria Estratégica”. Lisboa, Insituto Português de Relações Internacionais – Universidade Nova de Lisboa, 2007:2, in http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/working_paper.php?idp=197 (acedido a 17/02/2013).

CONCLUSÕES

Na conclusão desta dissertação, que não se pretende longa, afirmamos que a independência de Moçambique trouxe um projecto novo que é a construção de um Estado marxista-leninista.

No decurso do III Congresso, em Fevereiro de 1977, a Frelimo assume-se como o partido socialista de orientação marxista-leninista e adopta o modelo económico socialista, como estratégia de desenvolvimento.

Convencido que o modelo alteraria o “quadro clínico” da economia moçambicana, e no âmbito do Plano Prospectivo Indicativo (PPI), a Frelimo decretou a agricultura e a indústria como sectores chave para vencer o subdesenvolvimento num período de 10 anos (1980-1990).

Devido às agressões externas dos regimes ilegítimos do *apartheid* e de Ian Smith; a desestabilização provocada pelas políticas socialistas e guerra civil, deixaram o país à beira de se tornar num “Estado falhado”, onde o PPI não teve logros desejados.

Em 1984, Moçambique torna-se membro das IBWs, dando início a um novo ciclo económico e político.

Em 1989, a Frelimo declara formalmente o fim do sistema socialista, embora mantenha inalterável uma das principais pedras basilares do modelo socialista, que é o controlo da terra, como propriedade exclusiva do Estado.

Perante este estudo concluímos, que se Moçambique não tivesse aderido às IBWs e optasse por manter o sistema socialista, o país ficaria fora do contexto das instituições financeiras internacionais, principais catalisadores de investimentos estrangeiros.

Com a falta de investimentos e da ajuda para o desenvolvimento, formar-se-ia um tripé caracterizado pela instabilidade macroeconómica; níveis de pobreza mais elevados; níveis de endividamento externo elevados.

Por conseguinte, o país não teria conseguido alcançar os actuais níveis de crescimento económico, classificados como robustos e estáveis. Apesar dos progressos continua um dos países mais pobres do mundo, mas a situação teria sido sem dúvida ainda pior.

Recomendações

Em fundo da conclusão retirada da presente dissertação e visando aprimorar a temática sobre a análise contrafactual da ajuda externa para o desenvolvimento, apresentamos as seguintes recomendações:

- Até à data da conclusão da presente dissertação, grande parte dos relatórios, planos de contas, documentos, estatísticas, referente ao exercício económico de 2011-2012, ainda não tinham sido publicados. Entretanto, a quem esta temática interessar, recomendamos a consulta desses instrumentos para que se possa acrescentar, comparar, contrapor, visando tornar o estudo mais actualizado.
- Com o desiderato de alargar o número de entrevistados, recomendamos a quem tiver um pouco de “sorte” a entrevistar os signatários do documento de adesão de Moçambique às IBWs. Os entraves que se encontramos neste intento, para outro investigador, pode ser tarefa fácil. A sorte, não é para todos.
- A nível académico, é recomendável que esta temática faça parte dos currículos de ensino, especialmente para os estudantes de economia e gestão, e;
- Finalmente, pela dignidade, prestígio, respeito e consideração ao povo, recomendamos ao Governo moçambicano que continue a envidar esforços no sentido de reduzir a dependência externa e que neste processo melhore a vida de moçambicanos.

BIBLIOGRAFIA

1. A.A.V.V. *Diccionario de Ciencias*. Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1975.
2. ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ed. lit.); FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (ed. lit.) (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa / Verbo.
3. ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders. *Moçambique em Transição – Um Estudo da História de Desenvolvimento durante o Período 1974-1992*. 1ª ed. Maputo, Padrigu - CEEI –ISRI, 1994.
4. ADAM, Yussuf. *Escapar aos dentes do Crocodilo e cair na boca do Leopardo - Trajectória de Moçambique Pós-colonial (1975-1990)*. Maputo, Promédia, 2006.
5. ALMOND, Mark. *1989 sem Gorbachev. E se o Comunismo não tivesse Desmoronado?* In FERGUSON, Niall (Coord.). *História Virtual*. 1ª ed. Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2006:336-358.
6. ANTUNES, José Freire. *A Guerra de África 1961 – 1974*. Vol 1. Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
7. ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações: Os Dois Mercados Mundiais*. 1ª ed. São Paulo. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.
8. BANCO DE MOÇAMBIQUE. *Histórias Vividas 1975-2010*. Maputo, Centro de Documentação e Informação do Banco de Mocambique, 2012a.
9. _____. *Importância da Estabilidade Macroeconómica e do Sector Financeiro no Crescimento da Economia Nacional, XXXVI Consultivo*, Departamento de Estudos Económicos e Estatística. Matola, 25 a 27 de Janeiro de 2012c.
10. _____. *Relatório Anual 2005*. Maputo, 1992d.
11. BANCO MUNDIAL EM MOÇAMBIQUE. Maputo, 2003.
12. _____. *IDA em Funcionamento. Moçambique: Da Recuperação de Pós-Conflito ao Crescimento Elevado*, 2007.
13. BARATA, Óscar Soares; e PIEPOLI, Sónia Infante Girão Frias (Coords). *Género, Educação e Poder*. Lisboa, Centro de Estudos Africanos / Instituto Superior de Ciências e Políticas da Universidade de Lisboa, 2005.
14. BERGH, Lucia Van Den. *Porque Prevaleceu a Paz. Moçambicanos respondem*. Maputo, AWEPA - Associação de Parlamentares Europeus com África, 2009.

15. BRANCO, Manuel Couret. *Economics for Human Rights*. Évora, NICPRI and CEFAGE - University of Évora. CEFAGE-UE Working Paper, 2011/ 02.
16. CAHEN, Michel. *Será a Etnicidade a Culpada? As Ciências Sociais, a Jugoslávia, Angola e Outros*. In GONÇALVES, António Custódio (coord.) *África Subsariana: V. Colóquio Internacional Globalização e Contextos Locais na África Subsariana*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002:93-013.
17. CARVALHO, Rui Moreira de. *Compreender África. Teorias e Práticas de Gestão*. Lisboa, Temas e Debates, 2003.
18. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (Coordenação). *Moçambique: Perspectivas Económicas*. Maputo, UEM / Fundação Friedrich Ebert, 1994.
19. CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; e OSSEMANE, Rogério. *Crises Cíclicas e Desafios da Transformação do Padrão de Crescimento Económico em Moçambique*. In BRITO, Luís de. et al. (Organização). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 2009:141-182
20. COMICHE, Eneas. *Da Adesão ao Grupo BAD e às Instituições de Bretton Woods. Consequências. A Experiência de Moçambique*. In AMECON, O Economista 2. Maputo, 2002.
21. CHAMUSSE, Anastácia Sebastião. *A Assistência do Banco Mundial ao Desenvolvimento de Moçambique: Uma Análise dos Projectos de Desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado em Gestão Empresarial apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2007.
22. CLARK, J.C.D. *A América Britânica: E se a Revolução Americana não tivesse acontecido?* In FERGUSON, Niall (Coord.). *História Virtual*. 1ª ed. Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2006:103-153.
23. CRACKNELL, Basil Edward. *Evaluating Development AID. Issues, Problems and Solutions*. London, SAGE Publications, 2000.
24. DICIONÁRIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA. *Real Academia Española, Madrid*, 1970. In A.A.V.V. *Diccionario de Ciencias*. Instituto de Estudios Políticos, Madrid, 1975:453-454.
25. DIOGO, Luísa Dias. In jornal Savana. *Presidenciável? “Nunca me posicionei para os cargos que já ocupei.”* Ano XIX nº 972. Maputo, 24 de Agosto de 2012.
26. DUTT, Amitava e ROS, Jaime. *International Handbook of Development Economics*. Vols. I Northampton – Massachusetts, 2008.

27. FERGUSON, Niall (coord.). *História Virtual*. 1ª ed. Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2006.
28. FIGUEIREDO, António Manuel; PESSOA, Argentino, SILVA, Mário Rui. *Crescimento económico*. Lisboa, Escola Editora, 2005.
29. FRANCISCO, António Álvaro. *Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuição para a sua Compreensão Crítica*. Maputo, CIEDIMA, SARL (Central Impressora e Editora de Maputo), 2007.
30. FRANCISCO, António. *Protecção Social no contexto de um Estado falido mas não falhado*”. Luís de Brito et al. *Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*. Maputo, IESE, 2009.
31. GALHA, Henrique Terreiro. *Descolonização e Independência em Moçambique*. 1ª ed. Lisboa, Esfera do Caos, 2011.
32. GARCIA, Enrique Ruiz. *O problema do Terceiro Mundial*. Lisboa, Iniciativas editoriais, 1970.
33. GASPAR, Manuel et alii. *Moçambique. Inquérito Demográfico e de Saúde 1997*. Maputo, Instituto Nacional de Estatística, Maputo-Calverton, Maryland, USA, 1998.
34. GENTIL, Anna Maria. *O Leão e o Caçador. História da África Sub-Sahariana*. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique. 1998.
35. GOBE, Artur M. *A situação económica do País*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane / Fundação Friedrich Ebert, 1994. In CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (Coord). *Moçambique: Perspectivas Económicas*. Maputo, UEM / Fundação Friedrich Ebert, 1994:4-30.
36. GOMES, Raul Rodrigues. *Introdução ao Pensamento Histórico*. Lisboa, Livros Horizonte, 1988.
37. GONÇALVES, Sara João. *O Estado Falhado enquanto Espaço de Edificação do Crime Organizado Transnacional – o Caso da Guiné-Bissau*. Dissertação de Mestrado em Estratégia apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, 2011.
38. GRAND, Camile. *Comunista (mundo)*. In Pascal Boniface. *Dicionário das Relações Internacionais, “Terceiro Mundo”*. 1ª ed. Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 1997.
39. GRUPO MOÇAMBICANO DA DÍVIDA. *Dívida Externa de Moçambique: Evolução, Desafios e Necessidades de uma Estratégia Consistente e Inclusiva*. Maputo, 2006.

40. GUILICHE, Pedro Madeira *Ajuda Externa e Escolha de Políticas Públicas no Sector da Educação em Moçambique (2006-2011)*. Maputo, 2011. Dissertação de Mestrado em Governação e Administração Pública apresentada a FLCS - UEM.
41. HANLON, Joseph. *Paz Sem Benefício: Como o FMI Bloqueia a Reconstrução de Moçambique*. 1ª ed. Maputo, Coleção Nosso Chão nº 10 / UEM, 1997.
42. HASLAM, Jonathan. *A Guerra ou Paz de Estaline. E se a Guerra Fria tivesse sido evitada?* In FERGUSON, Niall (Coord.). *História Virtual*. 1ª ed. Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2006:285-304.
43. HAYEK, Frederick August von. *O Caminho da Servidão*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1990.
44. HENDERSON, David R; e NEVES, José César das (Coordenação). *Enciclopédia de Economia*. 3ª ed. Lisboa, Principia, 2001.
45. IMPERIAL, Jovelina. *A CPLP e a Cooperação para o Desenvolvimento: Em que medida a CPLP pode Contribuir para o Desenvolvimento dos Estados-membros*, Lisboa. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional apresentada ao Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) - Universidade Técnica de Lisboa, 2006.
46. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Anuário Estatístico. Maputo, 2010.
47. PESSOA JR., Osvaldo. *Três Tipos de Histórias Contrafactuais*. Departamento de Filosofia – FFLCH – USP, 2010a.
48. _____. *Modeling the Causal Structure of the History of Science*. In Magnani, L.; Carnielli, W. & Pizzi, C. (orgs.) *Model-Based Reasoning in Science and Technology*, SCI 314, Springer, Berlim, 2010b.
49. LLEDÓ, Victor. *Sustentando o Crescimento Face à Incerteza Global. Fundo Monetário Internacional: Perspectivas Económicas para África Subsariana*. Universidade Politécnica. Maputo, 2012.
50. MUSSORONGO, Fernanda e MUIANGA, Carlos. In BRITO, Luís de. et al. (Organização). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 2009.
51. MENDES, José Amado. *A História como Ciência: Fonte, Metodologia e Teorização*. 3ª ed. Coimbra, Coimbra Editora, 1993.
52. MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE; e BANCO DE MOÇAMBIQUE. *Estratégia Nacional de Desenvolvimento: XXXVI Conselho Consultivo*. Matola, 25 a 27 de Janeiro de 2012b.

53. MONTEIRO, Ramiro Ladeiro. *A África na Política de Cooperação Europeia*. 2ª ed. Lisboa, ISCSP-UTL, 2001.
54. MOREIRA, Adriano. *Teorias das Relações Internacionais*. 6ª ed. Coimbra, Almedina, 2010.
55. MOSCA, João. *A Experiência Socialista em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa, Instituto Piaget, 1999.
56. _____. *Economia de Moçambique Século XX*. Instituto Piaget. Lisboa, 2005
57. MOYO, Dambisa. *Dead Aid – Why Aid is Not Working and How There is another way for Africa*. London, Penguin Books, 2010.
58. MUCAVELE, Firmino Gabriel. *Análise do Desenvolvimento em Moçambique no Contexto da África Austral*. In AMACON, Economista 2, Maputo, 2002.
59. MUTEIA, Hélder. *A Autoridade Tradicional e outros Paradigmas da Democracia em Moçambique*. In Comissão Nacional para a UNESCO em Moçambique – CNUM. Maputo, 1995:34-53.
60. NYERERE, Julius K. (Coord). *O Desafio ao Sul: Relatório da Comissão Sul*. Porto, Edições Afrontamento, 1990.
61. OSMAN, Abdul Magid e SAÚTE, Nelson. *Financiar o Desenvolvimento. Ajuda Externa*. In BRITO, Luís de. et al (Organização). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 2009:325-335.
62. PAIVA, Francisco José. *Economia e Política de Moçambique – Moçambique e as Instituições de Bretton Woods*. 1ª ed. Lisboa, Vega Editora, 2000.
63. PASSOS, Inácio de. *Moçambique – A Escalada do Terror*, s/ed. s/l, 1977, in <http://www.macua1.org/livros/escalada.html> (acedido a 08/05/2012).
64. PATEL, Yasmin. *Adesão às Instituições de Bretton Woods e Início da Implementação das Reformas. Histórias Vividas 1975-2010*. In Banco de Moçambique. Maputo, Centro de Documentação e Informação do Banco de Mocambique, 2012a: 123-129.
65. PICASSO, Tomé. *Da Organização da Unidade Africana (OUA) à União Africana (UA): Percursos, Lições e Desafios*. Maputo, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2003.
66. PNUD. *Índice de Desenvolvimento Humano do Mundo, 2011*.
67. PORTO, João Gomes. *Zimbabué: Contributos para a compreensão duma crise multifacetada*. Working Paper 34. Comunicação proferida na V Conferência Internacional FLAD/IPRI-UNL “UE e África: em busca de Parceria Estratégica”.

- Lisboa, Insituto Português de Relações Internacionais – Universidade Nova de Lisboa, 2007.
68. RATILAL, Prakash. *Adesão às Instituições de Bretton Woods e Início da Implementação de Reformas*. In BANCO DE MOÇAMBIQUE. *Histórias Vividas 1975-2010*. Maputo Centro de Documentacao e Informacao, 2012a:89-119.
69. _____. *Percepções sobre a economia*. In AMECON, O Economista 2. Maputo, 2002.
70. REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Resolução nº 11/90, I Série nº. 39 de 27 de Setembro de 1990 atinente a *Avaliação da Evolução Económica no quadro do Programa de Reabilitação Económica*, pela 8ª Sessão Ordinária da Assembleia Popular.
71. ROLIM, Cássio *et. alli*. *A Economia Moçambicana Contemporânea*. Maputo, Gabinete de Estudos, Ministério do Plano e Finanças de Moçambique, 2002.
72. Samuelson, Paul; e NORDHAUS, William. *Economia*. 18ª ed. Lisboa, McGraw-Hill, 2005.
73. SAVOYE, Jean. *Terceiro Mundo*. In Pascal Boniface. *Dicionário das Relações Internacionais, “Terceiro Mundo”*. 1ª ed. Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 1997.
74. SERRA, António Almeida. *Moçambique: da independência à actualidade. Evolução económica e social, 1975-1990*, nº 1. Lisboa, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CEsA) - Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG-UTL), 1993.
75. SOARES, Mário. *Memória Viva*. 1ª ed. Vila Nova de Famalicão, Quasi edições, 2003.
76. SOARES, José Carlos. *Dicionário de Economia*. 2ª ed. Lisboa, Plátano Editora, 2010.
77. SOUSA, Daniel de. *Teoria da História e Conhecimento Histórico*. Lisboa, Livros Horizonte, 1982.
78. SLOMAN, John e WRIDE Alison. *The Problem of Debt: The oil shocks of the 1970s*. Seventh edition published. Harlow, Pearson Education Limited. 2009.
79. TAIMO, Jamisse Uilson. *Ensino Superior em Moçambique: História, Política e Gestão*. Piracicaba, SP, 2010. Dissertação de Doutoramento em Educação.
80. USAID. *Moçambique Cheias 1999-2000: Actividade de Doação para o Reassentamento da População após as Cheias em Moçambique*, 2002.
81. VALY, Bayano; e VAZ, Egídio. *Cobrindo os Processos de Governação. Manual Jornalístico*. Maputo, Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral SARDAC Moçambique, 2007.

FONTES SECUNDÁRIAS

- Constituição da República de Moçambique. Maputo, Imprensa Nacional, 2004 [Preâmbulo].
- Boletim da República. I Série. Número, Lei 13/92, 7/91 de 14 de Outubro de 1992.
- Directrizes do IV Congresso da Frelimo, *in* Boletim da República. I Série, Número 21, de 28 de Maio de 1983.
- Jornal Notícias, Maputo. Vários anos.
- Lei nº 2/97, de 28 de Maio.
- Lei nº 4/83 de 23 de Março – Aprova a Lei do Sistema Nacional de Educação e define os princípios fundamentais na sua apreciação.
- Sistema de Administração Financeira do Estado, Lei nº 9/2002 de 13 de Fevereiro, I Série – Número 7.
- Rádio Moçambique – Antena Nacional programa “*Café da Manhã*” do dia 19/04/2012.
- Resolução 15/87 de 22 de Setembro aprovado pelo Conselho de Ministros da República de Moçambique.
- Resolução nº 32/2010 de 30 aprovado pelo Conselho de Ministros da República de Moçambique.
- Revista OPÇÃO nº 62 – 30 de Junho de 1977 [Samora Machel Machel Explica-se].

WEBTECA

- Agência Lusa. 22 de Outubro de 2012, *in* <http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/15180272.html> (acedido a 06/12/2012).
- Agência de Informação de Moçambique, *in* <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/719617032013110528.html> (18/03/2013).
- Alfabetizados caboverdianos - http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_Verde (acedido a 21/11/2012).
- Banco Mundial - www.worldbank.org [Data] (acedido a 01/06/2012).
- Estados falhados *in* <http://www.foreignpolicy.com/failedstates> (18/12/2012).
- Fonte de dívida. <http://www.stv.co.mz> (Jornal da Noite, 11/08/2012).
- Fonte de dívida: O jornal *O País online* em <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/21604-at-teme-incumprimento-da-meta-de-arrecadacoes-no-presente-ano.html> (acedido a 14/08/2012).

- Jornal *O País*, Corrupção em Moçambique, in <http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/22644-mocambique-entre-os-seis-piores-na-africa-austral.html> (consultado a 18/10/2012).
- Jornal *A SEMANA*, Cabo Verde, Outubro, 2012. - <http://asemana.sapo.cv/spip.php?article81154&ak=1> (acedido a 21/11/2012).
- Hidrovias - <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hidrovia> (acedido a 15/11/2012).
- Índice de Percepção da Corrupção em África, <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/total-pages/visao-global/> (Acedido a 14/12/2012).
- Indicadores sociais e económicos - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php> (acedido a 10/11/2012).
- Investimento da Mozal <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/413817032012115031.html> (acedido a 18/03/2012).
- Jornal o País. Financiamento Externo ao Orçamento do Estado - <http://www.opais.co.mz/index.php/component/content/article/38-economia/19847-financiamento-externo-ao-orcamento-do-estado-caiu-para-34-em-2011.html> (acedido a 16/04/2012).
- Jornal *O País*. Entrevista de Mário Machungo, aqui: <http://www.opais.co.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/20744-a-decisao-mais-marcante-do-conselho-de-ministros-que-eu-dirigi-foi-a-recusa-da-liberalizacao-da-industria-do-caju.html> (11/09/2012).
- Mapa de Moçambique, in <http://www.un.org/depts/Cartographic/map/profile/mozambiq.pdf> (acedido a 23/04/2012).
- Mapa África Subsariana - <http://geografianovest.blogspot.pt/2009/08/africa-subsariana-ultima-fronteira-do.html> (acedido a 21/06/2012).
- Megaprojectos - <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/413817032012115031.html> (acedido a 18/03/2012).
- MÉTIER, 2002, p. 1, in www.metier.co.mz (acedido a 19/09/2012).
- Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação - http://www.minec.gov.mz/index.php?option=com_content&task=view&id=57&Itemid=95 (acedida a 01/06/2012).
- Portal do Governo de Moçambique <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique> (acedido a 19/11/2012).
- Redução da taxa de analfabetismo - <http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/14961841.html> (acedido a 12/09/2012).
- Relatório de 2011 da Freedom House. Liberdade em África. In <http://africanaredefor.blogspot.com/2012/06/paises-que-recebem-ajuda-externa.html> (acedido a 14/12/2012).
- BYRNE, Ruth e Quelhas, Ana. *Raciocínio contrafactual e modelos mentais*. *Análise Psicológica* (1999), 4 (XVII): 713-721. Disponível <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aps/v17n4/v17n4a07.pdf> (acedido a 30/05/2012).
- CAMPOS, Marcelo. Trazendo a História de volta para (o *Mainstream D*) a Teoria Económica: Uma Análise do Método de Douglass North, in <http://www.pucrs.br/eventos/encontroeconomia/download/mesas/TrazendoAHistoriaDeVoltaParaOMainstream.pdf> (acedido a 18/02/2013).
- CARVALHO, Olavo de. *3 Poderes do Governo Mundial*. 2011, disponível aqui: <http://conspiratus.orgfree.com/?p=68> (acedido a 05/12/2012).

- GRANDI, Guilherme. *História Econômica ou Economia Retrospectiva? Robert Fogel e a Polêmica sobre o Impacto Econômico das Ferrovias no século XIX*. In Revista Territórios e Fronteiras V.2 nº 1. S/local, Jan/Jun 2009. In <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/38/37> (acedido a 19/02/2013)
- MABUNDA, Lázaro. *Os doadores são o Rosto da nossa Pobreza!* Maputo, jornal *o País* de 09.10.2010. In <http://www.opais.co.mz/index.php/opinioao/86-lazaro-mabunda/10049-os-doadores-sao-o-rosto-da-nossa-pobreza.html> (acedido a 09/10/2012).
- NIPASSA, Orlando. *Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: Uma Perspectiva Crítica. II Conferência do IESE, Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique*. Maputo, 2009.
- NUNES, Ana Bela. *A História Económica na História dos prémios Nobel da Economia*, s/d, in <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1015/1/A%20HIST%C3%93RIA%20ECON%C3%93MICA.pdf> (acedido 14/11/2012).
- SUMICH, Jason. *Construir uma Nação: Ideologias de Modernidade da Elite Moçambicana. Análise Social*. Vol. XLIII (2º), 2008. In <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n187/n187a06.pdf> (acedido a 19/02/2013)
- SÍLVA, Edna Lúcia da; e MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*, 3ª ed. Florianópolis, UFSC/PPGEP/LED, 2001.
- YEROS, Paris. *A Evolução do Regime Internacional de Sanções Económicas e o Caso do Zimbábue*. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), 2007, in <http://rsi.cgee.org.br/documentos/3583/1.PDF> (acedido a 17/02/2013).

COMUNICAÇÃO PESSOAL

- ✓ Brigadeiro Dr. Francisco Zacarias Mataruca, Maputo, 28/11/2012.
- ✓ Professor Doutor Manuel Branco. Comunicação Pessoal, proferida no âmbito da disciplina de Economia Política dos Direitos Humanos, Universidade de Évora, 2011.
- ✓ Professor Doutor Marco Martins, proferida no âmbito da disciplina de Problemas Actuais do Direito Internacional Público, Universidade de Évora, 2011.
- ✓ Professor Doutor Silvério Rocha e Cunha, proferida no âmbito da disciplina de Teoria Jurídico-Política das Relações Internacionais, Universidade de Évora, 2011.
- ✓ _____. Évora, 26 de Maio de 2012

ENTREVISTAS

- 1 Dr. Álvaro Loveira, economista do Banco de Moçambique, entrevista realizada via e-mail a 31 de Outubro de 2012, em Maputo.

- 2 _____, entrevista realizada via e-mail, Maputo, 17 de Dezembro de 2012.
- 3 Eric Lemestre, funcionário do Ministério das Finanças do Reino da Bélgica, entrevista realizado e-mail a 19/11/2012, em Maputo.
- 4 _____, entrevista realizada via e-mail a 22 de Junho de 2012, em Évora.
- 5 _____, entrevista realizada via e-mail a 30 de Janeiro de 2013, em Maputo.
- 6 Dr. Lourenço Veniça, entrevista realizada a 4 de Março de 2012, em Maputo, e mais tarde, por necessidade de esclarecimentos adicionais, realizou-se uma outra entrevista desta vez via e-mail a 25 de Junho de 2012, em Bruxelas.
- 7 Dr. Zacarias Abdula, economista, entrevista realizada via e-mail a 31 de Janeiro de 2013, em Maputo.

VÍDEO

Vídeo 1 – de Joaquim Chissano e de Mário Soares em *Conversas de Mário Soares*. RTP África / Fundação Mário Soares, Lisboa, 19 de Julho de 2001.

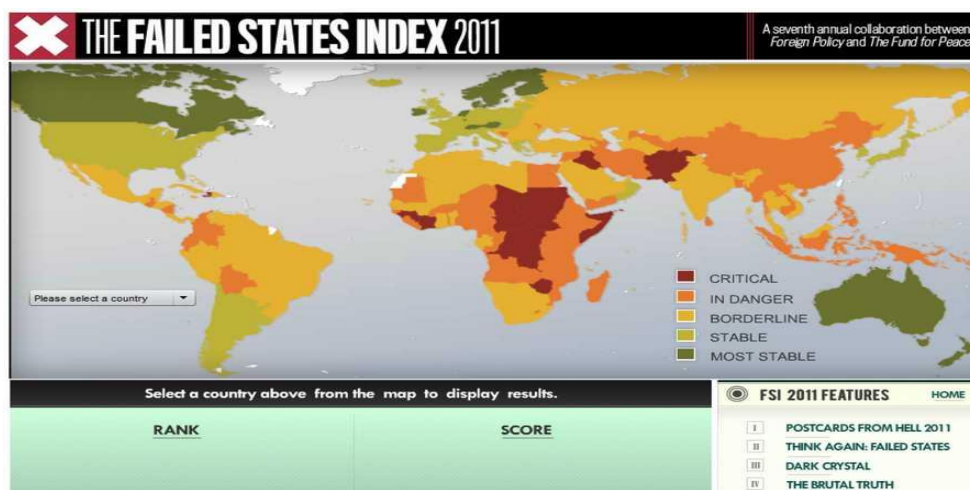
ANEXOS

Figura 10 - Mapa de África Subsaariana



Fonte: <http://geografianovest.blogspot.pt/2009/08/afrika-subsaariana-ultima-fronteira-do.html> (acedido a 21/06/2012).

Figura 11 – Mapa de “Estados falhados”



Fonte: http://www.algarve123.com/pt/Artigos/7-1233/O_que_e_um_Estado_Falhado (acedido a 18/12/2012)

Tabela 9 - Medidas de políticas macroeconómicas e de políticas sectoriais

O que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido Ajuda Internacional ao Desenvolvimento? Uma Análise Contrafactual no período Pós-independência

Políticas macroeconómicas

Política		Medidas
1.	Cambial e comercial	Liberalização da taxa de câmbio e liberalização do sistema de comercialização;
2.	Dívida externa	Redução do peso da dívida externa, através de reescalonamento e de operação da compra da dívida comercial (<i>debt buy back</i>), limitação de novos empréstimos.
3.	Fiscal a) Receitas b) Despesas	Aumento das receitas fiscais Contenção das despesas públicas em salários, subsídios e transferências
4.	Monetária	Controlo do crédito e aumento da poupança interna através do aumento das taxas de juro

Políticas sectoriais

Política		Medidas
1.	Política agrícola	Aumento dos incentivos aos produtores, ajustamentos de preços, liberalização do sistema de comercialização
2.	Empresas públicas	Reestruturação de 25 empresas industriais e 15 empresas agrícolas
3.	Gestão do sector público	Melhoria do controlo e da eficácia
4.	Preços e liberalização da comercialização	Liberalização de preços e do sistema de comercialização
5	Política industrial	Ajustamentos de preços, reforma institucional
6	Transportes	Aumento de tarifas, reabilitação dos portos e dos caminhos-de-ferro.

Fonte: Enes Comiche (artigo citado).

O que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido Ajuda Internacional ao Desenvolvimento? Uma Análise Contrafactual no período Pós-independência

Tabela 10 - Indicadores do Índice dos “Estados Falhados”

Indicadores sociais	1. Pressões Demográficas; 2. Refugiados e Deslocados; 3. Reclamações dos Cidadãos; 4. Êxodo Colectivo;
Indicadores económicos	5. Desenvolvimento Desigual; 6. Pobreza e Declínio Desigual;
Indicadores políticos e militares	7. Legitimidade do Estado; 8. Progressiva Deterioração dos Serviços Públicos; 9. Violação dos Direitos Humanos e Estado de Direito; 10. Forças de Segurança (Monopólio do uso legítimo da força); 11. Divisão entre Elites; 12. Intervenção de Actores Externos.

Fonte: Adaptado do autor com base no Fund For Peace (2010) – The Failed States Index 2010: 4 in Gonçalves, 2011:41.

Tabela 11 - Índice de Percepção da Corrupção

País	Classificação global 2011	CPI 2011	Classificação global 2010	CPI 2010
Botsuana	32	6,1	33	5,8
Cabo Verde	41	5,5	45	5,1
Maurícias	46	5,1	39	5,4
Ruanda	49	5	66	4
Seicheles	50	4,8	49	4,8
Namíbia	57	4,4	56	4,4
África do Sul	64	4,1	54	4,5
Gana	69	3,9	62	4,1
Tunísia	73	3,8	59	4,3
Lesoto	77	3,5	78	3,5
Gâmbia	77	3,5	91	3,2
Marrocos	80	3,4	85	3,4

O que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido Ajuda Internacional ao Desenvolvimento? Uma Análise Contrafactual no período Pós-independência

Libéria	91	3,2	87	3,3
Zâmbia	91	3,2	101	3
Suazilândia	95	3,1	91	3,2
Malawi	100	3	85	3,4
Djibuti	100	3	91	3,2
Burquina Fasso	100	3	98	3,1
São Tomé e Príncipe	100	3	101	3
Benin	100	3	110	2,8
Gabão	100	3	110	2,8
Tanzânia	100	3	116	2,7
Madagáscar	100	3	123	2,6
Egipto	112	2,9	98	3,1
Argélia	112	2,9	105	2,9
Senegal	112	2,9	105	2,9
Mali	118	2,8	116	2,7
Etiópia	120	2,7	116	2,7
Moçambique	120	2,7	116	2,7
Eritreia	134	2,5	123	2,6
Níger	134	2,5	123	2,6
Serra Leoa	134	2,5	134	2,4
Maldivas	134	2,5	143	2,3
Camarões	134	2,5	146	2,2
Uganda	143	2,4	127	2,5
Nigéria	143	2,4	134	2,4
Togo	143	2,4	134	2,4
Mauritânia	143	2,4	143	2,3
Comores	143	2,4	154	2,1
Zimbabué	154	2,2	134	2,4

O que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido Ajuda Internacional ao Desenvolvimento? Uma Análise Contrafactual no período Pós-independência

Costa do Marfim	154	2,2	146	2,2
República Centro-Africana	154	2,2	154	2,1
Congo (Brazzaville)	154	2,2	154	2,1
Guiné-Bissau	154	2,2	154	2,1
Quênia	154	2,2	154	2,1
Guiné-Conacri	164	2,1	164	2
Líbia	168	2	146	2,2
República Democrática do Congo	168	2	164	2
Angola	168	2	168	1,9
Chade	168	2	171	1,7
Guiné Equatorial	172	1,9	168	1,9
Burundi	172	1,9	170	1,8
Sudão	177	1,6	172	1,6

Fonte: Transparency International. O Índice de Percepção da Corrupção (CPI) classifica os países de acordo com a percepção da corrupção no sector público numa escala de 10 (muito limpo) a 0 (altamente corrupto). In <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/total-pages/visao-global/> (Acesso a 14/12/2012).

Tabela 12 - Liberdade em África

País	Estatuto de Liberdade	Direitos Políticos	Liberdades Civas	Mudanças em 2010
Angola	Sem liberdade	6	5	
Benin*	Livre	2	2	
Botsuana*	Livre	3	2	
Burquina Fasso	Parcialmente livre	5	3	
Burundi	Parcialmente livre	5	5	Retrocesso
Camarões	Sem liberdade	6	6	
Cabo Verde*	Livre	1	1	
República Centro Africana	Parcialmente livre	5	5	
Chade	Sem liberdade	7	6	

O que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido Ajuda Internacional ao Desenvolvimento? Uma Análise Contrafactual no período Pós-independência

Comores*	Parcialmente livre	3	4	
Congo (Brazzaville)	Sem liberdade	6	5	
República Democrática do Congo	Sem liberdade	6	6	
Costa do Marfim	Sem liberdade	6	6	Retrocesso
Djibuti	Sem liberdade	6	5	Retrocesso
Egipto	Sem liberdade	6	5	
Guiné Equatorial	Sem liberdade	7	7	
Eritreia	Sem liberdade	7	7	
Etiópia	Sem liberdade	6	6	Retrocesso
Gabão	Sem liberdade	6	5	
Gâmbia	Sem liberdade	6	5	Retrocesso
Gana*	Livre	1	2	
Guiné-Conacri	Parcialmente livre	5	5	Melhoria
Guiné-Bissau	Parcialmente livre	4	4	
Quênia	Parcialmente livre	4	3	Melhoria
Lesoto*	Parcialmente livre	3	3	
Libéria*	Parcialmente livre	3	4	
Líbia	Sem liberdade	7	6	Melhoria
Madagáscar	Parcialmente livre	6	4	
Malaui*	Parcialmente livre	3	4	
Maldivas*	Parcialmente livre	3	4	
Mali*	Livre	2	3	
Mauritânia	Sem liberdade	6	5	
Maurícias*	Livre	1	2	
Marrocos	Parcialmente livre	5	4	

O que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido Ajuda Internacional ao Desenvolvimento? Uma Análise Contrafactual no período Pós-independência

Moçambique	Parcialmente livre	4	3	
Namíbia*	Livre	2	2	
Níger	Parcialmente livre	3	4	Melhoria
Nigéria	Parcialmente livre	4	4	Melhoria
Ruanda	Sem liberdade	6	5	
São Tomé e Príncipe*	Livre	2	2	
Senegal*	Parcialmente livre	3	3	
Seicheles*	Parcialmente livre	3	3	
Serra Leoa*	Parcialmente livre	3	3	
Somália	Sem liberdade	7	7	
África do Sul*	Livre	2	2	
Sudão do Sul	Sem liberdade	6	5	
Sudão	Sem liberdade	7	7	
Suazilândia	Sem liberdade	7	5	
Tanzânia*	Parcialmente livre	3	3	Melhoria
Togo	Parcialmente livre	5	4	
Tunísia	Parcialmente livre	3	4	Melhoria
Uganda	Parcialmente livre	5	4	
Zâmbia*	Parcialmente livre	3	4	
Zimbabué	Sem liberdade	6	6	

Fonte: <http://www.africaneconomicoutlook.org/po/total-pages/visao-global/> /acedido a 14/12/2012).

O que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido Ajuda Internacional ao Desenvolvimento? Uma Análise Contrafactual no período Pós-independência

Tabela 13 – Dívida Externa Bilateral, Externa Multilateral, Externa Comercial

Tipo	Característica	Considerações
Dívida Externa Bilateral	O empréstimo envolve dinheiro entre Governos	Geralmente as condições são acessíveis (taxas de juro acessíveis e períodos longos).
Dívida Externa Multilateral	Empréstimo que envolve dinheiro contraído de instituições multilaterais para o financiamento de despesas públicas correntes e de investimento.	As condições são acessíveis (taxas de juro mais baixas e períodos de graça mais longos). Nos últimos tempos, estes empréstimos têm sido condicionados à performance dos países devedores, sendo comum a sua ligação aos programas de reformas económicas (o caso dos ajustamentos estruturais).
Dívida Externa Comercial	O empréstimo é contraído tanto pelo Governo como pelas empresas a bancos internacionais privados, envolvendo dinheiro. Por vezes, os títulos do Governo podem ser vendidos a agentes externos, o que leva então a uma dívida de natureza comercial. Também há vezes em que os Governos ou as empresas importam a crédito, o que também cai na categoria de dívida comercial.	As condições aplicáveis são as do mercado (taxas de juro e prazos de pagamento), sendo, por isso, os empréstimos mais caros.

Fonte: Adaptação do Autor com base em Álvaro Loveira (2012), entrevista citada.

Maputo, 31/10/2012

Viriato Caetano Dias
viriatocaetanodias@gmail.com
Cell: 82-2665930

ENTREVISTAS

Contribuição para a tese de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus na Universidade de Évora - Portugal

Guião de entrevista 1 – Dirigido ao Dr. Lourenço Veniça

1. Na sua opinião, atendendo e considerando sua larga experiência sobretudo na área económica, política e social, o que teria acontecido a Moçambique se não tivesse recebido a ajuda internacional das Instituições de Bretton Woods (BW) em 1984?
2. Em termos opcionais, não havia outra instituição a recorrer que não fosse o FMI ou o BM? Por exemplo: O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA); Banco Árabe de Desenvolvimento (BADEA); Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), etc.
3. O Acordo de N'komati, assinado em Março de 1984, foi ou não decisivo para a entrada de Moçambique no FMI e no BM?
4. Em linhas gerais, o Programa de Reabilitação Económica (PRE) e o Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) corrigiram os problemas da economia moçambicana?
5. Na sua óptica, o PRE terá sido uma ideia das instituições de BW ou do Governo Moçambicano?
6. Para si, o reescalonamento da dívida compete ao BM ou ao Ministério das Finanças?
7. Em sua opinião, a ajuda externa terá contribuído ou não para a corrupção em Moçambique?
8. Que políticas ou mudanças podem ser introduzidas para diminuir a dependência externa de Moçambique?
9. Quais são, na sua perspectiva, as principais vantagens e desvantagens de se recorrer às Instituições de Bretton Woods?
10. Pela primeira vez desde a independência, verificou-se um deficit grande no Orçamento Geral do Estado. Este foi financiado com ajuda dos **impressores de notas**. (Nilsson: 47, 1994). O que são impressores de notas?
11. Aquando da aprovação do PRE, as instituições de BW recomendaram ao Governo Moçambicano, entre outras, que (i) **os bancos deviam-se tornar mais eficientes**, (ii) **o volume de créditos deviam baixar e de forma a tornar as taxas de juro mais altas. O comércio externo devia ser liberalizado e a moeda nacional desvalorizada de modo a estimular a exportação e a limitar a importação.** (idem: 50). Qual é a sua opinião sobre estas medidas? Estas medidas, como por exemplo, elevar as taxas de juro e desvalorizar a moeda nacional, não são contrárias ao crescimento económico?

12. No sentido estrito, a ajuda externa são os fluxos de poupança de não-residentes de um determinado país para o outro. Estes fluxos incluem normalmente empréstimos com condições de reembolso concessionais (baixas taxas de juros e períodos de graça e de reembolso prolongados), donativos em espécie ou monetários. (Artur Gobe, 2004:23-24). Gostaria de ter uma explicação mais esclarecedora sobre este conceito “**fluxos de poupança de não – residentes**”

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO

Maputo, 04/03/2012

Viriato Caetano Dias
viriato.caetanodias@gmail.com

Guião de entrevista 2 – Dirigido ao Dr. Álvaro Loveira

Anualmente o país reduz a dependência externa. Para o ano de 2013, de acordo com a proposta do Orçamento do Estado para o ano de 2013, prevê uma redução da ajuda externa para cerca de 33%. A questão que lhe coloco é esta: estará o país em condições de viver sem a ajuda externa?

Resposta: De acordo com a série histórica do Orçamento do Estado, Moçambique tem uma história bem sucedida de redução do nível de dependência externa, e a médio prazo a estratégia de redução do défice orçamental prevê que Moçambique poderá com sucesso reduzir o nível de dependência externa para níveis próximos de zero, no pressuposto de continuar a crescer e com base na consolidação da estabilidade macroeconómica do país. Neste momento, o país necessita de ajuda externa e poderá sem dúvida tornar-se menos dependente se usar melhor as receitas provenientes dos recursos naturais, mas não pode existir um corte brusco da ajuda externa, senão compromete os esforços alcançados rumo ao desenvolvimento económico.

Que conclusões podem tirar do modelo económico socialista em Moçambique?

Tem efeitos positivos na manutenção da estabilidade social e promove acima de tudo o bem-estar da social dos cidadãos.

Em sua opinião, o que teria acontecido se Moçambique não tivesse aderido às IBWs?

Teríamos sérios problemas tais como:

- a) Instabilidade Macroeconómica;
- b) Níveis de pobreza mais elevados porque não teríamos acesso à ajuda pública ao desenvolvimento;
- c) Nível de endividamento externo elevado.

Em que ano Moçambique esteve a uma semana da bancarrota, 1982 ou 1983? No livro Histórias Vivas, estampa do BM, o orador Prakash Ratilal escreve que “Os anos 1982 e 1983 foram os mais difíceis – as reservas internacionais em finais

de 1983 totalizavam apenas cerca de 14 milhões de dólares, que cobriam apenas uma semana de importações” (p. 105). Hoje o banco central gere reservas internacionais de quanto tempo? Ou seja, qual é à margem das reservas?

Actualmente, o país tem meses de cobertura de importação de bens e serviços não factorias acima de 5 meses, e o internacionalmente recomendado é de 3 meses.

Qual é a diferença entre a dívida externa e o serviço da dívida?

O serviço da dívida corresponde à amortização da dívida seja interna ou externa em que se paga uma parte do capital mais os juros associados. A conversão da dívida externa em investimento consiste num processo onde um devedor oferece de forma isolada ou em conjunto, algo de valor em troca de cancelamento de parcelas da dívida em moeda estrangeira. A existência do mercado secundário torna se relevante porque possibilita a negociação com títulos abaixo de valores de face.

Bracher e Mendes (1991), definem como um dos objectivos da conversão da dívida em investimento a considerar:

- Reduzir a dívida externa a níveis aceitáveis;
- Promover novos investimentos de capitais estrangeiros.

Portanto, a conversão é fundamentalmente, um mecanismo de diminuir o nível da dívida externa e tem como consequência a redução de pagamentos dos respectivos serviços. Os devedores podem ser tanto o governo como as empresas privadas. Assim, na óptica do devedor a dívida pode ser pública ou privada. É pública quando o responsável directo pela dívida sobre o exterior é o Governo. É privada quando algumas empresas do sector privado nacional recorrem a fontes externas para o financiamento dos seus investimentos, ou ainda, adiamento do pagamento de certas importações.

Na óptica do credor, a dívida pode ser (Bracher e Mendes, 1991):

- Bilateral, quando se trata de empréstimo entre governos;
- Multilateral, quando um governo deve a instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Africano de Desenvolvimento) que representam interesses de diversos Governos;
- Comercial, quando o governo ou empresas recorrem a bancos comerciais internacionais para a contracção de crédito.

Nas dívidas multilaterais e bilaterais, destaque para a primeira categoria, em que as condições são mais favoráveis (juros baixos e períodos de graça longos), enquanto as dívidas comerciais se guiam pelas condições do mercado.

Guião de entrevista 3²¹⁴ - Dirigido ao Dr. Álvaro Loveira

From: Amelia Sofia Cumbucane

Sent: Monday, December 17, 2012 09:53

To:

Subject: FW: Dúvida_por favor responda-me...

Prezado Dr. Loveira,

Mais uma vez solicito (em nome do meu marido) os seus préstimos (dentro das suas possibilidades e de acordo com o vagar nas suas tarefas) para a questão abaixo.

Respeitosamente,
Sofia Cumbucane

PS: Desde já apresentar as minhas sinceras desculpas pelo “abuso” à sua paciência.

From: Viriato Caetano Dias [mailto:viriatocaetanodias@gmail.com]

Sent: segunda-feira, 17 de Dezembro de 2012 09:29

To: Amelia Sofia Cumbucane

Subject: Fwd: Dúvida_por favor responda-me...

PERGUNTA

"Tive o privilégio e oportunidade de coordenar a equipa que publicou o **primeiro Orçamento do Estado deste país, depois da independência**, e recordo-me que grande parte dos números finais tive que pôr à mão, em cima do próprio Orçamento, porque até ao último minuto da publicação, ainda havia correcções a fazer. (....) Foi por isso que quando fizemos o **primeiro orçamento em 1995**, teve que se tomar a decisão de aumentar nas despesas na área social e na área de infraestruturas, e ir cortar noutras áreas, porque havia grandes desafios de reconstrução deste país." p. 18 Luísa Diogo in jornal Savana 24.08.2012. Será que antes de 1995 o país não tinha um Orçamento? E como é que funcionava? Ou talvez se refira (a entrevistada) ao “primeiro orçamento” elaborado nos moldes das IBWs...
O que acha?

Com respeito
VCD

RESPOSTA

From: Álvaro Loveira

Sent: segunda-feira, 17 de Dezembro de 2012 10:05

To: Amelia Sofia Cumbucane

Subject: RE: Dúvida_por favor_responda-me...

²¹⁴ Colaboração da Dra. Amélia Sofia Cumbucane.

Penso que antes de 1995, sempre existiu um orçamento Geral do Estado, e a forma como se trabalhava era diferente, porque com as eleições de 1994, as regras de jogo mudam o Orçamento passa a ser um documento que é discutido ao nível da Assembleia da República onde participam diferentes bancadas parlamentares... e antes o orçamento não era público era um documento interno e sigiloso. Com as eleições de 1994, as regras mudam, exige-se por parte dos países doadores a publicação do orçamento e torna-lo um instrumento público. Na minha modesta opinião sempre existiu um orçamento do Estado, só que na forma rudimentar.

Refira-se que durante o ano de 2001, o Governo iniciou a implementação de uma estratégia abrangente da Reforma do Sector Público, a qual integra o programa de modernização da Administração Financeira do Estado (componente de Gestão Financeira e Prestação de Contas). Trata – se de uma medida que se enquadra no contexto das reformas do Sector Público em curso no País, concretamente, na componente da gestão financeira e prestação de contas.

Foram registados progressos significativos na implementação do programa de modernização da Administração Financeira do Estado, sendo de salientar:

- ✓ A aprovação do Decreto de classificação da despesa que fornece um maior detalhe da classificação funcional;
- ✓ A introdução de novos procedimentos para abertura e encerramento de contas bancárias que permitem um maior controle das contas no sistema bancário;
- ✓ A melhoria do sistema de prestação de contas através da disponibilização do relatório de execução orçamental, 45 dias após o fim do trimestre;
- ✓ O aumento da transparência do orçamento através da disponibilização de informação mais detalhada;
- ✓ A introdução de novos procedimentos de recolha de informação que permitem integrar no OE, uma parte dos projectos e programas “offbudgets”;
- ✓ A aprovação (em 2001) e promulgação (em 2002) da Lei No. 9/2002, que cria o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), bem como a aprovação do Regulamento da Lei;
- ✓ A aprovação da Lei do sistema tributário e do Código dos Benefícios Fiscais.

Em suma as grandes reformas concretizam-se após o SISTAFE e julgo que a Dra. Luísa Diogo fez alusão a 1995, por dois motivos centrais: (i) após a realização das eleições gerais – primeiras eleições no país; e (ii) devido a entrada em vigor do SISTAFE.

Melhores Cumprimentos,

Maputo, 17/12/2012

Viriato Caetano Dias

viriatocaetanodias@gmail.com

Cell: 82-2665930